



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO

José James Torres da Silva

A relação intercultural do povo Apinajé no Centro de Educação, Humanidades e
Saúde (CEHS) da Universidade Federal Norte do Tocantins (UFNT)

Araguaína/TO

2025

José James Torres da Silva

A relação intercultural do povo Apinajé no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da Universidade Federal Norte do Tocantins (UFNT)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI) como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientadora: Profa. Dr.^a Kênia Gonçalves Costa

Araguaína/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T693r Torres da Silva, José James.

A RELAÇÃO INTERCULTURAL DO POVO APINAJÉ NO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE(CEHS)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL NORTE DO
TOCANTINS(UFNT) / José James Torres da Silva. - Centro de
Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.

156 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação -
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e
Território - PPGCult) -- Universidade Federal do Norte do
Tocantins, 2025.

Orientadora: Prof^ª Dra Kênia Gonçalves Costa.

1. Apinajé. 2. Saberes do Povo. 3. Ensino Superior. **CDD 301.09**


TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

José James Torres da Silva


Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela banca examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **KENIA GONCALVES COSTA**
Data: 08/10/2025 14:52:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr.^a Kênia Gonçalves Costa – Orientadora (UFNT)

Documento assinado digitalmente
 **ALECSANDRO JOSE PRUDENCIO RATTIS**
Data: 07/10/2025 11:09:06-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Alex Ratts (Alecsandro José Prudêncio Ratts)
Membro interno (UFNT)

Documento assinado digitalmente
 **UVANDERSON VITOR DA SILVA**
Data: 08/10/2025 14:33:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Uvanderson Vitor da Silva – Membro externo

Dedico este trabalho ao povo Apinajé com todo o meu carinho e gratidão, e a toda minha família, em especial aos meus filhos, José KhriSlôrran, Kalebe, Lara e Kalil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por estar ao meu lado, auxiliando na luta diária para superar as barreiras encontradas no caminho da busca por dias melhores, orientando minhas decisões.

Gostaria de agradecer a cada pessoa que, de alguma maneira, foi importante nessa caminhada, pessoas essas que aconselharam, torceram, motivaram, cuidaram, protegeram e acreditaram em mim, dando força para seguir enfrentando os desafios postos.

Gratidão é o principal sentimento que sinto no momento por finalizar essa dissertação. Aqui, agradeço imensamente ao povo Apinajé, pela reciprocidade, repassando-me conhecimentos valiosos de sua cultura e de seu povo, pessoas com quem terei uma ligação especial e espero poder continuar aprendendo.

Agradeço de coração à minha orientadora, Kênia Gonçalves Costa, pelo acolhimento, serenidade, dedicação, determinação e orientação na produção deste trabalho, valorizando minhas potencialidades e respeitando minhas limitações, e pelo exemplo de professora e ser humano que é. Uma pessoa com quem aprendi continuamente com as sugestões, apoiando-me nas dificuldades e fazendo as provocações para me ajudar sempre a melhorar. É um orgulho poder tê-la como orientadora, sempre estarei agradecido.

Tenho muito que agradecer também aos professores que aceitaram participar da banca: Prof. Dr. Alex Ratts e Prof. Dr. Uvanderson Vitor da Silva. As contribuições apontadas serão de grande importância para continuar avançando no trabalho.

Agradeço aos/às professores/as e aos/às amigos/as da turma do mestrado do PPGCult, uma turma determinada, exemplos de pessoas, que fizeram os encontros na universidade serem oportunidades para continuar, me esforçar e chegar até aqui.

Agradeço à minha família, por todo o apoio e carinho que recebo de vocês, quando estou perto ou distante.

RESUMO

Durante a década de 1980, em 1985, os indígenas do povo Apinajé, inauguraram o início do processo de conquista de direitos com a demarcação das Terras Indígenas Apinajé, ao soma-se também a luta por direitos específicos, como a saúde e educação diferenciada. Nessa tendência de conquista de direitos, posteriormente ocorre a mobilização de parte da sociedade reivindicando a entrada e permanência dos indígenas no sistema de ensino, em nível superior, contemplando paulatinamente os anseios dos povos indígenas, que lutaram e contribuíram para a elaboração de políticas e outras ações que visam atender a demanda dessas pessoas, que foram resistentes à exclusão do processo educacional colonial. A partir da implementação das ações afirmativas e das políticas de inclusão, dando as condições de acesso e permanência de tais povos no âmbito das Instituições de Ensino Superior, com a aplicação da Lei 12.711/2012 (Brasil, 2012), os indígenas passaram a ocupar seu espaço no ensino superior com maior visibilidade. O presente estudo pretende se debruçar sobre os arranjos produzidos na relação intercultural do povo Apinajé na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Humanidades, Educação e Saúde (CEHS), em Tocantinópolis (TO), com destaque para o processo de entrada e permanência no ensino superior. Quanto à metodologia, inicialmente adotou-se a revisão bibliográfica, posteriormente utilizou-se da história oral valendo-se de referências do povo Apinajé. A partir da reflexão alcançada, nota-se que, além das políticas existentes, é necessário explorar com mais rigor, dentro do campo universitário, outras atividades culturais que valorizem e reconheçam os saberes dos povos tradicionais, para mantê-los firmes dentro da universidade. Entendemos o estreitamento na relação do povo Apinajé com a UFNT como estratégia de enfrentamento e posicionamento. Os sujeitos pertencentes ao grupo étnico têm adentrado o espaço universitário, que, até outrora, lhe era negado fazer parte, na perspectiva de dispor de alicerce para enfrentar as disputas de narrativas com o saber hegemônico, que está organizado institucionalmente. Percebe-se, assim, que através da relação estabelecida com a universidade, o povo Apinajé tem conseguido fortalecer o vínculo étnico, e com isso, os/as estudantes indígenas têm assumido posições de destaque na comunidade, como liderança, ocupando cargos institucionais e representativos, transformando-se em referências de resistências dentro do território.

Palavras-chave: Apinajé. Saberes do Povo. Ensino Superior.

ABSTRACT

During the 1980, in 1985, the indigenous people of the Apinajé people inaugurated the beginning of the process of conquering rights, with the demarcation of the Apinajé Indigenous Lands, in addition to the fight for specific rights, such as health and differentiated education. In this trend of conquering rights, there is subsequently a mobilization of part of society demanding the entry and permanence of indigenous people in the education system, at a higher level, gradually contemplating the desires of indigenous peoples, who fought and contributed to the elaboration of policies and other actions that aim to meet the demands of these people, who were resistant to exclusion from the colonial educational process. With the implementation of affirmative actions and inclusion policies, providing conditions for access and permanence of such peoples within Higher Education Institutions, with the application of Law 12.711/2012 (Brazil, 2012), indigenous people began to occupy their space in higher education with greater visibility. This study aims to examine the arrangements produced in the intercultural relationship of the Apinajé people at the Federal University of Northern Tocantins (UFNT), Center for Humanities, Education and Health (CEHS), in Tocantinópolis (TO), with emphasis on the process of entry and permanence in higher education. As for the methodology, a bibliographic review was initially adopted, and later it was supported by oral history using references from the Apinajé people. Based on the reflection achieved, it is noted that, in addition to existing policies, it is necessary to explore more rigorously within the university field, other cultural activities that value and recognize the knowledge of traditional peoples, to keep them firm within the university. We understand the strengthening of the relationship between the Apinajé people and UFNT as a strategy of confrontation and positioning. Subjects belonging to the ethnic group have entered the university space, which until now was denied to them, with the aim of having a foundation to face disputes over narratives with hegemonic knowledge, which is institutionally organized. It can be seen, therefore, that through the relationship established with the university, the Apinajé people have managed to strengthen their ethnic bond, and with this, indigenous students have assumed prominent positions in the community, such as leadership, occupying institutional and representative positions, transforming themselves into references of resistance within the territory.

Keywords: Apinajé. People's Knowledge. Higher Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Conhecendo os/as estudantes no alojamento	355
Figura 2 - Território Apinajé: localização da Terra Indígena e seus limites territoriais	44
Figura 3 – Primeiras aldeias Apinajé	45
Figura 4 – José Dias Mătyk (1926).....	46
Figura 5 – Mapa da Aldeias Apinajé antigas	48
Figura 6 – Línguas indígenas brasileiras agrupadas em famílias e troncos, de acordo com a classificação do professor Ayrton Dall’Igna Rodrigues.....	59
Figura 7 – Casa do Povo Apinajé feita com a palha do babaçu	61
Figura 8 – Anciã Terezinha Apinajé contando a história de origem do povo <i>Panhĩ</i> ...63	
Figura 9 – Ancião José de Almeida Corredor Apinajé e os jovens realizam coleta de materiais na chapada para fazer apitos	71
Figura 10 – Anciã Dona Terezinha.....	73
Figura 11 – Travessia da roça de Dona Terezinha para sua casa	76
Figura 12 – Roça de Dona Terezinha na Aldeia Aldeinha.....	79
Figura 13 – Cantor Zé Cabelo organizando a corrida de Tora na UFNT.....	85
Figura 14 – Formatura Ensino Médio Escola Estadual Indígena Mătyk - 2023.....	92
Figura 15 – Cantoria do povo Apinajé na UFNT.....	96
Figura 16 – Aprendendo com Dona Terezinha a confeccionar o cofo com a palha de babaçu	97
Figura 17 – Corrida de Tora na UFNT durante o seminário Apinajé 2024	99
Figura 18 – Artesã Luzimar ensinando a fazer a esteira com a palha de babaçu...101	
Figura 19 – Unidade Centro do CEHS em Tocantinópolis (TO).....	105
Figura 20 – Unidade Babaçu do CEHS em Tocantinópolis -TO.....	106
Figura 21 – Anciãos e anciãs nas atividades do seminário Apinajé na UFNT	132
Figura 22 – Estudante Apinajé exercendo a função de cantor na UFNT	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados populacionais no recorte temporal de 1824-1928	49
Tabela 2 – Dados populacionais a partir dos anos 1967-2022	50
Tabela 3 – Relação das entrevistas com as referências do povo Apinajé	72
Tabela 4 – Relação dos/as estudantes do povo Apinajé na UFNT entrevistados/as	89
Tabela 5 – Estudantes indígenas, situação do vínculo UFNT-Tocantinópolis, 2005-2023	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCI	Centro de Ciências Integradas
CEHS	Centro de Educação, Humanidades e Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CFPP	Centro de Formação de Professores Primários
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CVRD	Carajás da Companhia Vale do Rio Doce
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACIT	Faculdade de Ciências do Tocantins
FCS	Faculdade de Ciências da Saúde
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
HDT	Hospital de Doenças Tropicais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
ISA	Instituto Socioambiental
JURA	Jornada Universitária Pela Reforma Agrária
LALI	Laboratório de Línguas Indígenas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEDOC	Licenciatura em Educação Campo
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MEC	Ministério da Educação
NEPPI	Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas
PADIQ	Programa de Acesso Democrático de Indígena e Quilombolas
PADU	Programa de Acesso Democrático à Universidade
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGCULT	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território
PPGCULT	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território
PPGLLIT	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SEDUC/TO	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins
SESU	Secretaria de Educação Superior
SGE	Sistema de Gerenciamento Escolar
SIL	Summer Institute of Linguistics
SISU/MEC	Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 TRAJETÓRIA ACADÊMICA DO PESQUISADOR	14
1.2 CAMINHANDO NA TRILHA DA PESQUISA	21
1.2.1. Caminhos da pesquisa	26
1.2.2. Passos realizado na pesquisa.....	29
2. O POVO APINAJÉ E OS/AS ESTUDANTES APINAJÉ NA UFNT	34
2.1. TERRITÓRIO E CULTURA INTERDISCIPLINAR.....	41
2.1.1 O Território Apinajé.....	43
2.1.2. A Cultura Apinajé	55
2.2. TERRITÓRIO EDUCACIONAL DOS SABERES DO POVO E A UNIVERSIDADE	69
2.2.1 Território Educacional Apinajé: saberes do povo.....	70
2.2.2 Território Educacional Formal: saberes da/na UFNT	87
3. ACESSO E PERMANÊNCIA DOS/AS ESTUDANTES APINAJÉ	117
3.1. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	117
3.2. ANÁLISE DO PROCESSO DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS/AS ESTUDANTES APINAJÉ NA UFT/UFNT	121
3.2.1. Acesso e permanência na perspectiva dos/as Interlocutores/as Apinajé	125
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	134
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXOS	145
ANEXO I – PARECER CEP	145
APÊNDICES.....	148
APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA – anciã/o do povo Apinajé	148
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA – Estudantes do povo Apinajé	150
APÊNDICE III – FORMULÁRIO COM QUESTIONÁRIO AOS/AS DISCENTES.....	151

1. INTRODUÇÃO

1.1 TRAJETÓRIA ACADÊMICA DO PESQUISADOR

Para construir essa pesquisa e prosseguir com as abordagens que desenvolvem este trabalho dissertativo, faço aqui um breve histórico de minha trajetória pessoal para demonstrar de que maneira a minha história de vida se conecta com o trabalho de pesquisa proposto.

Venho de um lugar de ricos babaçuais, com baixão de terras férteis para plantar. De gente humilde, que sabe respeitar. Neste percurso, trago nas pegadas um pouco da minha trajetória acadêmica de pesquisador e pessoal, o alicerce que direciona a trilhar na pesquisa com os estudantes do ensino superior do Povo Apinajé.

Desse modo, a partir desta memória pessoal e de pesquisador, pretendo apresentar ao leitor quem é o sujeito que está por trás do trabalho de pesquisa, a justificativa para enveredar na temática, sabendo que a decisão do objeto de estudo não ocorre por acaso e sem intencionalidade. Entendo que cada trabalho de pesquisa tenha a perspectiva de contribuir de algum modo com os sujeitos/interlocutores pertencentes à pesquisa, a partir dos resultados alcançados com o estudo.

Para traçar esse percurso, apresento-me. Eu licenciado em Pedagogia (2013) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), formado na unidade localizada na cidade de Tocantinópolis (TO). No ensino superior, tive contato interétnico com o Povo Apinajé, dentro da Universidade, a partir de um estudante de graduação indígena pertencente do Povo Apinajé. A pauta que envolvia a temática dos Povos Indígenas estabeleceu-se guardada na memória, para que, posteriormente, o seguimento desta acontecesse na pós-graduação.

Antes de seguir com o objeto, é preciso registrar um pouco dos elementos de minha ancestralidade. No extremo norte do Estado de Goiás, na cidade de Tocantinópolis, instalada na beira do Rio Tocantins, o terceiro filho de dona Filomena e seu Antonio nasce, em 22 de abril de 1986, José James Torres da Silva, nome sugerido, por sua madrinha. Dona Filomena Moura da Silva é uma mulher lavradora, quebradeira de coco babaçu, e chefe de família, juntamente com o seu companheiro Antonio Damasceno Torres, também lavrador, moradores do Povoado Piaçava, comunidade pertencente à zona rural do Município de Nazaré (TO), que está situado dentro dos limites da região conhecida como bico do papagaio, extremo norte do

estado do Tocantins, que outrora pertenceu ao Estado de Goiás.

Quanto à escolarização, Dona Filomena não teve oportunidade de frequentar escola, mesmo assim, aprendeu a ler, escrever e fazer cálculos matemáticos, com isso, conseguiu ajudar os filhos nas primeiras lições de casa. O pai, o senhor Macena como é conhecido, também não possui um histórico escolar, no entanto, consegue assinar, ler e escrever ao seu modo.

Nesse contexto, a infância de uma criança que mora no meio rural é carregada de desafios, como o acesso à educação. A Escola Municipal Domingos de Castro Ribeiro, uma escola rural localizada na comunidade de Piaçava, que teve o nome herdado de um morador do lugar, um homem conhecido e destemido da época foi a minha primeira escola.

Durante a trajetória estudantil, na educação básica, estive sempre cuidadoso para não faltar as aulas e atento com as notas, para respaldar a confiança dos meus pais. No ano de 1998, já na 5ª série do Ensino Fundamental, com 12 anos de idade, comecei a estudar no período noturno e, no horário das últimas aulas, já estava com sono. Ainda em 1998, houve outro momento marcante, quando mudamos de escola: saímos de um local com pouco infraestrutura, passando para outro prédio, um espaço novo e confortável, com pátio, bancos, salas de aula, banheiro, salas administrativas e quadra esportiva. Era a Escola Estadual Piaçava, localizada na zona rural do município de Nazaré (TO), que foi entregue à comunidade local.

Desse modo, quando concluí o Ensino Fundamental, em 2001, deveria seguir os estudos na cidade de Nazaré (TO), com distância de 18km da residência, utilizando o ônibus escolar para a rota de ida e volta, com algumas adversidades de quem reside na zona rural, como poeira, atoleiros e pontes quebradas.

No entanto, no ano 2002, a partir de um movimento da Escola Estadual Piaçava e dos moradores da comunidade local, houve a abertura da primeira turma do Ensino Médio na Escola Estadual Piaçava, na zona rural, visando atender pessoas da comunidade local e das comunidades vizinhas que haviam interrompido os estudos outrora, devido à dificuldade de conciliar a rotina de estudos com as demais atividades. A turma possuía mais de quarenta estudantes, cujo objetivo, na sua maioria dos casos, era terminar o ensino médio para ir para o mercado de trabalho, poucos cogitavam se aventurar no curso superior. A turma era constituída de diversidade com pessoas adultas, idosas, jovens da comunidade local e de comunidades vizinhas.

Na fase da juventude, as aventuras estão presentes no dia a dia, ainda cursando a 3ª série do ensino médio, no ano de 2004, com 18 anos, firmei o compromisso com uma companheira, dessa parceria, tivemos quatro filhos/as. Em novembro de 2005, ingressei na primeira oportunidade de emprego, na mesma escola em que fiz o percurso da educação básica.

Nessa jornada, decidimos prestar o vestibular, em 2007, da Universidade Federal do Tocantins, em Tocantinópolis, para o curso de Pedagogia, na época o único curso superior ofertado na região de forma gratuita, uma verdadeira oportunidade naquele momento, porque pagar um curso superior seria impossível. Para nossa felicidade, quando consultamos o resultado, eu e minha companheira fomos aprovados.

O percurso da comunidade onde residimos até a cidade de Tocantinópolis, na UFT, passou a ser uma lida diária. Logo cedo, às cinco horas da manhã, íamos de ônibus, da empresa Santa Izabel, cujo proprietário nos concedeu um desconto na passagem, o que viabilizou a continuidade da trajetória acadêmica. O trecho era de aproximadamente de 50km, na maioria de estrada de chão, e, no período chuvoso, o ônibus costumava atolar, o que fez com que trabalhos e provas fossem adiados ou não entregues. No restante do ano, a poeira tomava conta da estrada, deixando as roupas marcadas com o pó da terra e registrado no corpo o lugar de origem.

No caminhar, teve encruzilhadas, duas greves na universidade, perdi o emprego em 2010, a chegada de mais um filho. Diante disso, alguns impactos surgiram, só que as adversidades não superaram o foco de concluir o curso. Visando conseguir uma oportunidade de trabalho, nunca pensei em desistir. Só que, antes de terminar o curso, nasceu uma moça e, em 2012, a família passou a contar com cinco pessoas.

Nessa dinâmica, no início de 2013, experimentei um novo ciclo de trabalho como professor efetivo da rede municipal de Araguaína (TO), apartando do lugar de morada, para superar a insegurança do emprego. Nesse mesmo ano, veio mais um filho, mesmo após a cirurgia de laqueadura, sendo uma novidade no seio familiar.

O contato com novos ares me permitiu que, no ano de 2014, eu fosse aprovado no concurso do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), no cargo de técnico administrativo, em nível médio, apesar de o salário não ser atrativo, as condições de trabalho foram determinantes. Posteriormente, em 2018, consegui ser aprovado no cargo de técnico administrativo, nível superior, novamente no IFTO.

Desse modo, após o término do período de estágio probatório que limita o afastamento para capacitação, decidi ser o momento oportuno para fazer uma pós-graduação *stricto sensu*, na perspectiva de trilhar um caminho no ramo da pesquisa. Dentre as linhas de pesquisa, decidi pela proposta do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, que dialoga com a proposta de pesquisa pleiteada, considerando a área de formação e o objeto de pesquisa, como também ponderando a questão da localização geográfica da UFNT, o investimento financeiro e a família.

No período da minha formação inicial, instigaram-me a trilhar apoiado nos pressupostos teóricos da corrente humanística, por um viés que considerasse a história de vida e o espaço-território. Nessa senda, em 2022, consegui aprovação no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins, mais um degrau a ser alcançado na jornada acadêmica. Seguir na carreira de pesquisador era uma oportunidade de crescimento e aprendizado. Com esse propósito, seguimos na perspectiva de aprender e contribuir com a linha de pesquisa “Paisagens, Narrativas e Linguagens” do referido Programa de Pós-Graduação.

Retorno à mesma Universidade onde outrora concluí o curso superior, na época Universidade Federal do Tocantins (UFT), agora Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), para desenvolver a pesquisa que me propus realizar. No período da minha graduação, no curso de Pedagogia, instigaram-me a dialogar com tendências humanísticas, apoiado nessa corrente, a caminhada guiou-me para me aproximar de estudos que versam sobre a cultura e os territórios dos povos indígenas no ensino superior, o que alicerçou o recorte do objeto de pesquisa, que consiste na análise da relação do povo Apinajé com a Universidade Federal do Norte do Tocantins, no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), no campus de Tocantinópolis (TO). Para conseguir trilhar o percurso da análise dessa relação étnica na universidade, define-se como interlocutores/as os/as estudantes e anciãos e anciãs do povo Apinajé, sujeitos/as que estão envolvidos na dinâmica da presença dos indígenas no seio da universidade, desde a questão de acesso e permanência, como também nas atividades indígenas que acontecem dentro da universidade. Eles/as são pessoas que carregam na sua trajetória de vida elementos culturais que caracterizam o seu pertencimento étnico.

À primeira impressão, em contato com o campo de pesquisa, percebe-se a

presença de estudantes indígenas de diferentes etnias na Universidade. Com isso, iniciou-se o desenvolvimento da pesquisa que envolve os/as indígenas no território universitário, um espaço institucional, que merece tecer os caminhos e prepará-los/as para o fortalecimento e resistência nas disputas e nos enfrentamentos vindouros.

Nesse ínterim, estive presente em atividades acadêmicas no território universitário e no território Apinajé, na perspectiva de construir um repertório que me guiasse no trabalho de campo e nas análises. Dentre as atividades, inicialmente participei da Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA), no Centro de Educação, Saúde e Humanidades da UFNT, em Tocantinópolis, evento realizado pelo Curso de Licenciatura em Educação no Campo, com habilitação em artes e música. Posteriormente, estive na apresentação do antropólogo Roberto DaMatta, pesquisador que retornou ao Povo Apinajé, após quatro décadas da sua pesquisa desenvolvida entre os Apinajé. A partir desses eventos, estabeleci os primeiros contatos com os/as estudantes, sob direcionamento da minha orientadora, a Prof.^a Kênia Gonçalves Costa. Na esteira da extensão universitária, através do projeto “Escolas Vivas Apinajé de Artes”, estabeleci um caminho para trilhar no desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que no projeto tem a presença dos/as estudantes indígenas e não indígenas, anciãos e anciãs, professores/as e pesquisadores/as.

A partir disso, soma-se também a participação nas atividades do II Festival de Artes do Bico do Papagaio, realizado pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, Centro de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis - (CEHS/UFNT) – Tocantinópolis (TO), com apresentação de cantorias, danças e pinturas da cultura Apinajé no espaço universitário. Dentre as atividades, a mediação da mesa com Maria Elisa Ladeira, antropóloga responsável pelo relatório que contribuiu para a demarcação da Terra Indígena Apinajé, que contou sua experiência com os povos Timbira.

Consequente à participação e o envolvimento nas atividades universitárias, recebi o convite de uma liderança Apinajé para participar da cerimônia de formatura dos/as estudantes do ensino médio básico, da Escola Estadual Indígena *Mãtyk*, localizada na Aldeia São José do povo Apinajé, em Tocantinópolis (TO). Prontamente, grato, compareci ao evento, uma oportunidade para observar e analisar como se dá a passagem do ciclo escolar no território indígena Apinajé. Do outro lado, na universidade, também compareci na apresentação do Trabalho de Conclusão de

Curso (TCC) do estudante pertencente ao povo Apinajé, concluinte do Curso de Educação do Campo.

Com a força desses ventos, resolvi participar do curso de formação, intitulado “Caminhos das Águas”, uma política de formação do Ministério da Cultura. O curso é dedicado às culturas originárias e tradicionais, com foco na preservação dos principais rios, como o Rio Tocantins, que margeia a Terra Indígena Apinajé. No estado do Tocantins, o curso aconteceu na Escola Estadual Indígena *Mãtyk*, coordenado pela Universidade Federal do Mato Grosso, contando com as parcerias da UFNT e da Secretaria Estadual dos Povos Originários do Tocantins (SEPOT).

Nessa direção, através do projeto mencionado anteriormente, soma-se ainda a premiação cultural do edital “Olhinhos D’Água” no qual tive um projeto aprovado, que viabilizou o desenvolvimento de duas atividades dentro do território indígena do povo Apinajé, juntamente com o ancião José de Almeida.

Posteriormente, estive contribuindo na organização do Seminário *Panhĩ*-Apinajé, realizado no CEHS, da UFNT, em Tocantinópolis, apoiando ativamente as atividades previstas no evento, essencialmente a atividade de apitos e buzinas conduzida pelo ancião José de Almeida.

Para encerrar o percurso das incursões no campo de pesquisa, estive na defesa de memorial do estudante Alcides Carvalho Krikati, do curso de Educação do Campo, que ocorreu dentro na Aldeia Cipozal, localizada na área do Território Apinajé. Assim, para finalizar o trabalho de campo, procedi o deslocamento para a realização das entrevistas com os/as anciãos, anciãs e estudantes nas aldeias onde reside o povo Apinajé.

A lida de estudar a cultura do Povo Apinajé, remar em outro caminho na pesquisa tem se mostrado um espaço desafiador de ser tocado, uma arena pensada para incorporar as epistemologias com vieses coloniais, que negam os saberes do povo, que reforçam a perspectiva clássica.

O deslocamento para pesquisar os povos indígenas nos desafia a refazer percursos e trilhar nas encruzilhadas. As incursões em campo, pesquisando junto ao Povo Apinajé, fez-me entender que a educação para os povos indígenas não deve seguir o plano ocidental, no qual a biblioteca fica na escola, mas aponta para um outro viés, que abrange a educação transmitida de geração para geração, que tem como biblioteca os anciãos e as anciãs: os mais velhos que guardam a memória do povo Apinajé através da oralidade, visando o fortalecimento e valorização da cultura, do

território e do modo de vida.

A experiência do contato com o território e o Povo Apinajé, a universidade, estudantes, anciãos e anciãs, os elementos intrínsecos da pesquisa acrescentam minha formação acadêmica e como sujeito de uma sociedade que precisa rever o sentido da vida.

A partir do processo educacional experimentado com a pesquisa, sigo a remar em direção ao esperar desse povo, que está no respeito aos elementos presentes na natureza e na prática de um modo de vida alicerçado nas cantorias, nas danças, nas pinturas corporais, no pátio, nas caçadas, nas matas, no cerrado e demais atividades da cultura. De modo que exercem a sua autonomia, decidem o rumo da caminhada para atender as necessidades do povo Apinajé e não para atender demandas externas, de fora, de imposição de um modelo que deve ser seguido. Percebe-se que o projeto de vida do povo Apinajé está conectado com os saberes tradicionais ancestrais, e que boa parte deles permanece ativo na cultura.

Na escuta dos/as estudantes, pude entender que não basta ter acesso à universidade, há as questões culturais, que são marcas fortes do Povo Apinajé, elementos de vivências, que devem ser consideradas na organização universitária para que os/as estudantes possam permanecerem no território universitário e concluir o ciclo do ensino superior. Por isso, a organização de espaços que fortaleçam a presença indígena no seio universitário deve estar em pauta, como o desenvolvimento de atividades curriculares que tenham a participação dos anciãos e anciãs, que são os sabedores da cultura das comunidades indígenas.

O trabalho trata-se de uma pesquisa que dialoga com estudos realizados por não indígenas sobre o povo Apinajé e pesquisadores/as do próprio povo Apinajé, na perspectiva de contribuir com uma abordagem interdisciplinar que versa sobre a interação do Povo Apinajé na UFNT. Desse modo, sigo na empreitada, apoiando-me, na corrente desses/as pesquisadores/as e nos/as interlocutores/as que desenvolveram uma abordagem focada no povo Apinajé, conectada com os saberes ancestrais na busca de estabelecer um diálogo intercultural.

Assim, para concluir, a minha postura epistemológica, que reflete a trajetória acadêmica construída na Universidade, criada no Norte do estado do Tocantins, atualmente nomeada de UFNT, a partir das oportunidades trazidas com o acesso à universidade e guiado pelo amadurecimento acadêmico, consegui mudar minha história de vida até aqui, com dias árduos, só que melhores que outrora.

1.2 CAMINHANDO NA TRILHA DA PESQUISA

Na graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, em Tocantinópolis (TO), durante as aulas da disciplina de Arte e Educação, tive o primeiro contato com um estudante indígena Apinajé, batizado no universo não indígena de Cassiano Apinajé, que também estava vinculado ao curso de Pedagogia, só que com outra trajetória acadêmica. Naquele momento, alguns questionamentos emergiram na direção de pensar em uma universidade que aprecie, respeite e valorize a interculturalidade dos povos originários.

Assim, no caminhar da disciplina de Arte e Educação, surge uma visita técnica à cidade de Belém (PA), com o objetivo de conhecer a Arte Marajoara, Museus e participar de outras atividades acadêmicas. Na viagem, estabeleci os primeiros diálogos com Cassiano Sotero Apinajé, que também integrava a lista de estudantes matriculados na disciplina naquele momento, oportunidade na qual conversamos sobre diversos assuntos. Do encontro fiz algumas reflexões e uma guardei na memória os diálogos, que me instigam a pesquisar sobre a relação do povo Apinajé com a UFT/UFNT, ancorado no processo de acesso e permanência ao Ensino Superior, especificamente no Centro de Educação, Humanidades e Saúde, em Tocantinópolis, da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Através de uma postura reflexiva no meio acadêmico, interessei-me por um projeto educacional que incorporasse no currículo os saberes culturais ancestrais do Povo Apinajé, em vez de descartá-los, entendendo que a universidade deve ser um espaço para reduzir os distanciamentos e agregar sistematicamente diferentes culturas.

Por isso, me propus estudar o povo indígena Apinajé, que se situa na Terra Indígena Apinajé, demarcada na década de 1980, povoada com mais de 50 aldeias. A etnia está situada no extremo norte do Estado do Tocantins, nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece-se como um marco na garantia de direitos para os povos indígenas, conforme art. 231.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Desse modo, a presença de estudantes indígenas no ensino superior, demanda da universidade um esforço institucional para adequar-se para atendê-los/as no território universitário, considerando suas dinâmicas sociais e culturais. Além do direito de manterem sua identidade cultural, garantir o uso de suas línguas maternas e processos específicos de aprendizagem, fortalecendo instrumentos das tradições indígenas.

Diante dessa tessitura, decidi canalizar a pesquisa acadêmica de mestrado para entender como o povo Apinajé está demarcando o seu território na Universidade Federal do Norte do Tocantins, em Tocantinópolis (TO).

A questão da educação formal indígena tem sido justificada no contexto do debate da diversidade que se apresenta nas sociedades indígenas e não indígenas. Desde então, os povos indígenas têm tensionado a luta para garantir o processo de formação educacional, levando em consideração a especificidade de cada povo. Nesse sentido, o estudo apresenta questões importantes relacionadas aos estudantes indígenas no ensino superior.

A problemática que norteia essa pesquisa parte da inquietação, em entender a relação do povo Apinajé com a Universidade Federal do Norte do Tocantins, no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), partindo da observância de que parte do território Apinajé é circundado nas proximidades geográficas da cidade de Tocantinópolis (TO). Historicamente, os contatos interétnicos nessa região são marcados por conflitos, ideias equivocadas e preconceituosas.

No que tange às limitações, a priori, o estudo não consegue abarcar densamente questões importantes para as populações indígenas, como a questão da demarcação territorial, os projetos econômicos nos arredores da terra indígena, ausência de políticas públicas, representatividade política e conflitos locais. Como também não cabe aqui, adentrar no registro histórico e cultural de longa duração do Povo Apinajé.

Minha condição de não indígena/*kupê*, por si já exerce uma pressão na escrita do trabalho pela abrangência da diversidade cultural e social dos/as interlocutores/as na medida em que o olhar parte do outro, de fora do seio da comunidade indígena, analisando uma pauta pertencente àqueles sujeitos.

Um outro ponto limitante é não imergir na compreensão da língua materna, tanto na oralidade quanto na escrita. Com isso, o avanço da pesquisa segue, sem adentrar na análise densa de questões linguísticas, mesmo compreendendo o seu

valor simbólico dentro da cultura indígena.

O foco do trabalho está em ater-se na questão, de como tem sido tensionada a relação do povo indígena Apinajé com a universidade, o que inclui saber das questões de acesso e permanência, entre elas, as políticas institucionais que têm sido implementadas para inclusão dessas pessoas e da valorização do conhecimento indígena no currículo universitário.

Diante dos desafios e das novas perspectivas advindas com o acesso ao ensino superior pelos povos indígenas, a pesquisa pode beneficiar os/as participantes ao refletir sobre suas trajetórias educacionais e ressignificar o direito de buscar uma educação específica e diferenciada, no contexto étnico e cultural.

Com a pesquisa na Universidade Federal do Norte do Tocantins, espera-se que auxilie a expansão das pesquisas sobre educação superior para os povos indígenas no âmbito regional, estadual e nacional, especialmente do Norte do estado do Tocantins, e que os resultados possam subsidiar estudos futuros que ampliem a possibilidade da efetivação dos direitos à educação indígena dentro de um escopo específico e diferenciado.

Nessa senda, observa-se, que os benefícios advindos desta pesquisa, estão norteados em esclarecer questões que perpassam a relação étnica do Povo Apinajé com a UFNT, especificamente quanto à formação no ensino superior, através da universidade, visto que a educação indígena, para uma parcela da população, traz uma carga de descrédito, devido à falta de conhecimento, e mesmo a falta de divulgação a respeito das leis que lhes assegura o direito a uma educação diferenciada em face à sua diversidade sociocultural.

A presente pesquisa vai ao encontro da linha de pesquisa *Paisagens, Narrativas e Linguagens*, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) do Centro de Ciências Integradas (CCI), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), especificamente no item, “cultura, cidadania e educação”, pois delinea sobre a relação do povo Apinajé e a UFNT, enfocando as práticas interculturais, espacialidades e trajetórias na universidade.

[...] A definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. A noção de territorialidade significa materialidade e imaterialidade em unidade, na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s), no movimento de TD. (SAQUET, 2007, p. 70).

Os/as estudantes indígenas Apinajé constroem trajetórias socioespaciais da aldeia à cidade, especificamente para a universidade, permeadas por contatos interétnicos e espacialidade no território universitário. Para delinear a análise das trajetórias que os/as estudantes indígenas estabelecem no ensino superior, é preciso estender o olhar para as dificuldades, escutar seus anseios, deslocamentos, adaptações e identificar as políticas afirmativas e práticas interculturais.

A linha de pesquisa *Paisagens, Narrativas e Linguagens* possibilita colher as narrativas dos/as estudantes indígenas e anciãos e anciãs, através de rodas de conversas, entrevistas e pesquisa de campo. Desse modo, consegui observar as trajetórias socioespaciais a partir das interações no campo de pesquisa, com o contato com as pessoas que compõem essa etnia, que tem o Apinajé/*Panhĩ Kapẽr* como língua materna.

É importante frisar que o trabalho apresentado consiste no fortalecimento da luta dos povos indígenas, por uma educação indígena intercultural no ensino superior que passe a fronteira da universidade, que adentre o espaço acadêmico, um local específico de sistematização dos diversos ramos do saber, que até pouco tempo estava reservado a pessoas distintas dos povos indígenas, para nutrir a academia de ciências epistêmicas ancoradas em saberes tradicionais que reverberam e os conectam ao território ancestral.

A presente pesquisa, intitulada *A Relação Intercultural do Povo Apinajé no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)*, propõe-se a entender a interação desse grupo étnico com a universidade, observando como tem sido o contato interétnico e o processo de acesso e permanência dos/as estudantes indígenas na UFNT.

O objetivo principal do estudo consiste em analisar a relação intercultural do Povo Apinajé com a Universidade Federal do Norte do Tocantins, observando o processo de acesso e permanência dos/as discentes indígenas no ambiente universitário.

No decorrer do trabalho, estabelece-se da seguinte maneira os objetivos específicos que direcionam o estudo: a) realizar o levantamento de dados quantitativos de entrada, evasão, egressos e permanência dos/as estudantes Apinajé na universidade a partir do recorte temporal de 2005 a 2022; b) observar as práticas interculturais do Povo Apinajé e as trajetórias dos/as estudantes indígenas Apinajé no CEHS-UFNT; e c) identificar as políticas institucionais, afirmativas e programas que a

universidade dispõe para os/as discentes indígenas no CEHS-UFNT.

O povo Apinajé está localizado na zona de proximidades territoriais e influências das seguintes cidades: Tocantinópolis, São Bento do Tocantins, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha, Nazaré, Santa Terezinha do Tocantins, Aguiarnópolis, Luzinópolis e Itaguatins no estado do Tocantins, do outro lado do rio, no estado do Maranhão, são as cidades de Porto Franco, Estreito, Campestre do Maranhão e Ribamar Fiquene.

A pesquisa tem como interlocutores/as os anciãos e anciãs, e os/as estudantes indígenas do Povo Apinajé, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), da UFNT, que tem sua estrutura composta por duas unidades, uma no centro da cidade e outra no bairro Vila Santa Rita, chamado de unidade de Babaçu, que abriga quatro cursos de licenciatura: Pedagogia, Educação Física, Ciências Sociais e Educação do Campo, com habilitação em Artes e Música e o Bacharelado em Direito.

Para desembaraçar o estudo, inicialmente exige-se examinar quem são os/as sujeitos/as nomeados de interlocutores/as da pesquisa, anuncia-se os/as estudantes indígenas Apinajé do CEHS da UFNT no período de 2005 a 2022 e os anciãos e anciãs envolvidos na dinâmica das atividades institucionais da UFNT. Essas pessoas carregam na sua trajetória de vida elementos culturais que expressam o seu pertencimento étnico. Por isso, é preciso saber de onde partem os/as estudantes, anciãos e anciãs, se são homens, mulheres, jovens, pais, mães, quais atividades desenvolvem na comunidade, e permitir com isso, conhecer um pouco da história de vida dos/as interlocutores/as e suas referências.

Na linha de tensão étnica, identifica-se que, para os/as estudantes indígenas, há o preço de sair do seio da aldeia, que é regida por regras simbólicas do pertencimento étnico, para adentrar em outro espaço, no meio acadêmico, dotado de regras estabelecidas no viés do pensamento ocidental.

Assim, espera-se que os/as interlocutores/as, participantes do desenvolvimento da pesquisa, possam contribuir com a abordagem qualitativa a ser feita no território universitário sobre indígenas do Povo Apinajé. Desse modo, com o acolhimento desses/as sujeitos/as, a pesquisa tende a encaminhar-se para a sua tessitura.

1.2.1. Caminhos da pesquisa

Inicialmente, desejo indicar que o presente trabalho se trata de uma pesquisa exploratória, feita a partir da abordagem qualitativa, que segue o fazer metodológico interdisciplinar, utilizando-se da revisão bibliográfica e revisão documental, observação participante e do viés da história oral. Poderia até ter decidido por trilhar o caminho da metodologia etnográfica, considerando o pertencimento étnico dos/as interlocutores/as, e realizar uma pesquisa mais densa e descritiva, porém segui na outra caminhada metodológica.

Nesse ínterim, para canalizar os rumos quanto aos objetivos e fins do trabalho apontado, a pesquisa será feita a partir de uma pesquisa exploratória direcionada por uma abordagem qualitativa. Conforme assegura Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm como objetivo aproximar o pesquisador ao problema do seu objeto de pesquisa, possibilitando a construção de caminhos que permitam entender a problemática.

Na andança do estudo, utiliza-se de modo complementar a abordagem quantitativa, que serve para dar um apoio à pesquisa qualitativa, no levantamento dos dados estatísticos de indígenas ingressantes, egressos, evadidos, desligados e vinculados, especificamente do povo indígena Apinajé. Conforme Gil (2002), as pesquisas quantitativas consideram que tudo pode ser contado, gerando informações a partir de números, para que, desse modo, possam ser classificados e analisados. Nesse sentido, uso a abordagem quantitativa para organizar as informações consultadas nos relatórios estatísticos.

A tessitura do fazer metodológico para analisar a Relação Intercultural do Povo Apinajé no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da Universidade Federal do Norte do Tocantins está constituída em três etapas. Na primeira etapa, procedi com o levantamento de dados secundários produzidos em dois momentos: no primeiro momento reuni a bibliografia básica, legislação e demais documentos institucionais que discorrem a temática; e no segundo momento, fiz a organização para o levantamento dos dados estatísticos de indígenas ingressantes, egressos/as, evadidos/as, desligados/as e vinculados/as, essencialmente da etnia Apinajé, submetidos na análise.

Adota-se referenciais teóricos do próprio povo Apinajé, pesquisadores/as nativos/as do lugar, conhecedores/as da memória dos saberes tradicionais e

ancestrais. Para prosseguir com esse recorte, é preciso estar pautado em uma decisão política para cruzar o percurso da pesquisa, ao lado dos/as interlocutores/as sujeitos/as que valorizam o campo da oralidade. Por esse motivo, “[...] a história oral é, principalmente, um modo de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas [...]” (Portelli, 2010, p. 27), permitindo articular os saberes da comunidade e dissuadi-lo em outros locais, fora do seu território.

A segunda etapa consiste na observação participante, que me guia no trabalho de campo desenvolvido em vários momentos, está direcionada por Brandão (1981; 2006), que discute a pesquisa participante na perspectiva de um trabalho para a construção do conhecimento. Conforme Brandão, “Toda a ciência social de um modo ou de outro deveria servir a política emancipatória e deveria participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e de fraternidade humana [...]”. (Brandão, 2006, p. 04).

O autor destaca que as demonstrações, acontecem ao mesmo tempo da participação, “[...] visualizam participação e ações educativas como momentos de um mesmo processo” (Brandão, 1981, p. 14). A pesquisa participante coloca o pesquisador em contato direto com o ambiente de pesquisa e com os/as interlocutores/as, ou seja, ressignifica novos olhares e dinâmicas de concepções.

A terceira etapa, a analítica, está constituída em dois momentos: no primeiro, faz-se a coleta de dados primários da pesquisa por meio de questionários para todos/as os/as estudantes indígenas com o status de matriculados/as em 2023, através de formulário eletrônico enviados por e-mail. Corroboramos com o entendimento de Venturi (2005, p. 168) “[...] o questionário é um bom e, por vezes, insubstituível instrumento para a obtenção de dados quantitativos, embora nada impeça que sirva ao propósito de obter informações qualitativas [...]”, sendo um instrumento útil no levantamento de dados para subsidiar a execução da pesquisa e Porém, na conjuntura da pesquisa, decidi não incluir na análise os dados coletados através de questionário, essa análise será feita em um trabalho posterior que deverá ser publicado sobre a temática discutida.

O segundo momento, é o espaço reservado para escuta dos/as interlocutores/as, a partir da entrevista semiestruturada com participação de 11 (onze) estudantes, dos 5 (cinco cursos) em funcionamento no CEHS da UFNT, sendo selecionado das diferentes fases acadêmicas: inicial, intermediária, final e egresso,

sendo conduzida as entrevistas feitas sob a luz da história oral, a partir da história de vida na busca de memórias dos/as interlocutores/as no percurso formativo. Conforme enfatiza Portelli (2016, p. 18), “A história oral, então, é história dos eventos, história da memória da interpretação dos eventos através da memória [...]”. Por isso, realizar a escuta desse povo apegado na oralidade, torna-se uma oportunidade para entender melhor a dinâmica do território do povo Apinajé.

Nesse ínterim, a parte das entrevistas, são os encontros com os/as interlocutores/as da pesquisa, ocorre um momento planejado para escuta, a partir do diálogo estabelecido. De conformidade com o entendimento de Thompson (1992, p. 264), “[...] um entrevistador qualificado pode aprender a reter o suficiente das informações principais e das frases essenciais para lançá-las no papel logo depois, e fazer uma entrevista que valha a pena”. Para isso, o entrevistador precisa exercer a postura de escuta do interlocutor, organizando o ambiente de modo que o/a interlocutor/a sintasse à vontade para falar.

Após o segundo momento da etapa analítica, faz-se a análise dos dados direcionado por Thompson (1992) para interpretar as narrativas dos/as interlocutores/as, entendendo que esses/as fazem parte da história tecendo suas trajetórias, não sendo apenas observadores do caminho.

Desse modo, para colocar em prática a pesquisa, tem a arrancada dos primeiros passos em direção ao campo de trabalho estabelecido anteriormente, com esse movimento, dá início a fase de reconhecimento do território, e como está a relação intercultural do povo Apinajé no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da UFNT, observando a presença dos/as estudantes indígenas no ensino superior em Tocantinópolis (TO).

Com disposição e pés no chão, segui no projeto, levando as indagações iniciais, e com uma inquietação pulsando, a de como seria a chegada ao local, essencialmente, como seria a aceitação como pesquisador, apresentando-se como um desafio a priori, estabelecer uma ligação para posteriormente, conseguir desenvolver a pesquisa.

Pesquisar com os povos indígenas, desafia-nos a imergir no território do outro, através do fazer da pesquisa, dos momentos de interações com o povo Apinajé, das festas culturais, do artesanato, pinturas corporais, participação nos rituais, das mensagens e ligações. Por isso, pesquisar os povos indígena exige uma conexão e ser uma pesquisa mais próxima do território. Nas entrevistas, percebe-se que os/as

interlocutores/as querem a presença da universidade dentro do território, precisa fazer-se presente, nas atividades que movimentam a cultura do povo Apinajé.

Diante disso, após a estruturação do trabalho de pesquisa, com a análise concluída, faz-se necessário organizar um momento no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS/UFNT) em Tocantinópolis, para apresentar o trabalho aos/as estudantes indígenas e não indígenas, anciãos e anciãs do povo Apinajé, professores/as, técnicos/as administrativos/as, gestores/as da UFNT, e demais pertencentes da comunidade acadêmica, de modo a mostrar que a pesquisa pode contribuir com a universidade no direcionamento de políticas institucionais e diálogos na perspectiva de adaptar a estrutura universitária para atender a demanda dos/as estudantes indígenas.

1.2.2. Passos realizado na pesquisa

Para desenvolver a pesquisa, o trabalho está estruturado em quatro partes, que formam o alicerce para discorrer de maneira harmoniosa a distribuição do texto. A forma de organização disposta oportuniza a entender o caminho trilhado para análise da temática elegida como objeto de estudo.

Na introdução, em primeiro lugar, traçamos a trajetória acadêmica e pessoal do pesquisador, contando os pontos retratados na memória construída da jornada da vida e fizemos a apresentação do nosso tema de pesquisa, uma contextualização resumida. Na sequência, vamos apresentar a justificativa de fazer a análise da relação do povo Apinajé com a UFNT a partir do problema de pesquisa levantado e indicar as limitações que o trabalho tem, e a atenção ao seu foco abrangente. Além disso, manifestamos os objetivos de realizar pesquisa.

Essa seção ainda explica as motivações do recorte do objeto de pesquisa, e apresenta os interlocutores/as, indicando quem são os/as sujeitos/as dispostos/as a contribuir com o trabalho. Da mesma forma, anuncia o caminho metodológico transitado por meio da metodologia estabelecida para fazer a pesquisa.

No segundo capítulo, envereda-se propriamente no objeto da pesquisa, buscando-se entender como se dá o envolvimento do povo Apinajé com a UFNT. Para isso, concentra-se especificamente em como tem sido a trajetória desse povo até o povoamento do espaço universitário da UFNT, registrando os deslocamentos que têm ocorrido, a partir da relação intercultural que acontece do lado de fora do território

indígena do povo Apinajé.

Aqui o interesse está em analisar e compreender como o Povo Apinajé tem construído sua relação com a UFNT, com ênfase na trajetória no ensino superior, tido como um instrumento formativo que os apoia na lida pela continuidade do território sagrado. Esse embasamento inclui perceber como está estruturado o espaço universitário, para atender a diversidade cultural dos/as indígenas que batem à porta da universidade para ter uma formação acadêmica que tenha significado para quem mora no território Apinajé e quer fortalecer as práticas culturais.

Para persistir nessa jornada traçada, essa parte do trabalho está dividida em três seções, que estão dispostas de forma a discorrer sobre os fundamentos epistemológicos que permitem construir uma análise e desenvolver um percurso da relação do povo Apinajé no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

A primeira seção, elenca sobre o território e a interdisciplinaridade, dando o direcionamento que alicerça a construção do trabalho a partir de diferentes campos epistêmicos do conhecimento preparando a trilha para andar no passo dos saberes indígenas.

Na segunda seção, trago os pressupostos da questão territorial e cultural, situando os eventos de contatos com a sociedade envolvente. Nesse ponto, destaca-se o período da demarcação do território, que define os limites da Terra Indígena Apinayé, dá-se detalhes de onde está situado geograficamente o Território Apinayé indicando as fronteiras. Outrossim, evidencia-se os movimentos de lutas e conquistas, com ênfase nas lutas territoriais do processo de demarcação da Terra Indígena Apinajé.

Além disso, trilha no aspecto cultural que estabelece a dinâmica de organização social do povo *Panhĩ*, que tem o seu modo vida agarrado aos rituais ancestrais. Nessa abordagem, traça-se uma análise de estudos realizados em períodos intercalados, por pesquisadores/as indígenas e não indígenas, para observar como está a dinâmica dos elementos culturais do povo Apinayé, notando como tem sido o movimento e envolvimento dos pertencentes ao grupo étnico na preservação da cultura.

A travessia está embasada em referências de estudos desenvolvidos no âmbito do território em diferentes períodos, como Roberto DaMatta (1976), Odair Giralдин e Cassiano Apinajé (2019), Francisco Edviges (2007), Marcelo Fagundes (2022), Cassiano Apinajé (2017), Júlio *Kamêr* Ribeiro Apinajé (2019), Célio Apinajé (2020),

Júlio Apinajé e Rosilene Apinajé (2018), Fabrício Apinajé (2023) e outros. Soma-se ainda, as referências do território, os/as anciãos/as, que são os guardiões dos saberes do povo Apinajé, Dona Terezinha, Zé Cabelo e José de Almeida que contribuíram como interlocutores/as.

Dentre os estudiosos citados, na análise, destaca-se Roberto DaMatta (1976), quando teve a experiência de acompanhar os Apinajé, em períodos descontínuos, entre os anos de 1962 e 1970. A pesquisa que levou à sua tese de doutorado na *Harvard University* e que resultou no livro “Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinajé”, publicado em 1976, tornou-se uma referência.

A terceira seção anuncia os tópicos que apresentam dois campos de conhecimento diferenciados, o território educacional Apinajé, que envolve os saberes do povo Apinajé, e o território educacional formal, que abrange os saberes da/na universidade, com destaque para o desdobramento do contato étnico no âmbito da universidade.

Ao abordar sobre o território educacional Apinajé, os saberes do povo, propõe-se conhecer e inteirar-se do trabalho das lideranças, das anciãs e dos anciãos, que são os/as guardiões da sabedoria Apinajé, designados para conectar os/as jovens/estudantes do povo Apinajé, na cultura e no território, por meio dos ensinamentos dos mais velhos no processo formativo.

No tópico território educacional formal, que compreende os saberes da/na universidade, dispõe-se a esmiuçar como a UFNT tem lidado com as questões que envolvem os/as estudantes indígenas no âmbito acadêmico.

Nesse sentido, discute-se como tem sido o acolhimento e valorização dos saberes indígenas no currículo universitário, na busca de uma formação acadêmica que estimule a interculturalidade, apoiada em práticas que dialoguem com o conhecimento do povo *Panhĩ*. Para isso, é incorporada na análise a trajetória dos/as estudantes da UFT/UFNT no período temporal de 2005 a 2022.

Para isso, encarrega-se de situar a localização da UFT/UFNT, na caminhada do percurso educacional exercida na região Tocantina, nos arredores da Terra Indígena Apinajé, e trazer informações complementares acerca do processo de instalação, estruturação e organização da universidade. Esboça-se o contexto histórico, como a universidade está estruturada, a região de abrangência de sua atuação e sua contribuição na produção de conhecimento em consonância com os saberes tradicionais. Para desenvolver a configuração da pesquisa, faz-se o recorte

referente ao período de 2005 a 2022, dos/as estudantes indígenas Apinajé que possuem vínculo com a universidade no período destacado.

Desse modo, para desdobrar e tecer a trilha dos/as estudantes indígenas na universidade é preciso seguir uma perspectiva de construção de novos currículos, que contemplem a diversidade intercultural no seio universitário e estejam apoiados na escuta dos anciãos, lideranças, e estudantes indígenas do povo Apinajé, denominado aqui como interlocutores/as.

Acrescenta-se, ainda, nesse ponto, a apresentação dos/as estudantes, anciãos e anciãs, convidados a participarem da pesquisa como interlocutores/as, observando como esses/as sujeitos/as tem sido apreciados/as, no processo formativo curricular da universidade, a territorialidade, a língua materna dos/as estudantes indígenas e o modelo de avaliação acadêmica aplicada.

O destrinchar do trabalho, aponta para a necessidade de realizar a escuta dos/as interlocutores/as, com o uso metodológico da história oral, a partir da história de vida na busca por entender as trajetórias dos/as discentes indígenas Apinajé, estabelecidas no deslocamento da aldeia a cidade, especificamente para a universidade, com uma relação marcada por contatos interétnicos e espacialidade no território universitário. Além de adentrar na análise das trajetórias que o/a discente indígena constrói na educação superior esboçando as dificuldades, deslocamentos, adaptações, políticas sociais afirmativas e práticas interculturais, percebidas e sentidas dentro dos muros universitários, na perspectiva de contribuir com o direcionamento de ações que possam apoiar o percurso acadêmico dos/as estudantes indígenas na UFNT.

Para darmos andamento, na terceira parte do trabalho deslocamos a análise para pensar sobre as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no ambiente acadêmico, espaço tensionado com a presença da interculturalidade. Por isso, na sequência, avançamos no debate da lide no ensino superior indígena, considerando as duas vias igualmente essenciais: a questão do acesso e da permanência, que estão postas na discussão.

O terceiro capítulo é a parte do trabalho, disposta em duas seções, que se encarrega de incorporar no debate a temática principal do trabalho, que versa sobre o acesso e permanência dos/as estudantes indígenas na UFT/UFNT, tendo em vista que a entrada de estudantes indígenas no ensino superior é um campo de estudo relevante, para compreender suas necessidades, desafios e perspectivas no processo

educacional formal.

Na primeira seção do referido capítulo, localizam-se as políticas institucionais presentes no âmbito da UFT/UFNT relacionadas à educação superior indígena que são cruciais para interpretar como está a situação da demanda dos/as estudantes indígenas. No rol dos instrumentos, destaca-se os marcos legais e as políticas públicas que foram instituídas como forma de reconhecimento de direitos para garantir o acesso e a permanência dos estudantes indígenas na universidade. Aqui iremos frisar a Lei de Cotas Raciais, o Programa de Bolsa Permanência, a Política Nacional de Assistência Estudantil, e os Programas Institucionais Internos da UFT/UFNT que estão direcionados a apoiar os/as estudantes indígenas da universidade. Além disso, trazemos o levantamento de dados nacionais e da universidade que assessora na avaliação do impacto das políticas implementadas no período pesquisado.

A segunda seção encarrega-se de apresentar a análise dos resultados obtidos da pesquisa intitulada “A Relação Intercultural do Povo Apinajé na UFT/UFNT”. Com base na trilha metodológica percorrida, descrevi as imersões e as atividades realizadas no campo de pesquisa, elencando as etapas cumpridas da propositura, quais os dados foram obtidos, como se adquiriu as informações disponíveis e as fontes consultadas que sustentam o estudo em desenvolvimento. De maneira adicional, acrescenta-se as dificuldades e aprendizagens experimentadas por meio das vivências percorridas no território.

No quarto capítulo, há a síntese que retoma o objetivo geral da pesquisa que propõe analisar a relação intercultural do povo Apinajé com a UFNT, observando o processo de acesso e permanência dos/as discentes indígenas. Com relação aos objetivos específicos, menciona-se como ocorre o desenvolvimento de cada tópico estabelecido, e descreve-se o percurso para alcançar os objetivos definidos no estudo.

2. O POVO APINAJÉ E OS/AS ESTUDANTES APINAJÉ NA UFNT

Na presente pesquisa, adota-se como objeto de estudo o povo Apinajé, que faz parte dos Povos Timbira, no Tocantins, mais especificamente como tem sido o povoamento do espaço universitário do CEHS da UFNT por esse povo, registrando os deslocamentos que têm ocorrido a partir dessa relação intercultural que acontece do lado de fora do território indígena do Povo Apinajé.

Um espaço que tem a sua estrutura física geograficamente próxima do território Apinajé, no entanto, distante na cultura e epistemologia Apinajé, um verdadeiro ponto de encontro de pessoas amarradas a trajetórias culturais específicas que refletem o percurso de vida que cada um carrega.

Nesse íterim, é eminente que o interesse da pesquisa está em analisar e entender como os/as indígenas têm construído sua trajetória no ensino superior, para enfrentar as lutas pelo seu território sagrado. Para isso, observa-se como está estruturado o espaço universitário para atender os indígenas que batem na sua porta para estudar. Na perspectiva de inteirar-se dessa relação intercultural, a imersão no campo de pesquisa é um momento que exige do pesquisador estratégias para lidar com as variações que acontecem no espaço pesquisado.

A seguir, evidencia-se a trajetória de pesquisa experimentada com o grupo étnico, os momentos que estive em campo interagindo com os/as interlocutores/as. Dessa maneira, ocorre o contato com o campo de pesquisa, o território universitário preenchido parcialmente pelo povo Indígena Apinajé, no Centro de Educação, Saúde e Humanidades (CEHS) da UFNT, em Tocantinópolis (TO).

Na esteira, da IV edição da Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA), na UFNT, em Tocantinópolis, evento realizado pelo Curso de Licenciatura em Educação Campo, com habilitação em artes e música (LEDOC), estabelece-se a largada da jornada de campo, sob a orientação da professora Kênia Gonçalves Costa, a quem estive acompanhado no pontapé inicial do trabalho de campo como mostra a Figura 01 quando visitamos o alojamento do CHES da UFNT durante a distribuição da cartilha dos comuns.

Figura 1 – Conhecendo os/as estudantes no alojamento



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Do evento, observa-se a presença e participação dos/as estudantes indígenas nas apresentações e atividades realizadas, ocupando o território universitário com os saberes ancestrais do povo Apinajé, através de cantorias, danças, pinturas, artesanatos e outros instrumentos confeccionados pelos/as anciãos e anciãs. Na ocasião, uma estudante indígena Apinajé conduziu a mesa de roda de conversa que tratava da cultura do seu povo.

Além disso, na busca de estreitar uma aproximação com os/as estudantes indígenas, compareci ao evento de reencontro do antropólogo Roberto DaMatta, pesquisador que retornou ao Povo Apinajé, após mais de quatro décadas de sua partida, quando esteve no território indígena Apinajé para realizar seu trabalho de campo etnográfico, no período entre os anos de 1962 a 1970, que resultou na sua tese de doutorado, e na publicação do livro com o título “Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé” publicado em 1976.

Nas primeiras impressões, em contato com o campo de pesquisa, percebi a presença de estudantes indígenas de diferentes etnias na UFNT, em Tocantinópolis. Com isso, inicia-se o desenvolvimento da pesquisa que envolve os/as indígenas no território universitário, um espaço institucional, que merece tecer os caminhos e

prepará-los/as para o fortalecimento e resistência nas disputas e nos enfrentamentos vindouros.

Na chegada ao Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da UFNT, em Tocantinópolis, apresentei-me como pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, do Centro de Ciências Integradas, da UFNT, ao representante legal do CEHS, o Prof. Dr. Marco Aurélio Gomes de Oliveira, que está diretor do centro. No instante, explanei de forma sintética a intenção do trabalho, com isso, ele pediu que eu encaminhasse o projeto para análise administrativa. Após análise, a direção do CEHS manifestou-se favorável quanto à autorização para o desenvolvimento da pesquisa.

Outro desafio seria ter autorização ou anuência de uma liderança indígena para desenvolver a pesquisa, considerando que, no percurso da pesquisa, determinados momentos poderiam exigir imersão na Terra Indígena Apinajé.

Diante disso, consegui estabelecer contato com o cacique da Aldeia São José, Evaldo Fernandes Sotero Apinajé, que também é estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, do CEHS da UFNT. Com a brecha, mostrei o objetivo do trabalho e relevância do estudo para a comunidade indígena, universidade e sociedade geral. O cacique pediu o envio do projeto para ponderar acerca. Posteriormente, o consentimento foi concedido para a realização da pesquisa de campo.

Com os documentos de autorização prontos, procedi com a organização da documentação necessária para submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, que é a base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos, com encaminhamento da pesquisa para análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), vinculado à UFNT, um órgão colegiado, independente, multi e transdisciplinar, de caráter consultivo, deliberativo e educativo.

A abertura de procedimento administrativo junto ao CEP, é necessário em pesquisa que envolve seres humanos. Após análise do processo, recebi o parecer com as recomendações a serem feitas, logo, procedi em atender o saneamento das pendências elencadas. Feito isso, o CEP da UFNT emitiu parecer favorável para realização da pesquisa (Anexo 01).

A fim de desenrolar o trabalho de campo, a partir da mediação do também pesquisador Wermerson Marinho de Sousa, vinculado ao PPGCult, do Centro de Ciências Integradas (CCI), da UFNT, resolvi participar do projeto de extensão

intitulado de “Escolas Vivas Apinajé de Artes”.

No decorrer da pesquisa, a interação com os/as estudantes e os/as anciãos/ãs da etnia Apinajé passou a ocorrer com mais frequência, a partir da participação nas atividades e encontros do Projeto de extensão denominado “Escolas Vivas Apinajé de Artes” coordenado pela Profa. Dra. Aia Oro Iara, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFNT e pelo Prof. Ms. Cassiano Sotero Apinajé, diretor da Escola Estadual Indígena *Mãtyk*.

O projeto visa fomentar o fortalecimento de pedagogias que valorizem os saberes ancestrais, através do compartilhamento de ensinamentos dos/as anciãos/ãs do povo Apinajé, com encontros tanto no espaço universitário, quanto no território indígena Apinajé, um momento de compartilhamento dos ensinamentos e instrumentos da cultura indígena, contado e feito a partir dos/as anciãos/ãs.

Nesse meio tempo, passo a observar e conhecer os/as estudantes e os/as anciãos/ãs, analisando a interação do povo Apinajé com a universidade, o movimento de ocupação étnica do espaço acadêmico da UFNT, um local instituído para validação de conhecimento, que precisa de amadurecimento para acolher outros saberes epistêmicos, os saberes do povo.

Pouco depois, acrescenta-se a mediação da roda de conversa, um diálogo com a Profa. Dr.^a Maria Elisa Ladeira, antropóloga responsável pela elaboração do relatório de levantamentos territoriais que ajudou na demarcação da Terra Indígena Apinajé, feita em 1985. Na roda de conversa, a pesquisadora narra como foram suas experiências no contato denso com o Povo Timbira, em especial os Apinajé. A atividade estava no cronograma do II Festival de Artes do Bico do Papagaio, realizado pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo, com Habilitação em Artes, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis (CEHS/UFNT).

Nessa conjuntura, em dezembro de 2023, também compareci na apresentação da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante Katãm Laranja Salvador Apinayè, conhecido por Fabrício Apinajé, com o título “Saberes Ancestrais e Práticas Educativas na Escola Estadual Indígena *Mãtyk*: Interfaces entre saberes – Aldeia São José – Tocantinópolis-TO. Um momento simbólico e precioso, que representa um passo importante na jornada acadêmica dos/as estudantes indígenas, rompendo as barreiras e abrindo caminho na universidade e na luta pela organização do seu território no espaço universitário.

Em virtude do contato estabelecido no trabalho de campo na universidade e

nas andanças no território indígena, dentre outras atividades, recebi o convite de Cassiano Apinajé, diretor da escola indígena, para participar da cerimônia de formatura dos/as concluintes do ensino médio da Escola Estadual Indígena *Mãtyk*, situada na Aldeia São José do Povo Apinajé, em Tocantinópolis (TO). Assim, compareci ao evento, do outro lado da fronteira, um momento marcante para registrar a interculturalidade que contou com apresentações de danças e cantorias na língua materna. Foi uma oportunidade de observação e análise, com destaque para a presença dos parentes dos/as formandos/as e pessoas da comunidade no cerimonial que marca o encerramento dos estudos dentro do território indígena Apinajé, pois, para ingressar no curso superior, é preciso sair do território.

Além disso, estive no curso de formação “Caminhos das Águas”, que faz parte da política de formação do Ministério da Cultura para aprender a elaborar projetos culturais. Na formação, houve a interação junto com lideranças do povo Apinajé, estudantes indígenas, anciãos/ãs, educadores/as, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e pesquisadores/as. Uma formação feita na aldeia, sacudindo a estrutura das árvores, que são paisagem do território Apinajé, para que frutifiquem e fortaleçam a cultura.

Do curso, brotou a semente do projeto intitulado “Instrumentos de Sopro Apinajé: Apitos e Buzinas”, do qual fui o proponente. O projeto foi contemplado através do edital “Olhinhos d’água” disponibilizado aos cursistas do curso de formação cultural. Para execução das ações propostas no projeto, foram realizadas três atividades que envolveram o ancião José de Almeida e os jovens do Povo Apinajé com momentos de formação, sendo duas delas dentro do território Apinajé e uma no espaço formal do CEHS da UFNT como forma de territorialização do espaço universitário pelo conhecimento do Povo Apinajé.

Nesse entrosamento, surgiu a oportunidade de participar do Seminário *Panhĩ* Apinajé, realizado dia 05 e 06 de dezembro de 2024, no CEHS da UFNT, que contou com a participação dos/as anciãos e anciãs: Zé da Doca (José Ribeiro Apinajé) Cacique da Aldeia Botica, Terezinha *Amnhák* Apinajé e José de Ribamar Apinajé, da Aldeia Aldeinha, Zé Cabelo (Alexandre de Sousa Fernandes Apinajé), da Aldeia Brejinho, e José de Almeida, da Aldeia São José, além de outras lideranças do Povo Apinajé e professores/as do Programa Saberes Indígenas, trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Odilon Rodrigues de Moraes Neto, da UFT. Inicialmente, participei de duas reuniões *on-line* para planejamento do seminário, que, diferentemente de outros anos,

dessa vez, foi realizado na UFNT, nos anos anteriores a culminância das atividades ocorreu nas escolas indígenas.

Na esteira do seminário como contrapartida do projeto “Olhinhos d’água” foi ofertada no evento uma oficina formativa para os/as professores/as indígenas, com o objetivo de desenvolver a prática cultural de confecção de apitos. As atividades do evento foram marcadas pela presença do Povo Apinajé na universidade, uma verdadeira territorialização a partir da prática da cultura Apinajé dentro do espaço da UFNT.

Posteriormente, compareci à defesa do Memorial de Alcides Carvalho Krikati, com o título “Conhecimentos sobre o território”. Alcides é estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, casado com uma indígena do povo Apinajé, morador da Aldeia Cipozal. A banca foi composta pela professora orientadora, Dr.^a Aia Oro Iara, pelo professor da UFT Dr. Odilon Rodrigues de Moraes, e por Fabrício Laranja Apinajé, egresso do curso de Educação do Campo.

Na oportunidade, já estabeleci contato com os/as estudantes e as lideranças da Aldeia Cipozal na perspectiva de realizar as entrevistas posteriormente. Com o formulário eletrônico feito e o roteiro das entrevistas definido, inicialmente faço o envio aos/as estudantes pelo número de WhatsApp através de grupos de amigos ou contato individual. No momento das entrevistas com os/as estudantes, anciãos e anciãs, sigo com o roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndices 01 a 03).

As entrevistas com os/as interlocutores/as foram realizadas na Aldeia Cipozal, Aldeia São José, Aldeia Paraíso, Aldeia Aldeinha, Aldeia Brejinho, na cidade de Tocantinópolis (TO) e de modo *on-line* devido não ter conseguido agendar um horário presencial com o estudante seguindo o rigor estabelecido, visto que, anteriormente, estava aguardando a aprovação do projeto no comitê de ética em pesquisa, para seguir as normas recomendadas da legislação vigente e resguardar de eventuais questionamentos. Assim, com o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Norte do Tocantins (CEP/UFNT), o desenvolvimento da pesquisa seguiu o rito de realizar os questionários e as entrevistas, para, posteriormente, realizar a organização dos dados da pesquisa.

Na pesquisa de campo, o desfecho das relações com os/as interlocutores do povo Apinajé não acontece na velocidade do pesquisador, é preciso estabelecer um ponto de encontro, ter aproximação. Nessa perspectiva, segui a práxis de outras pesquisas desenvolvidas no território: “Foi somente quando retornei aos Apinayé pela

terceira vez, com toda a minha família, que pude sentir que as minhas relações com eles haviam se modificado e ficado mais firmes” (DaMatta, 1976, p. 31). A interação com a comunidade, anciãos/ãs, estudantes, lideranças, povo Apinajé acontece de modo gradual.

No meu caso, essa aproximação se alicerça a partir das atividades desenvolvidas através do projeto de extensão desenvolvido pela UFNT no espaço institucional da universidade e no território tradicional do povo Apinajé, com a participação dos/as anciãos/ãs, estudantes indígenas e não indígenas, docentes e pesquisadores/as integrados em cada atividade. Com idas ao território Apinajé e a vinda do povo Apinajé para UFNT, um espaço reservado para escutar os guardiões e as guardiãs dos saberes Apinajé.

Em territórios tradicionais, constituídos de uma rica biodiversidade presente no cerrado e na área de transição com a Floresta Amazônica, esses povos são reconhecidos por guardar os modos tradicionais de manutenção dos saberes e conhecimentos ancestrais da rede dos povos Timbira. O etnólogo alemão Curt *Nimuendajú* (1983), esteve entre os povos Timbira a partir de 1928 com o objetivo de entender e descrever a dinâmica do modo de vida desses povos, incluindo as manifestações dos rituais culturais, a estrutura social e econômica presentes na rede territorial dos Timbira. Esses estudos contribuíram para a visibilidade cultural desses povos fora do território, como também para o fortalecimento e manutenção da vida agarrada às raízes da ancestralidade.

O Povo Apinajé é reconhecido por conservar os seus modos ancestrais de saberes e de conhecimentos tradicionais. Nesse campo, os repertórios culturais desse povo evidenciam um modo de vida sociocultural habituado ao cerrado há um longo período.

Para o Povo Apinajé, o seu modo de vida está estruturado em conexão com as estações do ano, com o tempo sendo organizado por meio de uma continuidade, o verão, reconhecido como o período da seca, e o inverno, no período das chuvas. A partir dessas estações, celebram os ritos cerimoniais da vida social e as atividades produtivas acontecem.

De modo que o período da seca fica reservado aos rituais de inserção dos jovens na vida adulta e na outra estação, o período das chuvas, ocorrem as manifestações ligados ao ciclo anual da colheita dos plantios, como da mandioca, do inhame, da batata-doce, do milho, do arroz e de outros produtos cultivados nas roças.

Outro ponto que merece um destaque na cultura Apinajé está relacionado a musicalidade nos rituais, pois as cantorias estão presentes nas atividades ritualísticas. Percebe-se que, para cada ritual, há uma cantoria específica, que acompanha o balanço do maracá e as danças e fazem parte do modo de vida desse povo.

2.1. TERRITÓRIO E CULTURA INTERDISCIPLINAR

Para delinear sobre território e cultura, apoiado na interdisciplinaridade, situa-se a análise a partir do pesquisador indígena pertencente ao Povo Apinajé, Cassiano Apinajé (2017), que também exerce a função de liderança étnica do seu povo.

Na dissertação de mestrado “Escola, meio ambiente e conhecimentos: formas de ensinar e aprender na teoria e na prática entre os Apinajé” (2017), o pesquisador indígena Cassiano Sotero Apinajé discorre sobre a relação do povo Apinajé com o meio ambiente. No estudo, destacam-se as trajetórias desse povo no território e as formas de contato:

[...] é andando, caçando e pescando pelo território que se aprende a conhecer o meio ambiente, e, também, praticando algo acerca do mundo indígena. Foi assim que os Apinajé se adaptaram ao meio ambiente, por fatores sociais e culturais, que permitiram desde então o conhecimento sobre o seu território. Os próprios lugares em diferentes espaços do território, como a formação das aldeias e os acampamentos, geralmente os lagos, os rios ou igarapés e as matas são pontos de referências para caçar, pescar e a coleta de frutas silvestres como tradicionais atividades de subsistência. (Apinajé, 2017, p.63).

Como defende o autor, a partir da relação com o meio ambiente, o povo Apinajé apropriou-se do território e, nesse caminho, constrói suas aldeias próximas aos ribeirões, com o intuito de facilitar o uso da água nas atividades diárias, como abastecer a casa, lavar as roupas e tomar banho. Além disso, o espaço é definido como local estratégico para o cultivo de roças de toco.

A partir de uma abordagem que marca a defesa do território em período remoto, situando os primeiros contatos do povo *Panhĩ* com os colonizadores, o percurso perpassa as disputas de eventos passados e presentes, que marcam a disposição do povo Apinajé para enfrentamento de manter o seu modo de vida alicerçado na ancestralidade.

O autor acrescenta a relação com as plantas e os animais, que está alicerçada na cultura Apinajé de cuidar dos elementos da natureza. Com um destaque para o cultivo de hortas nos quintais, uma prática presente na cultura do povo Apinajé

atualmente, que é atividade cotidiana de cuidado exercida por mulheres. Já as matas e cabeceiras das aldeias são locais específicos para praticar as atividades de caçada de animais silvestres, utilizados na alimentação do Povo Apinajé.

Nesse sentido, o autor destaca que, na atualidade, as pessoas costumam caçar em grupos, levando a família no verão, além de montarem acampamentos para se protegerem dos perigos da natureza, como ataque de onças. Os ribeirões que se destacam para a pesca são: Água Branca, Seco, Grande, Regal, Patizal, Matrinchã e Cocalinho, pois o curso de água é expressivo, possibilitando a pesca tradicional e lazer. A atividade de pesca é realizada em córregos, lagos e rios e as pessoas pescam principalmente com anzóis artesanais.

Quanto aos frutos explorados do cerrado e da mata pelo povo *Panhĩ*, Cassiano Apinajé (2017) destaca os mais utilizados, como bacuri, pequi, caju, cajuí, bacaba, juçara e buriti, que são colhidos através da coleta na mata do cerrado e no brejo próximos aos ribeirões.

Na área indígena há várias árvores típicas como cita o autor “[...] madeira como aroeira da mata e do cerrado, a cacha morra preta do cerrado e cacha morra branca da mata, pindaíba da mata e do brejo e tantas outras madeiras brancas da mata existentes em terra indígena” (Cassiano Apinajé, 2017). O modo de vida e o manejo das matas permanece em uma convivência harmônica na cultura Apinajé, um compromisso coletivo de cuidar da natureza, passado de geração em geração.

Com isso, alicerça o contexto histórico-social e cultural do Povo Indígena Apinajé, que, conforme entendido pelos pesquisadores Odair Giraldo e Cassiano Apinajé (2019), as reflexões etnográficas permitem perceber a existência de uma perspectiva histórica do Povo Apinajé, noutra ótica, diferenciada da estabelecida pela cultura ocidental. Segue-se uma perspectiva histórica de crenças contada por eles próprios, com raízes grudadas na ancestralidade, trilhando um percurso a partir de seus códigos e crenças mitológicas compartilhadas e ditas por seus ancestrais.

Na perspectiva de conseguir uma análise com maior profundidade no estudo desenvolvido, corrobora-se com o entendimento de Pombo (2008) sobre a interdisciplinaridade, ao afirmar ser um conceito multidimensional, que permite estabelecer uma relação entre diferentes saberes epistêmicos que se comunicam de forma complementar. Assim, a interdisciplinaridade emerge do cruzamento de diferentes campos do conhecimento, que possibilita construir conceitos a partir da valorização dos saberes locais da comunidade.

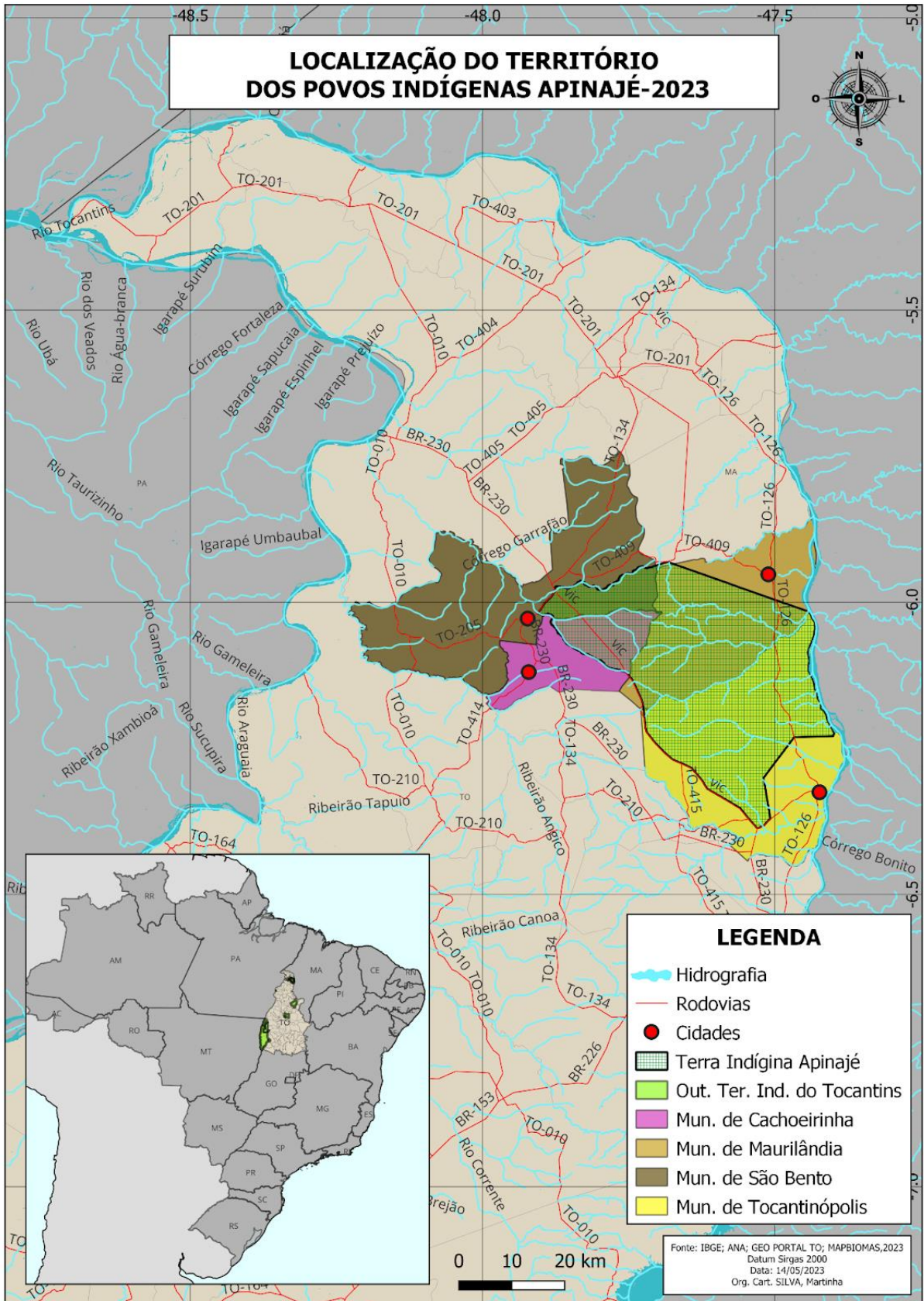
No delinear desse trabalho, a definição de território está nas referências do próprio Povo Apinajé, que alicerça o percurso formativo a partir dos anciãos e anciãs, os pesquisadores/as nativos/as, que têm vivências e experiências na prática.

2.1.1 O Território Apinajé

O território Apinajé está situado geograficamente no norte do Estado do Tocantins, leste da Amazônia Legal brasileira, nas fronteiras territoriais dos municípios de Tocantinópolis (TO), São Bento do Tocantins (TO), Maurilândia (TO), Cachoeirinha (TO), fazendo limite com os municípios de Luzinópolis (TO) e Itaguatins (TO). Os Apinajé encontram-se em uma região de transição do Cerrado para a Floresta Amazônica, entre a bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, região conhecida como Bico do papagaio.

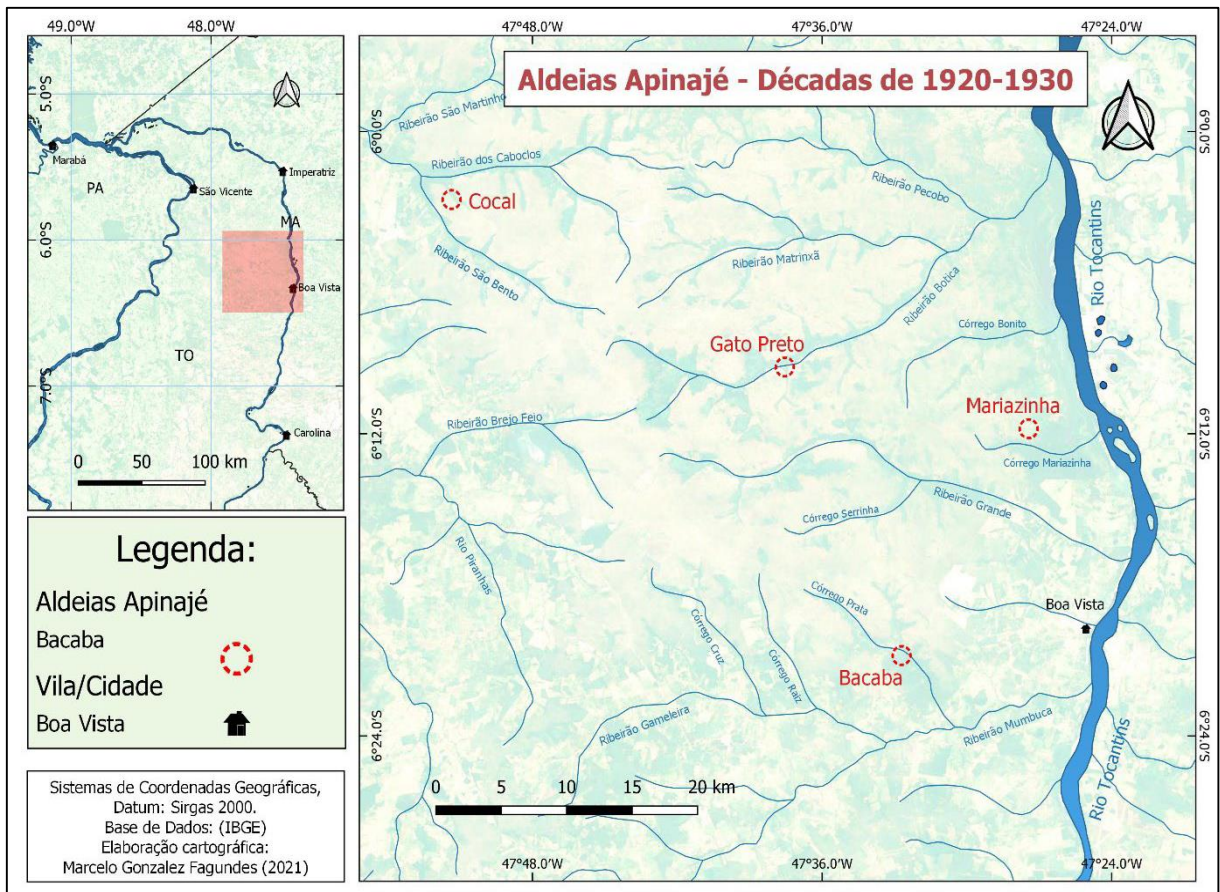
A Terra Indígena Apinajé tem, atualmente, 141.904 hectares, com a situação jurídica regularizada, que incide sobre quatro municípios do estado do Tocantins: ocupa 59% da área de Tocantinópolis, 70% de Maurilândia, 41% de Cachoeirinha e 18% de São Bento do Tocantins, a área dos municípios que sobrepõe o território indígena é de uso exclusivo do povo Apinajé (Figura 02).

Figura 2 - Território Apinajé: localização da Terra Indígena e seus limites territoriais



O estudioso Curt *Nimuendajú* (1956), importante pesquisador da cultura Apinajé, integrou-se no território indígena Apinajé, a partir da década de 1920, cinco vezes: em 1928, em 1930, em 1931, em 1932 e em 1937, quando descreveu a estrutura social das quatro aldeias existentes (Figura 03). Naquele contexto, destaca a Aldeia Bacaba, atual São José, conduzida, na época, pelo Cacique (*Paití*) José Dias (*Mãtyk*) (Figura 04), liderança do povo *Phani*. Era a aldeia que permanecia com maior rigor preservando os modos tradicionais Apinajé, com os rituais sistêmicos operando no território.

Figura 3 – Primeiras aldeias Apinajé



Fonte: Fagundes (2022, p. 213).

Figura 4 – José Dias Mătyk (1926)



Fonte: Fagundes (2022, p. 218).

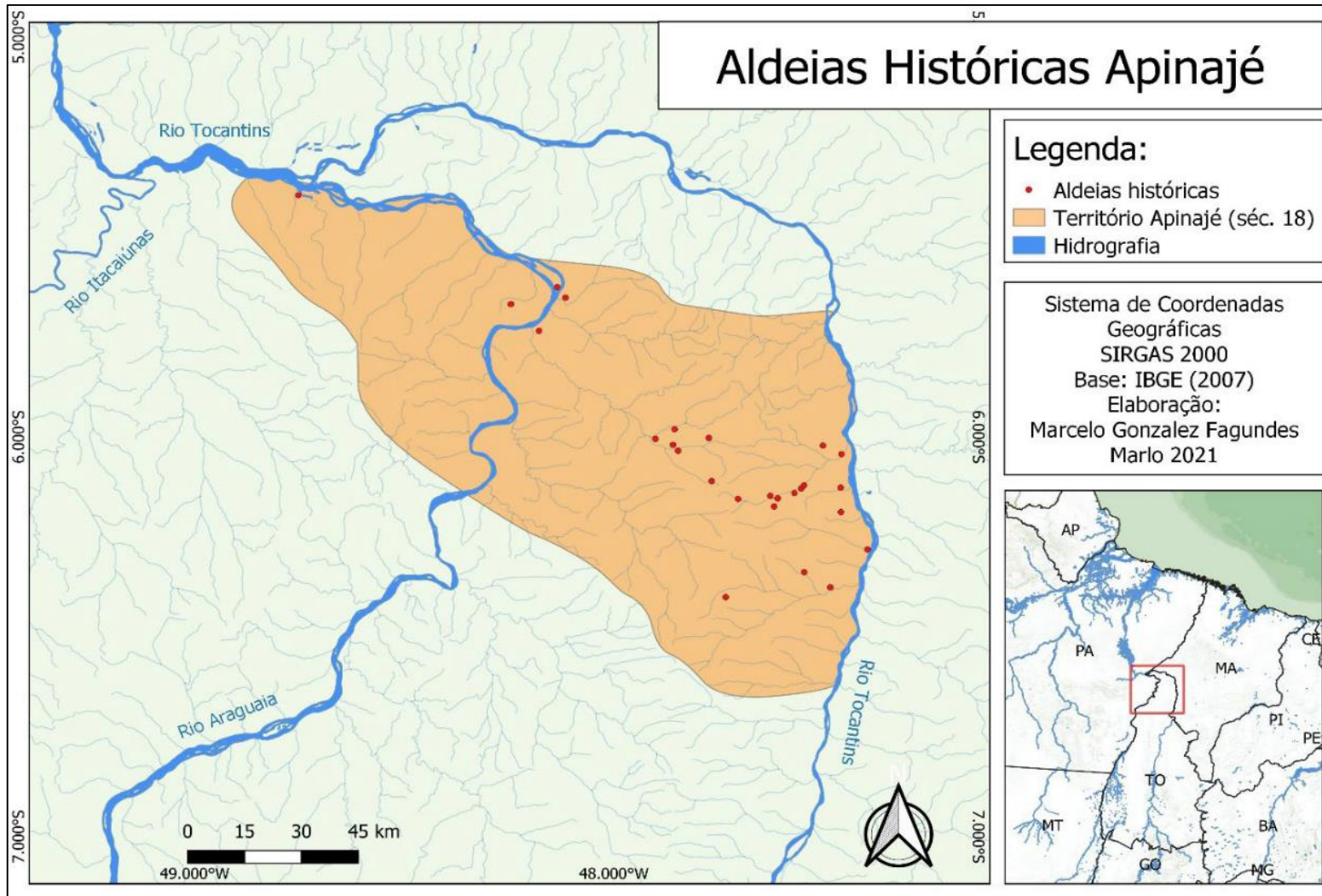
A sua relevância permanece na memória Apinajé como uma liderança exemplar e respeitada, que, de modo corajoso, contribuiu para a continuidade da vida do povo Apinajé. A história dele conta como foram as adversidades enfrentadas no seu tempo, com os intrusos invadindo a sua terra e as lutas contra outros povos indígenas, sendo lembrado como uma liderança que nunca desistiu do território.

Após os primeiros contatos interétnicos com os colonizadores, o Povo Apinajé começou a ter impactos na sua dinâmica social, cultural e ambiental. Em decorrência da exploração do transporte hidroviário, houve um ciclo de povoamento na região, por pessoas não indígenas. Impulsionadas pela navegação pelo Rio Tocantins, essas pessoas passaram a fixar moradia e estabeleceu-se o povoamento da região às margens do Rio Tocantins, na altura da atual cidade de Tocantinópolis, antiga Boa Vista de Padre João.

O Território Apinajé, no século XVIII, antes da chegada dos invasores, possuía uma abrangência territorial extensa, com área do outro lado do rio Araguaia, com a presença de aldeias distribuídas na bacia e na foz do rio Araguaia. Conforme

demonstra o pesquisador Fagundes (2022), identificou-se a presença de 26 aldeias históricas no período verificado (Figura 05).

Figura 5 – Mapa da Aldeias Apinajé antigas



Fonte: Fagundes (2022, p. 173).

Um pouco depois do período de demarcação da Terra Indígena Apinajé, ocorrido em 1985, o pesquisador Albuquerque (2007) aponta a existência de seis aldeias dentro da reserva indígena no ano de 1992, descrevendo a estrutura das aldeias São José, Mariazinha, Cocalinho, Patizal, Barreiro e Riachinho.

Na comparação com o período remoto, apontado na pesquisa de Fagundes (2022), o estudo de Júlio *Kamêr* Apinajé (2019) destaca que havia 70 aldeias, segundo os dados da FUNAI, em Tocantinópolis (TO), situando que a tendência é aumentar, como medida de proteção do território e povoamento da área da Terra Indígena, para distanciar os intrusos não indígenas.

Na estadia de Curt *Nimuendaju* entre os Apinajé, o pesquisador alertou-os quanto à necessidade de eles se organizarem para fortalecer a cultura e o território indígena, evitando o desaparecimento desse povo, que estava contado em cerca de 150 pessoas, impactados com as pressões existentes dos não indígenas ocupando as terras e presença de doenças contagiosas que os ameaçavam. No meio dessas disputas, mais adiante, Curt *Nimuendaju* (1956) conta das lutas de José Dias (*Mãtyk*), que liderou juntamente com o seu povo, com o objetivo de garantir o direito de viver no território sagrado.

Os dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2023) apontam o período em que houve decréscimo populacional representativo dessa etnia, delineado pelo processo de colonização e suas interfaces (Tabela 01).

Tabela 1 – Dados populacionais no recorte temporal de 1824-1928

Série histórica da população Apinajé: 1824 - 1928		
Data	Fonte	Número de indígenas
1824	Cunha Matos	4.200
1859	Ferreira Gomes	2.000
1897	Coudreau	400
1926	Snethlage	150
1928	<i>Nimuendajú</i>	150

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2023).

Nota-se que, no ano de 1824, os indígenas Apinajé foram contabilizados em cerca de 4.200 (quatro mil e duzentos) por Cunha Matos. Após o contato interétnico,

os Apinajé começaram a sofrer os impactos dos colonizadores: com resistência imunológica frágil contraíram doenças, reflexo das epidemias e invasões territoriais, quando houve decréscimo populacional e quase foram exterminados, como pontua os dados do Instituto Socioambiental (Ladeira e Azanha, 2023).

A perda populacional e a restrição do uso do território, foram os impactos que emergiram das disputas com os colonizadores, após o contato com a sociedade envolvente. O pesquisador do povo *Phani*, Cassiano Apinajé (2017, p. 87) destaca que “[...] os Apinajé eram um povo guerreiro e valente e diante das situações ameaçadoras sempre demonstraram ser um povo resistente contra séries de obstáculos que vem sofrendo ao longo dos anos.” Logo nos primeiros contatos, os viajantes e antropólogos destacam o povo Apinajé por sua resistência e luta, para manter a dinâmica ritualística do seu modo de vida.

Noutro período, no recorte temporal de 1967-2022, percebe-se o aumento populacional da etnia, que consegue resistir às pressões feitas pelos colonizadores no território indígena (Tabela 02).

Tabela 2 – Dados populacionais a partir dos anos 1967-2022

Série histórica da população Apinajé: 1967 - 2010		
Data	Fonte	Número de indígenas
1967	Matta	253
1977	Waller	364
1980	Galvão	413
1985	Funai	565
1993	CTI	780
1997	Funai	1.025
2003	Funasa	1.262
2010	Funasa	1.847
2014	Siasi/Sesai	2.342
2022	IBGE	2.731

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2024).

Posteriormente, a série histórica de 1967 a 2022 demonstra o crescimento populacional, a partir da década de 1970, com a presença do estado, através do antigo

Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com a instalação de um posto na Terra Indígena Apinayé em 1944, operando em diferentes esferas da comunidade, como na área da saúde e educação. Mas o período permanece sem a demarcação da Reserva Indígena Apinajé.

No período do recorte temporal em destaque, observa-se o crescimento populacional, que saiu de 253 (duzentos e cinquenta e três) pessoas no ano 1967, para 2.731 (duas mil, setecentos e trinta e duas) pessoas no ano de 2022. Na luta por sobrevivência, os Apinajé aguentaram, mesmo diante de pressão ao longo da história.

Na esteira das disputas do povo *Panhĩ* contra o modelo hegemônico de povoamento da região, ocorre o reconhecimento de direitos dos povos indígenas. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece, no art. 231, que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”. Um avanço constitucional quanto aos direitos dos povos indígenas, ao assegurá-los o direito em viver de modo tradicional em suas terras, resguardados pelo Estado.

Anterior ao período da demarcação do território Apinajé, DaMatta (1976, p. 60), quando esteve entre o povo Apinajé em três períodos intercalados no desenvolvimento da sua pesquisa antropológica, alertou-os que “[...] decidir sobre o futuro significa essencialmente uma tomada de decisão crucial: desaparecer como grupo tribal e transformar-se em sertanejo da região, ou permanecer praticando um estilo Apinayé de existência”. Na época, as invasões territoriais eram frequentes, impulsionadas pelo crescimento de Tocantinópolis, uma cidade regional conhecida como um local marcado por históricos de contatos interétnicos, que, por vezes, foram arditos entre o povo Apinajé e a sociedade envolvente fixada na cidade.

Como destaca o pesquisador *Panhĩ* Célio Apinajé (2020), a luta pelo território é de longa data, remete até mesmo a antes da chegada dos invasores não indígenas na Terra Apinajé. Como demonstra em sua pesquisa de trabalho de conclusão de curso,

Na história contada pelo próprio povo Apinajé, conta-se que há muitos anos atrás o povo conhecido hoje como Apinajé tinha conflito com outros povos indígenas pelas regiões e territórios e eram um povo que gostava de matar e deixavam os corpos no lugar, para as outras etnias não retornarem e irem embora da terra Apinajé. Os Apinajé eram o povo valente e bravo (Apinajé, 2020, p. 16).

Nesse sentido, observa-se que a pauta de defesa do Território Apinajé retoma a períodos anteriores, quando as disputas ocorriam entre diferentes povos indígenas que circulavam na região.

Com a pressão dos não indígenas invadindo suas áreas territoriais, a pauta principal do povo Apinajé na época, estava ligada ao reconhecimento, pelo Estado, de seu território.

Ao longo processo de demarcação territorial, houve vários episódios de mobilização para pressionar o Estado a realizar a demarcação em meio às tensões. Como destaca Fagundes (2022, p. 307), “Durante 40 dias, os indígenas abriram picadas, colocaram placas nos limites desejados, interromperam a rodovia Transamazônica e mobilizaram os órgãos de imprensa com o objetivo de pressionar o governo para a demarcação.” A delimitação da área da Terra de Indígena Apinajé é uma fase prioritária no processo de demarcação.

Nessa conjuntura, no mesmo ano, 1985, ocorre a demarcação da Terra Indígena Apinajé com a área do Gameleira fora, uma região com terras férteis, de babaçuais e propícia para as roças, com uma forte ligação ancestral, incluindo a memória da Aldeia Alegria, um local de apreço do Povo *Panhĩ/Apinajé*.

O pesquisador do povo *Panhĩ*, Júlio *Kamêr* Apinajé (2019), traz informações do processo de luta pela demarcação territorial através da memória do seu povo, que registrou e vivenciou os momentos de tensão e conflitos no território. Esse período foi marcado por violência étnica, com os políticos da região mobilizando-se para lutar contra o processo de demarcação da Terra Indígena, articulando e usando do poder político e econômico que detêm para representar seus interesses e para que não se findasse a demarcação.

O processo de demarcação, que ocorreu no ano de 1985, com 142 mil hectares destinados à reserva indígena, não atendeu às demandas e reivindicações do povo *Panhĩ/Apinajé* na época, devido à redução da reserva em 25 mil hectares, sob a alegação que a demarcação resultaria no atraso econômico para a região. Os Apinajé, ainda reivindicam a área Apinajé II, que corresponde à área deixada fora da demarcação no levantamento fundiário.

Na época, a construção da BR-230 (Transamazônica), passou a ser o limite territorial, com isso, intensificaram-se as tensões entre o povo Apinajé e os invasores do território. No traçado inicial, a rodovia passou na margem da Terra Indígena Apinajé em um trecho de, aproximadamente, 50 km, causando impactos socioambientais no

território. Com isso, mediante reivindicação do povo Apinajé, no ano de 1997, interditou-se a continuidade da obra para mudar o traçado original.

Nos últimos anos, o território Apinajé tem sofrido com a pressão do desmatamento nos arredores da reserva indígena. A preocupação é com o desmatamento de grandes áreas de mata e do cerrado nas proximidades da Terra Indígena Apinajé para implantar monoculturas intensivas de eucalipto, soja e outras culturas que avançam na esteira da fronteira agrícola do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O desmatamento localizado nessa fronteira representa 47% do que foi derrubado de mata nativa no país, os dados do (IPAM, 2023) são preocupantes, pois apontam, ainda, que o desmatamento no cerrado aumentou 68% em relação ao ano anterior.

Nessa perspectiva, Júlio Apinajé e Alexandre Herbetta (2018) coloca que o objetivo do MATOPIBA é a expansão do agronegócio para a implantação de projetos de produção em larga escala, utilizando-se de grandes plantações de monoculturas para atender à lógica do mercado de *commodities*, apoiado na narrativa do desenvolvimento econômico e geração de energia, que intensificam as pressões nos povos tradicionais, gerando mudanças ambientais, culturais e sociais no modo de vida dessas comunidades, que ainda enfrentam a tentativa de silenciamento.

Corroboramos com Júlio Apinajé e Alexandre Herbetta (2018, p. 58), quando expressa a percepção do povo Apinajé em relação ao território, ao afirmar que,

Para os Apinajé, que sofrerão as consequências do MATOPIBA, o território não é espaço apenas de intensificação da produção. Ao contrário, ele está conectado intrinsecamente com outros domínios da vida, como a organização social, os ritos, o acesso aos recursos naturais, à saúde e, por fim, à própria existência indígena. Para os Panhĩ, o cerrado é a fonte dos conhecimentos que se expressam na vida cotidiana das pessoas.

A dinâmica do cerrado é parte essencial para preservação da tradição do povo Apinajé, que tem esse espaço território como local de aprendizagem dos rituais cosmológicos, coleta de alimentos, caçada de animais silvestres, e troca de saberes com as gerações passadas e com as gerações mais novas. Além disso, ainda utiliza as plantas e raízes no tratamento de enfermidades, usando a medicina tradicional.

De acordo com Raffestin (1993), o conceito de território se aproxima da apropriação do espaço pela ação social de diferentes sujeitos. Nessa lógica, a compreensão de território está vinculada à relação de poder estabelecida entre os sujeitos que operam num espaço.

O autor aborda o território como forma de poder relacional, pois os sujeitos que interagem naquele espaço ultrapassam o campo da dimensão física. Dessa maneira, o território é construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos sujeitos que compõem o grupo étnico em que são formados vínculos.

Ao examinar o conceito de território, Haesbaert (2004) afirma que ele resulta da atuação dos sujeitos sociais, que controlam e apropriam os espaços. Por isso, destrinchá-lo é essencial para entender a relação dos sujeitos que ocupam um espaço e, ao conquistar a compreensão deste, transforma-o em um território, que é marcado como um espaço traçado e controlado, com identidades representativas.

Por outro lado, a tecitura do estudo delineado, segue o entendimento de território apoiado na perspectiva indígena, afirmada por Júlio Apinajé (2023) na palestra realizada na UFNT em 05 de junho de 2023 intitulada “O que aprendi com os Apinajé”, de Roberto DaMatta. Ele defende que, “[...] enquanto existir o território Apinajé, existirá o povo Apinajé, que, identifica-se, como *Panhĩ*” [...]. Nessa concepção, o território representa o modo de vida, estruturado na teia social que carrega os saberes ancestrais desse povo de geração em geração, mantendo latente a dinâmica ritualística do território.

Na perspectiva dos colonizadores, os povos originários indígenas não conseguiram avançar na dinâmica ocidental. Dedicando-se à agricultura para a subsistência, ignoram a capacidade dos indígenas de manusear e manipular os recursos naturais. Entretanto, para Cassiano Apinajé (2017, p. 60),

A representação da natureza para os Apinajé difere tanto nas concepções míticas, histórias e a realidade vivida que considera importante como espaço territorial primordial para seu modo de vida. Nesse sentido a natureza é como fosse uma mãe para todos, pela qual mantém a relação de respeito, de harmonia com todos os elementos constituintes, plantas, animais e espíritos [...].

O modo de vida do povo Apinajé tem forte relação com a natureza: preocupam-se com as futuras gerações, com a proteção das matas, com a qualidade do ar para respirar, com o uso água, com a terra para plantar, e com a preservação do meio ambiente de modo geral para manutenção da vida. Nesse sentido, segue a cultura dos ancestrais que prepara e cuida da vida futura do seu povo, faz o uso dos recursos naturais de modo racional, com respeito aos bens culturais do povo, um contraponto ao modelo hegemônico pautado na exploração dos recursos naturais para atender a

demanda de mercado.

A Terra Indígena Apinajé tem resistido, mesmo diante da pressão do modelo pautado no sufocamento do território, exercendo uma função social para a comunidade tradicional, e toda a sociedade de modo geral, contribuindo com a qualidade do ar, preservação da água doce disponível para o consumo humano, mantendo as nascentes protegidas, prestando serviços imprescindíveis a toda a população. Além disso, ainda contribui como fonte importante de recursos financeiros para os municípios que seus limites geográficos sobrepõem a área da Terra Indígena, devidos os serviços ambientais.

Mesmo diante de desavenças que permeiam a relação interétnica, essencialmente no período da demarcação da Terra Indígena Apinajé, atualmente é constante a presença desse povo na cidade de Tocantinópolis, que ocorre com frequência para fazer compra de utensílios no comércio local, utilizar os serviços públicos e privados, participar das festividades, jogos esportivos, e, mais recentemente, no espaço acadêmico da UFNT, que é uma arena institucional formada por pessoas com bases culturais distintas confinadas no mesmo espaço.

2.1.2. A Cultura Apinajé

Para esboçar a rota da pesquisa, o trabalho está ancorado a partir de DaMatta (1976) que elaborou um estudo antropológico denso sobre as dimensões do modo de vida do Povo Apinajé. O estudo feito resultou na obra clássica intitulada “Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé”, que traceja a interação do pesquisador quando esteve imerso entre o Povo Apinajé na década de 1960, para elaborar o estudo da cultura desse povo.

Ao discorrer sobre a sua experiência de campo, enfatiza a sensação de sufocamento sentida após os primeiros momentos de contatos e convivência intensiva com os índios, quando me sentia afastado dos problemas conceituais que o moveram à aldeia e cada vez mais próximo da vida praticada no dia a dia das aldeias. Conta que ali tinha uma residência estruturada para o convívio com a esposa que o acompanhou na jornada, dormia no jirau¹, experimentava do ritmo de vida levado na aldeia.

¹ Estrado de vara ou tábuas, apoiado sobre forquilhas cravadas no chão, usado como cama ou para diversos outros fins.

Na análise de DaMatta (1976), o autor afirma que os rituais culturais desse povo se encontravam ativos durante o período examinado, com a estrutura social étnica preservada, alicerçada na força cultural dos ancestrais que movimentam a contagem do tempo.

No seu retorno, em 2023, ao território Apinajé, Roberto DaMatta teve três dias de intenso convívio junto com o povo Apinajé. Foi recebido com festa, danças e cantorias, rememorando a época de sua estadia nas aldeias. Nesse ínterim, teve a organização de uma atividade na Universidade Federal Norte do Tocantins, intitulada “O que aprendi com os Apinajé”, um espaço de diálogo sobre as observações que ele nota no retorno ao território Apinajé.

A vinda do pesquisador acontece através da Escola de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, que está desenvolvendo o projeto “Patrimônio documental indígena: trabalho colaborativo entre a FGV-CPDOC e o Povo Apinajé”. A partir dessa interação, a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC) conquistou o primeiro lugar no Prêmio Pierre Verger (PPV, 2024), na categoria Ensaio Fotográfico, pelo trabalho “Espelhos da memória: imagens de arquivo e o resgate do passado”. As imagens se originaram a partir do projeto Patrimônio Documental Indígena: trabalho colaborativo entre o FGV-CPDOC e o Povo Apinajé.

A atividade ocorreu em 23 de agosto de 2023. Diante da importância do evento, desloquei-me até a cidade de Tocantinópolis (TO) para observar e participar desse momento ímpar do campo de pesquisa. Na oportunidade, o pesquisador expôs a memória que carrega do Povo Apinajé, contando sua experiência a partir da trajetória construída durante o denso trabalho de campo feito no território Apinajé. Além disso, relatou como foi sua estadia na região, na época da pesquisa.

A mesa conduzida pelo pesquisador Júlio *Kamber* Apinajé, contou com a presença de Roberto DaMatta e Odair Giraldi, ambos desenvolveram pesquisas sobre o Povo Apinajé em diferentes períodos históricos. Na composição da mesa, soma-se a presença do cacique da Aldeia Butica, José Doca.

Os participantes realizaram uma conversa sobre o que aprenderam e vivenciaram com o Povo Apinajé. O auditório estava lotado de indígenas Apinajé, estudantes não indígenas, docentes e representantes da gestão institucional da UFNT, pesquisadores/as e público externo, atraídos/as pelo diálogo. Para iniciar, o estudante Juliano Apinajé, do curso Pedagogia, realiza uma apresentação, com cantorias para recepcionar o pesquisador Roberto DaMatta, um momento

emocionante, em que o povo Apinajé expressou sua cultura, que o movimenta e fortalece.

Ao traçar o reencontro, DaMatta, em 2023, destaca o conceito de vida-longa, que proporciona a oportunidade de retornar aos lugares e espaços destacando que poucos conseguem o feito de alcançar a fase da longevidade, tendo, cada um, um baú construído com a trajetória de sua própria história. O autor conta que a sua relação com o Povo Apinajé começa a ser fixada com a primeira viagem rumo aos Apinajé, feita de avião, com pouso na pista de chão da cidade de Tocantinópolis (TO). Ao desembarcar, na época, ficou na pensão de dona Raimundinha, que hoje é o Hotel Presidente, mesmo local de hospedagem no retorno.

Nesse sentido, DaMatta explica um pouco sobre como se delinearam suas atividades de pesquisa, ao chegar em Tocantinópolis (TO). Logo apresentou-se para as autoridades locais, o prefeito e o juiz da comarca local, com a carta de autorização para desenvolver o objeto de pesquisa. Na época, comprava-se caixas de pilha na cidade para fazer as gravações das entrevistas. Lembra que estavam ocorrendo os conflitos territoriais com vieses étnicos, políticos e interesses latifundiários na região.

Quando estava escrevendo, era justamente o período da ditadura militar. Na época, o principal problema do Brasil era de natureza política. Havia censura e o antropólogo lembra que foi criticado pela obra na década de 1970, sendo questionado sobre o motivo que o levou a se interessar em pesquisar sobre os índios do norte goiano no período da ditadura militar (1964-1985).

O antropólogo conta da impressão que tem no reencontro, o desdobramento de uma nova perspectiva. Descreve que se surpreendeu positivamente, ao ver que o grupo mantém ativos seus códigos étnicos, como a língua materna e as tradições culturais. O povo Apinajé é, na sua maioria, bilíngue, e permanece exercendo a territorialidade Apinajé, agarrado na língua materna, bem como praticando a cultura.

Adicionado à permanência da língua materna viva, destaca um outro elemento importante: a presença de estudantes indígenas Apinajé na UFNT, um projeto do Povo Apinajé de ocupar o espaço institucional da universidade que está em zona territorial da Terra Indígena Apinajé. Acrescenta que, além disso, atualmente, estão escrevendo na própria língua indígena, têm escolas nas aldeias, internet, água de poço artesiano, energia elétrica destacando que, quando fez sua a pesquisa, lia com uma lamparina.

As observações revelam as diferenças sociais de um período ao outro. Anteriormente, compreendemos, como sustenta DaMatta (1976, p. 40), “O Apinayé,

assim, tem várias facetas que correspondem a vários papéis sociais. E muito embora a maioria delas seja negativa, isso já é o começo de um relacionamento mais complexo com a população regional [...]”. No retorno ao território, ele encontra membros do Povo Apinajé na universidade, ocupando posições no meio acadêmico como pesquisadores/as.

Um outro ponto enfatizado pelo pesquisador DaMatta ao retornar, é quanto ao apreço, a cordialidade e a hospitalidade que o povo *Phani* consegue exercer com os *kupê* (não indígenas), uma diplomacia interétnica.

DaMatta alerta que os Apinajé, estão passando de uma fase, que é fundamental e crítica, da oralidade para escrita, transição que os não indígenas passaram há muito tempo, significa transitar de uma sociedade em que tudo é oral, o conhecimento, o cerne, a mitologia que elabora determinadas atitudes, comportamentos e crenças para a escrita. As regras que regem o comportamento não estão escritas em lugar nenhum, não tem uma constituição escrita como referência.

No entendimento do pesquisador Cassiano Apinajé (2017), a transmissão oral da cultura já não é suficiente, até outrora, a partir da oralidade, estava mantida e garantida a cultura, os registros da cultura eram passados de geração em geração pela oralidade, existiam momentos específicos de preparação para isso, como a contação das histórias e a realização dos rituais na dinâmica do modo de vida do povo *Panhĩ/Apinajé*.

Assim, DaMatta, em 2023, enfatiza que, no percurso existe dificuldade em transitar da oralidade para a escrita, um momento que requer uma paz para o Povo Apinajé. Por isso, a tese que defende o marco temporal não deveria passar a valer, não se devia alterar o que foi tão difícil de construir como a demarcação de terras indígenas, que tem um significado simbólico de que há lugar seguro para o povo, que detém o controle do território e pode se projetar social e politicamente nesse espaço.

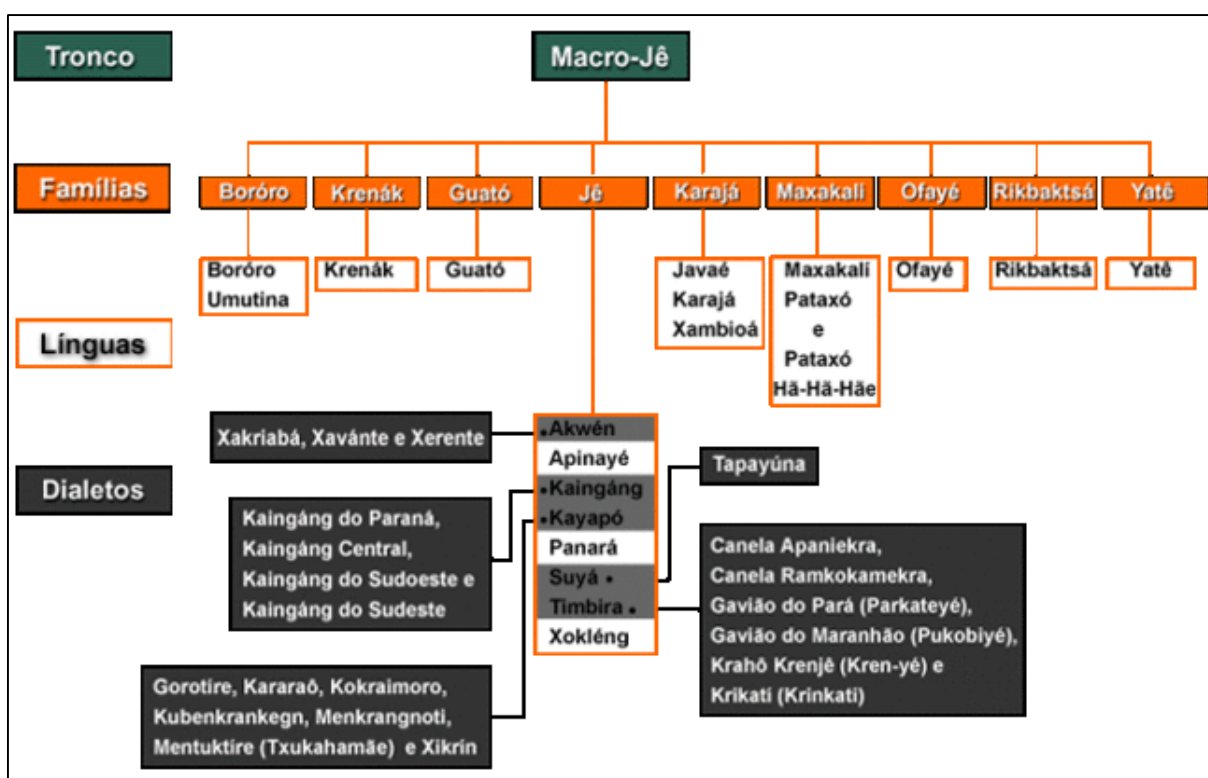
É importante lembrar, sobretudo para as pessoas que ocupam terras indígenas, dos verdadeiros proprietários das terras, que não precisavam nem de uma demarcação original, pois são os povos indígenas os donos originários. A sociedade não indígena foi que estabeleceu a necessidade de demarcação por conta das disputas territoriais.

No campo linguístico, de acordo com o estudo de Fagundes (2022), as pesquisas de linguística histórica apontam que o Povo indígena Apinajé deve ser categorizado e entendido como um povo único, com assimetria dos povos Timbira, já

na classificação antropológica, são identificados como Timbira, sendo que o tronco linguístico é o Macro-Jê, da família Jê, e a língua materna é o Apinajé.

A descrição da figura 06, auxilia a identificar o pertencimento do tronco linguístico, da família linguística que faz parte. Mesmo possuindo línguas diferentes, estão na mesma família.

Figura 6 – Línguas indígenas brasileiras agrupadas em famílias e troncos, de acordo com a classificação do professor Ayrton Dall'Igna Rodrigues.



Fonte: ISA (2024).

A partir da figura 06, percebe-se que são nove famílias as línguas que formam o tronco Macro-Jê, e, quando somadas as línguas e variantes faladas, totalizam-se trinta e oito. Atualmente, o Povo *Panhĩ* mantém viva a sua língua materna Apinayé, que contribui com o fortalecimento das tradições ancestrais.

No aspecto linguístico, evidencia-se os estudos linguísticos que o pesquisador Prof. Dr. Francisco Edviges tem desenvolvido ao longo de anos junto ao Povo Apinajé, que alicerçam e nos orientam a compreender a estrutura da língua.

Na cultura Apinajé, a educação é bilíngue, com o ensino da língua materna e a língua portuguesa. Na realidade acadêmica a questão linguística se torna um dos

empecilhos de permanência dos/as discentes indígenas na educação superior, como cita Costa (2015): “[...] No entanto, no ato de avaliar a redação, é desconsiderado o fator cultura, haja vista que não é levado em consideração que são povos de formas de vida e possuem uma língua materna distinta [...]” (Costa, 2015, p. 57).

Como destaca Albuquerque (2011), na educação Apinajé, as crianças são alfabetizadas até o 3º ano na língua materna Apinajé, e só a partir do 4º ano é que aprendem a língua portuguesa. Assim, pretende-se remar no campo educacional dessa etnia para elucidar a relação do Povo Apinajé com a UFNT, que compreende uma educação bilíngue e intercultural, contextualizando os diversos momentos históricos do processo educacional, como movimentos, eventos, reuniões e outras manifestações.

No que concerne à interculturalidade, inicialmente mobilizo a compreensão de Catherine Walsh (2019) acerca da temática, ao apresentar ensinamentos que realçam o entendimento do conceito distante dos fundamentos coloniais e possíveis caminhos decoloniais.

Como aponta Catherine Walsh (2019), a interculturalidade é um conceito que surge a partir do movimento étnico-social indígena equatorial, onde se constitui um pensamento fundamentado noutro viés que está apartado de influências eurocêntricas e da corrente inspirada na modernidade. Além disso, surge fora do contexto normativo acadêmico, de domínio geopolítico do norte global.

Esses elementos fornecem uma compreensão conceitual de interculturalidade, que se alicerça no princípio da diferença, estruturado a partir de uma lógica de conhecimento e da cosmovisão indígena, na busca de reverter a subordinação do ocidente.

Dito isso, entendemos que a incorporação do diálogo intercultural no espaço da universidade mostra-se como um movimento que alarga a produção acadêmica curricular, enveredando novos vieses que anteriormente eram desconsiderados como produção acadêmica. Uma nova dinâmica acadêmica que acolhe os conhecimentos que emergem da memória da história de vida de pessoas que dominam a floresta e os rios, esses que até outrora tinham suas experiências invalidadas.

Noutra parte dos elementos da cultura, destaca-se o uso dos recursos naturais da mata. Cassiano Apinajé (2017) afirma que o coco babaçu é a principal árvore utilizada no território e está presente nos elementos culturais do Povo Apinajé sendo essencial, por exemplo, na cobertura e paredes quando da construção de casas.

Do fruto é produzido azeite, leite, carvão, bolos, artesanato e instrumentos do cotidiano, como: cofo, esteira, abano e outros. As mulheres realizam a coleta na mata, e, posteriormente, quebram o coco babaçu, uma atividade descrita como simbólica, passada de geração em geração. A palmeira, que produz o valioso fruto, está espalhada nos baixões do cerrado da Terra Indígena Apinajé.

Ao aproximar-se da Terra Indígena Apinajé, percebe-se abundância da palmeira do babaçu na região. O coco babaçu exerce territorialidade na estrutura social e cultural do povo *Panhĩ*. Ele é considerado a principal árvore utilizada no território para construção de casa (Figura 07), confecção de azeite, leite, carvão e bolos. A atividade de exploração do babaçu foi incorporada como uma importante atividade econômica na região no período da segunda metade do século XX até os anos iniciais do século XXI.

Figura 7 – Casa do Povo Apinajé feita com a palha do babaçu



Fonte: Silva (2024).

O tipo de moradia predominante do Povo Apinajé observado nas aldeias em que circulei durante o período do trabalho de campo, são casas feitas com palhas de

babaçu. Os materiais usados na estrutura, como madeira, cipó-de-escada, palhas de babaçu são encontrados nas matas próximas da aldeia. A etapa de cobertura da casa é feita em sistema de mutirão envolvendo os homens da comunidade.

Além de essencial na construção das moradias, a partir da matéria prima do babaçu, o Povo Apinajé confecciona diversos utensílios da sua cultura, como: cofo, abanos, esteira, enfeites e outros produtos. Essa prática cultural se mantém atualmente, apoiada em pessoas do grupo étnico como a anciã Dona Terezinha que é uma das referências na confecção desses instrumentos culturais que compõem a estrutura social do território Apinajé.

As práticas culturais são elementos essenciais de identificação do pertencimento étnico de um povo. Nesse entendimento, o influente pesquisador Júlio Apinajé cita que, entre os *Panhĩ* (como os Apinajé se autodenominam), ocorre a preservação dos conhecimentos tradicionais e organização social, apesar de algumas mudanças ao longo dos contatos interétnicos. No contexto atual, são praticados os seguintes rituais:

Atualmente, entretanto, apenas algumas partes de nossa cultura são praticadas como *gôhtâx ho mē ôkrepôx* (cantoria de maracá), *mē âmnênh* (ritual de ordem²), *Pârkapê* (ritual de tora grande para finalização de luto) e, poucas vezes, o *Ôhô* (ritual de corrida entre dois grupos que disputam na rua radial da aldeia) e cerimônia de casamento. (Apinajé, 2019, p. 32; grifo nosso).

Os rituais citados podem ser presenciados em dias festivos, como casamentos, batizados, no pátio da aldeia, na escola e em reuniões. Sobre a sociedade Apinajé, ele situa a história de origem:

A sociedade Apinajé se compreende através desta história de origem. Compreendemos que fomos criados por esses dois demiurgos, *Myyti* e *Mytwrÿre*. Porém, não os consideramos como entidades superiores, como o DEUS cristão, por terem nos criado. Apenas acreditamos que eles nos criaram a partir das cabaças. Em síntese, a história de *Myyti* e *Mytwrÿre* (dois seres compreendidos como seres supremos) é a de que vieram a terra e decidiram então fazer uma grande roça. Foi quando criaram as pessoas. *Myyti* (Sol) chama *Mytwrÿre* (Lua) de *Pahkrâmre* e *Mytwrÿre* chama *Myyti* de *Kràmgét*. Dessa forma, surgiu também toda a estrutura de organização *panhĩ* em relação às metades *Kooti* (filhos do sol) e *Koore* (filhos da lua). A organização *panhĩ* é baseada no Sol e da Lua. (Apinajé, 2019, p.48) (grifo nosso).

Essa narrativa é presente atualmente, principalmente pelos/as anciãos e anciãs

² Ritual pelo qual o nominador de uma criança tenta sofrer o mesmo sofrimento físico que o seu nominado teve num determinado infortúnio.

que detêm saberes tradicionais, em situação que as pessoas se reúnem no pátio da aldeia para ouvir histórias, contos e cânticos (Figura 08). Como meio de preservar os saberes culturais, os mais velhos (anciãos) têm o cuidado de incentivar os jovens a seguir o caminho da cultura ancestral, resistindo ao modelo imperialista, praticando a língua materna, se pintando e fazendo os seus rituais, como a corrida de tora e a estruturação de aldeias circulares, valores culturais que fortalecem a continuidade desses povos.

Figura 8 – Anciã Terezinha Apinajé contando a história de origem do povo *Panhĩ*



Fonte: (Silva, 2024).

Nessa perspectiva, o autor Cassiano Apinajé (2017) cita que, entre os *Panhĩ*, ocorre a preservação dos conhecimentos tradicionais e organização social, apesar de algumas mudanças ao longo dos contatos interétnicos. Essa manutenção se dá pela continuidade de alguns rituais que acontecem em dias festivos, como casamentos, batizados e outras atividades realizadas no pátio da aldeia, na escola, em reuniões e no dia a dia da comunidade.

Por outro lado, o pesquisador Fabrício Apinajé (2023) descreve que os jovens

da etnia, atualmente, mantêm poucas coisas ativas, de acordo com o que foi constatado na sua pesquisa feita com os jovens (homens) da Aldeia São José. No caso, as jovens (mulheres) praticam com maior assiduidade as pinturas corporais e a confecção de colares, pulseiras e outros artesanatos, mas, anteriormente, a maioria do material utilizado na confecção era explorado das matas e do cerrado, e, atualmente, as sementes foram substituídas por miçangas que são adquiridas no comércio local de Tocantinópolis (TO).

Nesse universo, o pesquisador Júlio *Kamêr* Apinajé e a pesquisadora Rosilene Apinajé (2018, p. 44) afirmam que

O povo Apinajé possui ainda a maior parte de sua organização sociocultural. Além disso, ainda pratica rituais e cantorias, utiliza adornos e pinturas e é falante da língua *panhĩ kapêr*. Temos orgulho de nossa língua e nossa cultura. Dessa forma, permanecemos fortes, lutando e impondo nosso modo de pensar e agir dentro dos currículos e grades escolares. Isso enriquece a ciência Apinajé. Mas temos enfrentado muitas dificuldades, e, ainda assim, continuamos propondo e enfatizando novas propostas de educação escolar *panhĩ* (grifo nosso).

A estrutura do modo de vida do povo Apinajé tem resistido aos mecanismos de regulação impostas pelos colonizadores que influenciam na dinâmica de organização da comunidade. A partir da valorização da língua materna e da prática de rituais, os vínculos culturais ancestrais permanecem ativos.

Desse modo, convergirmos com a análise de Smith (1950, p. 183): “[...] para as comunidades existem realidades que só podem ser encontradas na língua indígena; conceitos que são auto evidentes na língua indígena nunca podem ser captados por outra língua [...]”. Por meio da preservação da língua materna, a base da teia social que une o grupo étnico permanece ativa entre os membros do pertencimento étnico.

Um outro viés que trazemos trata da produção de alimentos que deve ser para atender às necessidades da alimentação dos membros do grupo familiar. De acordo com Cassiano Apinajé (2017, p. 62),

A questão do uso do solo e da madeira também é um fator frequente entre os Apinajé na exploração do meio ambiente. A princípio os Apinajé não têm interesse de plantar roças em grande escala para a venda no mercado e se isso acontecesse já não teria mais matas na reserva.

Assim, o uso da natureza deve ser de modo responsável, cuidando para que as futuras gerações possam ter direito ao usufruto dos bens territoriais. Por outro lado, no ritmo de vida Apinajé, os membros precisam ter disponibilidade para as atividades culturais internas.

Para o sustento do núcleo familiar, são cultivadas roças de toco de aproximadamente quatro linhas, como dito na língua, que corresponde, aproximadamente, a um hectare. O início do preparo é no mês de julho, sendo feito o broque, que é o roço das plantas de menor porte, posteriormente, no mês de agosto, faz-se a derrubada das árvores mais robustas, e, no mês de setembro, a queima da vegetação para limpar o terreno. Do restante dos garranchos que não foram queimados, são feitas as coivaras para finalizar a limpeza do local do plantio. Segundo o ancião José de Almeida, na ciência do povo Apinajé as plantas têm vida, a terra tem vida e precisa ser cuidada, por isso, a cada ano a roça é feita em um local diferente para a terra se renovar. A roça é concebida como um local sagrado que produz uma diversidade de alimentos como arroz, feijão, mandioca e batata-doce, que são usados nos rituais para referendar a colheita. Como nos ensina o Povo Apinajé, a terra precisa ser cuidada para que as gerações futuras também possam desfrutar das riquezas dela.

Na busca de entender um pouco mais da dinâmica cultural, estabeleci contato com o território Apinajé através de uma atividade de campo de fortalecimento da cultura, de saberes de instrumentos de sopro Apinajé. Comandada pelo ancião José de Almeida e contando com um grupo de 11 jovens. A realização da atividade foi possível a partir do incentivo conseguido com a aprovação de um projeto deste pesquisador no edital nº 009/2024, a premiação cultural “Olhinhos d’água”, uma realização da Fundação Uniselva, Fundação de Apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Com o apoio e parceria do Ministério da Cultura, da Universidade Federal Norte do Tocantins (UFNT), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas (SEPOT-TO), e outros parceiros, a atividade formativa inicial no território, ocorrida no mês julho de 2024, surge uma oportunidade de fortalecer e democratizar a cultura originária dos povos tradicionais, com a estruturação de espaços culturais em locais remotos nas comunidades.

O ancião José de Almeida nasceu em 1970, na Aldeia Velha, São José, com origem em uma família de nove irmãos, sendo cinco mulheres e quatro homens. Na sua trajetória, constituiu o núcleo familiar com a senhora Júlia Dias Pereira Apinayé, sua companheira, com quem tem cinco filhos, destes, três são mulheres (Dileuda, Chirleia e Sirleia) e dois são homens (Gilson e Alisson). Por enquanto, os netos somam quatorze.

Inicialmente, os jovens foram seguindo os passos do ancião José de Almeida, na mata até chegar ao local onde deve ser feita a retirada dos materiais. Primeiro, a casca do cajazeiro, que é usada na produção dos apitos. Na chegada, uma parada na sombra do cajazeiro, o ancião assoprou no apito uma música, que representa o diálogo com a natureza.

Após retirar as cascas, a equipe segue, faz uma caminhada de 30 minutos até a chapada, local denominado pelo Povo Apinayé, situado na planície, que fica um pouco distante das margens do ribeirão usado pelos moradores da Aldeia São José. Um movimento de aproximação do ancião com os jovens e o ambiente da chapada: a cada passo, uma história contada e os jovens atentos, na escuta, para seguir conhecimento dos mais velhos do povo *Panhĩ*. Na chapada, os jovens seguiram o ancião José de Almeida através de um carreiro até o local onde encontram-se os materiais disponíveis na chapada (cerrado) para serem utilizados na confecção dos apitos. Segundo o ancião, da árvore craíba retira-se as folhas mais duras, que servem como lixa, para alisar os apitos e buzinas. Além disso, a casca da árvore é utilizada na medicina indígena para tratar algumas doenças, como barriga inchada e falta de sangue no corpo.

Noutra parte da caminhada, o ancião destacou como deve ser feita a coleta da folha de tucum, utilizada em diversos instrumentos. O tucum da chapada é uma palmeira rasteira e espinhosa. Da palha do tucum, retira-se as linhas, que, juntas e tecidas, formam as cordas que são utilizadas nos apitos. De acordo o ancião, na cultura Apinajé a coleta de folhas de tucum é uma atividade voltada para os afazeres das mulheres da aldeia, só que os homens também executam.

Durante toda a atividade, o ancião esteve acompanhando e orientando os jovens atentamente para que tivessem êxito na atividade, que exige domínio de técnica e paciência. Assim, depois de aproximadamente duas horas, os primeiros apitos foram pegando formato, após o processo de cortar, lapidar, furar e lixar.

Posteriormente, já com a atividade quase finalizada por praticamente todos os jovens, o ancião fez o seu depoimento de agradecimento a cada um que compareceu para aprender um pouco da cultura. Na oportunidade, o ancião conta para os jovens que os apitos e buzinas são utilizados em diversos rituais na aldeia, como na Corrida de Tora Grande, para avisar que está chegando na aldeia, sendo um apito específico para cada atividade, para o cantor, para o cacique e para o pajé. Além disso, é um instrumento da cultura, que serve para comunicação do Povo Apinajé, usado também

nos rituais das festas e caçadas.

No momento de socialização da atividade de campo de coleta de materiais e confecções dos apitos, feitos pelos próprios jovens, houve a socialização de cada jovem contando a história daquele trabalho feito dentro do território Apinajé.

Percebe-se a representatividade cultural que o instrumento possui no contexto do território, simbolizando o passado do povo Apinajé. Por isso, o ancião quer que os apitos permaneçam vivos na aldeia, com os jovens guardando o conhecimento dos mais velhos. O ancião demonstra que os mais velhos da aldeia têm apreço em compartilhar seus conhecimentos ancestrais com os mais jovens, como forma de manter viva a cultura do seu povo.

Segundo o ancião, antigamente, os mais velhos tinham um tempo para ensinar os jovens a fazer os instrumentos, chamados de apitos, que são usados em rituais específicos da cultura *Panhĩ*, como meio de comunicação e na caçada. Por isso, quer ensinar os instrumentos aos jovens para manter sua cultura viva. Ele também conta que aprendeu a fazer os apitos na juventude com o seu avô paterno, conhecido como Grossinho, e com o seu avô materno, o senhor Augusto.

De acordo com o depoimento do ancião José de Almeida, o apito tem um significado simbólico: “nosso apito de antigamente que aprendemos com os anciãos já falecidos” (Jose de Almeida, entrevista oral, 26 de outubro de 2024). A partir de sua fala, nota-se que os apitos estão conectados com seus ancestrais, sendo um instrumento presente no modo de vida *Panhĩ*.

Na cultura Apinajé, cada apito tem um significado específico, tem o apito do pajé, do guerreiro, do corredor, do caçador, do cantor, da rapaziada, das crianças, do cacique, do matador (uma função social exercida remotamente a partir da ordem do cacique na época dos mais velhos para guardar e exercer o controle social e defesa contra os invasores indígenas e não indígenas) e do guarda da roça, que avisa quando falta alguma coisa da roça.

No seminário indígena, durante uma atividade de sistematização dos significados dos sons produzidos nos apitos, os membros participantes da atividade, todos homens, corroboram com esse entendimento ao descreverem como a estrutura social da etnia estava disposta na época dos anciãos, quando o contato com as atividades do *kupen* (não indígenas) acontecia com menos rigor.

Além disso, os apitos também são utilizados dentro da comunidade indígena em outras atividades, como quando as pessoas de outra aldeia estão chegando, ou

quando o filho está chegando, apita-se para avisar seus familiares, de modo que cada tipo de sopro indica uma atividade diferente. Por isso, os mais velhos têm uma função de preparar os/as jovens para aprenderem e reproduzirem a cultura.

Assim, por meio da execução do projeto na comunidade indígena, percebe-se a importância da ação desenvolvida pelo ancião José de Almeida, uma ação de formação dos jovens do Povo Apinajé. Nota-se o envolvimento da comunidade, quando se trata do fortalecimento da cultura, com a participação de jovens, educadores/as, anciãs e anciãos.

Para finalizar, observa-se que o projeto conseguiu cumprir o seu objetivo, tendo em vista que o ancião explicou cuidadosamente aos jovens cada etapa da atividade prática. Assim, os jovens conseguiram executar as técnicas e confeccionar os apitos. No projeto, as atividades priorizaram a vivência da prática do ancião, juntamente com jovens do Povo Apinajé, para que esses desenvolvessem a expertise na feitura dos apitos e buzinas.

Com o delineamento das atividades, no encerramento, o ancião fez um depoimento, em que narra estar emocionado e feliz, ao perceber a manifestação de interesse dos jovens, que agora estão aprendendo a fazer os apitos e buzinas para manter a cultura do Povo Apinajé viva no território.

A relação étnica com os colonizadores regionais, que anteriormente era conhecida e tensionada pela disputa de terra e o preconceito, ainda reverbera na região com episódios de violência sistêmica ao modelo de vida que se contrapõe ao acúmulo de bens materiais, que luta contra o sufocamento e restrição dos recursos naturais.

Atualmente, o Povo Apinajé incorporou no seu dia a dia, produtos de consumo e até alguns hábitos dos não indígenas, como a presença de igrejas católicas e protestantes no seu território, o serviço de energia elétrica nas aldeias, o acesso à internet via rádio, entre outros instrumentos tecnológicos como celular e televisão. Além disso, adotaram a prática de criação de gado nas aldeias, a realização de festas com ritmos musicais de fora da cultura, a aquisição de tecidos, miçangas e outros utensílios na cidade.

De certa maneira, o modo de vida não indígena está envolvido na dinâmica das atividades, com a realização de festas de forró e jogos esportivos, por exemplo. Com esses eventos de fora sendo absorvidos, restringe-se um pouco o tempo para estarem se dedicando ativamente à cultura indígena. Como defende Cassiano Apinajé (2017),

a questão da prática é fundamental porque é no envolvimento que se aprende os rituais culturais, e, se deixam de praticar, os mais jovens vão esquecendo os rituais, o que é problemático, uma vez que, com a perda dos anciãos, os/as jovens devem assumir a realização dos rituais, passando para as próximas gerações.

Entre uma entrevista e outra, atento aos movimentos dentro das aldeias, percebi a presença de vendedores ambulantes de lanches, peixe, picolé, sorvete e outros produtos. Normalmente, os vendedores são moradores da cidade de Tocantinópolis (TO) que se deslocam até as aldeias para venderem seus produtos. Esses vendedores que comercializam na comunidade indígena com uma frequência, estão presente no cotidiano das aldeias.

Para o deslocamento até o núcleo urbano de Tocantinópolis, os moradores da aldeia utilizam como meio de transporte, motocicletas e carro próprio, algumas vezes conseguem carona ou usam os veículos da FUNAI para realizar o percurso até a cidade utilizada como ponto de comércio e serviços.

Além disso, estabeleceu-se também novas formas de organização política no território, como a fundação de associações indígenas, para representar os interesses dos povos indígenas nas disputas com a sociedade não indígena e o debate com o próprio governo.

Ao analisar as práticas culturais, nas idas às aldeias e na participação de atividades culturais, estive envolvido com a dinâmica do território, na escuta dos anciãos e das anciãs, e dos jovens para realizar o trabalho de campo. Observa-se que o Povo Apinajé se encontra em território tradicional, constituído de uma rica biodiversidade presente no cerrado e na área de transição com a Floresta Amazônica. Um povo reconhecido por guardar os modos tradicionais de manutenção dos saberes ancestrais, com a prática de rituais que fortalece e mantêm viva a sua cultura até os dias atuais, mesmo em contato com a pressão cultural da sociedade envolvente.

2.2. TERRITÓRIO EDUCACIONAL DOS SABERES DO POVO E A UNIVERSIDADE

O Brasil é um país conhecido por sua diversidade étnica e racial e, no presente estudo, pretende-se desenvolver uma análise de como tem sido a trajetória dos/as estudantes indígenas Apinajé no ensino superior da UFNT, essencialmente, como se dá a relação interétnica na universidade.

Ao ingressar no estudo dos povos indígenas, suas culturas e saberes,

desperta-se novos olhares para os referenciais epistemológicos e metodológicos. Nesse deslocamento para o território educacional, enfatiza-se a necessidade de estabelecer assimetria entre os saberes do Povo Apinajé e a Universidade, com destaque para o desdobramento do contato étnico no âmbito da instituição. Nesse sentido, discute-se como tem sido o acolhimento e valorização dos saberes indígenas no currículo universitário, na busca de uma formação acadêmica que estimule a interculturalidade, apoiada em práticas que dialoguem com o conhecimento do povo *Panhĩ/Apinajé*.

A educação formal, inicialmente, não esteve na pauta do Povo Apinajé como um instrumento crucial na defesa do território e no radar dos interesses da etnia nas disputas com os colonizadores. O território coloca-se como o ponto de luta principal, que une os membros do Povo *Panhĩ* com o sentimento de pertencimento e unidade étnica, a luta para garantia do território precede as demais batalhas. No entanto, para defender o território foram estabelecidas estratégias que se mostraram suficientes sem a obrigatoriedade de percorrer um ciclo de formatura como normalmente recorrem os não indígenas.

Assim, percebe-se que o projeto de educação formal está elencado no Povo Apinajé como instrumento de formação dos/as jovens para enfrentar as lutas em defesa do território contra a ganância dos colonizadores.

Com a presença dos representantes do Povo Apinajé através das lideranças, os anciãos e as anciãs, o espaço acadêmico está incumbido de promover a construção de conhecimento no processo educacional, sedimentando o povoamento cultural dos saberes indígenas no território universitário, que perpassa pelo desenvolvimento da oralidade dos/as jovens a partir da territorialidade *Panhĩ*.

2.2.1 Território Educacional Apinajé: saberes do povo

Nessa seção, destaca-se o território educacional Apinajé a partir dos saberes dos anciãos e das anciãs e outras lideranças que são as verdadeiras bibliotecas que guardam os valores culturais da ancestralidade. Daí a importância dos anciãos e anciãs para a manutenção da cultura (Figura 09), porque, quando um destes morre, leva a sua história, que foi construída ao longo dos anos.

Figura 9 – Ancião José de Almeida Corredor Apinajé e os jovens realizam coleta de materiais na chapada para fazer apitos



Fonte: Silva (2024).

Por isso, para manter a cultura viva os anciãos e anciãs estão atentos/as em mostrar para os/as jovens os saberes da cultura do Povo Apinajé, como a língua materna e os principais rituais da cultura. A manutenção desses elementos vivos repercute como símbolo de resistência em meio às pressões do Estado e dos representantes do mercado econômico.

Na conjuntura recente, em conformidade com o entendimento de Cassiano Apinajé e Odair Giralдин (2018), as tradições orais não são suficientes para preservar os conhecimentos históricos e culturais produzidos no território. Nesse caminho, as escolas localizadas no interior da Terra Indígena também são espaços que devem ser utilizados para cultivar as experiências culturais do seu povo. Da mesma forma, espaços educacionais como a universidade devem ser pavimentados para cultivar as experiências dos saberes culturais do Povo Apinajé.

A dissertação de mestrado “*Mẽ Ixpapxà mẽ ixàhpumunh mẽ ixujahkrexà:*

Território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar *Panhĩ* de Júlio Kamêr Ribeiro Apinajé (2019), traz elementos acerca dos processos educacionais de luta e resistência pelo território. O autor parte da perspectiva da desconstrução sistemática e hierárquica da imposição do Estado em relação à educação, na qual se efetive o anseio cosmológico da etnia Apinajé a partir da interculturalidade e do viés decolonial.

O papel das anciãs e dos anciãos na formação dos/as jovens, é como uma semente que está brotando, para depois crescer, ficar forte e dar frutos para alimentar os seres vivos da terra. Os/as velhos/as são pessoas que ensinam os/as jovens na comunidade, por isso, para entender da cultura é importante dialogar com os troncos do território, as lideranças, os/as anciãos/ãs da cultura que compartilham a memória ancestral do seu modo de vida.

O Povo Apinajé tem muito a ensinar para a sociedade não indígena, incluindo a Universidade Federal Norte do Tocantins, compartilhando o seu modo de vida, alicerçado na sabedoria dos troncos do povo conhecedores/as da vida no território. Nesse sentido, para alicerçar a pesquisa a partir dos saberes dos/as anciãos e anciãs, sustentamo-nos nas referências do território, como mostra a Tabela 03.

Tabela 3 – Relação das entrevistas com as referências do povo Apinajé

Entrevistado/a	Idade	Aldeia	Função
Terezinha Amnhák Apinajé	82	Aldeinha	Artesã e liderança
José Corredor Almeida Apinajé	54	Aldeia São José	Artesão, rezador e liderança
Alexandre de Sousa Fernandes Apinajé (Zé Cabelo)	41	Aldeia Brejinho	Cantor e liderança

Fonte: Elaborada pelo autor.

As referências trazidas reverberam o sentido de passagem do tempo da vida defendido por Krenak (2022) que observa a experiência de vida como uma marcação que excede o sentido temporal na vida do indivíduo, atentando-se em saber o que a trajetória daquela pessoa conseguiu simbolizar, não apenas entregando trabalho, porém produzindo sentido.

Nesse contexto, os/as anciãos/anciãs são referências para todos/as os/as descendentes e são os/as responsáveis por manter viva a identidade cultural dentro do território com os saberes do povo. Como, por exemplo, no campo da representação

social e cultural, em que os/as anciãos/anciãs têm representação simbólica na formação e preservação da memória do Povo Apinajé, com um lugar de destaque reservado. Na busca de apropriar-se das referências dos saberes do povo, na empreitada da jornada de campo, estabeleci como necessária a entrevista com dona Terezinha *Amnhák* Apinajé, 82 anos de idade, anciã e liderança do Povo Apinajé, moradora da Aldeinha (Figura 10), localizada próximo da Aldeia São José, reconhecida como possuidora de saberes ancestrais do modo de vida do Povo Apinajé.

Figura 10 – Anciã Dona Terezinha



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

Quando cheguei na Aldeia, por volta de duas e meia da tarde, do dia 21 de dezembro de 2024, logo ao abrir o colchete, avistei os homens realizando a cobertura de uma casa com palha de babaçu. Fui até eles e apresentei-me. Dona Terezinha,

interlocutora com quem pretendia realizar a entrevista, não estava na sua residência e o pessoal indicou-me o local da roça que ela estava, que fica próximo da residência, logo depois do riacho que margeia a aldeia. Segui pelo caminho da roça, fiz uma travessia no riacho, para a qual necessita-se de equilíbrio, pois o que liga um lado ao outro é um tronco de árvore. Do outro, lado a roça de Dona Terezinha, uma das anciãs dos saberes Apinajé. Avistei-a plantando mandioca na companhia de sua neta, debaixo de um sol de forte, perto das três horas da tarde. Já nos conhecíamos de outros encontros, nas andanças pelo território Apinajé, e dos eventos e atividades culturais. Após andar um pouco na roça, combinamos de ir para sua casa fazer a entrevista, uma conversa, um momento de escutar um pouco através da oralidade de Dona Terezinha.

Como em outras oportunidades, percebi que o povo Apinajé é hospitaleiro e tem disposição em contribuir com a realização da pesquisa. Inicialmente, expliquei à interlocutora o objetivo do trabalho. O diálogo com Dona Terezinha, teve o auxílio de seu genro que estava na casa, na tradução de algumas palavras, tendo em vista o fato de eu não compreender bem a língua materna. Quando pergunto sobre a história do povo Apinajé, Dona Terezinha explica que

[...] Quem estuda sabe contar, eu não estudo, eu não sei contar de tudo não. Agora, aqueles que estuda muito, sabe tudo, conversa bom, conversa de qualquer coisa, que eu não estou nem sabendo eles contam. Agora, eu não, papagaio veio, não aprendi nada, não como é que estudante fala, eu não sei não. Se tu dizer para mim, agora você vai cantar para mim, eu canto, mas esses que tu estás dizendo eu não sei não. Agora vou contar um pouco da minha história. Meu nome é Terezinha, nome no Kupen, mas nome no Pãñhi é Amidock, de primeiro, eu era da Aldeia Botica, nasci lá, depois nós mudemos para cá quando eu estava desse tamanho, nós mudemos para cá, aí que eu cresci aqui, já estou ficando velha aqui, do lado da Aldeia São José. Meu avô era Pedro Corredor, e minha avó chamava Antônia. O nome de minha mãe era Júlia, agora do meu pai é Luca, mas já nos deixou, nós moremos tudo lá na Aldeia Botica. Aí meu pai lá, que morreu lá, aí nós mudemos para cá, para São José, depois nós, separamos nossa aldeia aqui, tamo aqui agora na Aldeinha. O meu marido também já morreu chamava de Zé, José Sotero. Meus irmãos era quatro, e eu, morreu uma agora, a caçula que morreu, Beatriz era a caçula, outra está morando na Bacaba, a Helena mulher do Abílio que já morreu, agora ela está só mais os netos e os filhos. Tem outra que mora na Aldeia Mariazinha, a Maria dos Anjos que a mãe do Júlio Kamber, a mãe dele é minha irmã. Tem a Maria de Jesus que chama Giradi, mora Aldeia Boi Morto, e a Xará, casada com o Lelê, é outra também. Eu que sou a mais velha que eles tudo, aqui eu estou só também. Na casa, morando aqui, são sete pessoas e eu, a minha filha Maria dos Reis, o marido dela, os filhos dela meus netos, e mais um rapaz e duas mulheres que a mãe dela deixou para mim, aí nós tamo criando. Estamos em quatro ainda, a Beatriz a mais nova que já morreu, é a caçula [...]. (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Em uma parte do diálogo, Dona Terezinha expressa que não estudou na escola

formal, do não indígena, que ensina o povo Apinajé a falar “no português”. A sua escola foi outra, aprendeu os elementos da sua cultura passados através da oralidade, como as cantorias e outros rituais que caracterizam a identidade do seu povo. Noutra parte, destaca a composição de seu núcleo familiar e a sua mobilidade dentro do território, cada irmã e irmão mora em Aldeia diferente. Ela nasceu na Aldeia Botica, mudou-se para a Aldeia São José e, atualmente, está na Aldeia Aldeinha, da qual é fundadora.

Quando pergunto como foi o tempo de sua infância no território Apinajé, Dona Terezinha na face do rosto demonstra um sorriso que acredito representar o momento vivido por ela naquela fase, e começar a contar.

[...] Quando era criança, morava na Botica, só brincando, brincando, quando as crianças ajuntam onde tem um limpo, elas ajuntam, brinca, era assim, só gritando, só gritando, quando uma coisa passa, o passarinho passa, sai gritando, andando naquele lugar limpo, no pátio, tem um limpo grande, brincava lá, depois de grande, nós mudamos para cá, agora, não teve nada lá, não teve colégio, eu não estudava, agora na São José tem colégio para jovem. A história que eu estou dizendo, que papagaio veio não estudava nada, nem, nem sabe o que é, que os que estuda conta história, eu não estudei, na Botica não tinha escola, aí nós mudamos para cá, aqui também não tinha, agora que teve escola, os meninos tão estudando, agora de primeiro não. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Na infância, quando morava na Aldeia Botica, costumava brincar com as outras crianças no pátio da aldeia, local de reunir para realizar as atividades, na época não tinha escola na terra indígena para os jovens, como atualmente. Hoje, o tipo de organização da aldeia permanece com o pátio central para a comunidade praticar os rituais da cultura.

Mais adiante, um ponto que merece destaque é quando ela retoma no diálogo a questão da mobilidade dentro do território, mencionando que

[...] A minha filha Luzimar está procurando um lugar para fazer morada. Agora ela vai carregar filho, neto, vai fazer não sei onde a morada dela, ainda tão caçando a morada, tão para lá. O meu lugar é aqui mermo, eu não tenho carro para eu fazer outra aldeia pra ficar lá de junto de mim, quando eu precisar como eu vem para cá, eu não tenho carro, não vou fazer minha morada longe quando eu preciso cadê, chama o carro não vem logo me pegar, precisar café, açúcar, sal, arroz, onde que eu vou achar. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Na dinâmica do território, percebe-se a tendência do Povo Apinajé de ocupar e explorar novas áreas, fazendo novas moradas a partir da organização de novas aldeias, como a filha de Dona Terezinha, Luzimar, esposa do ancião José de Ribamar, que está organizando um novo lugar para morar com a família.

Como disse Dona Terezinha, no tempo dela não teve estudo para o povo Apinajé atravessar (Figura 11), pois havia outro de tipo de escola na qual os saberes tradicionais eram repassados através das pessoas mais velhas que ensinavam e orientavam os/as jovens na travessia dos saberes ancestrais para que eles permanecessem agarrados na cultura do seu povo.

[...] Depois de grande a minha avó me ensina, quando ela ia fazer esteira, chamava vem aprender aqui, eu fui pelejando, aprendi fazer esteira, aquele outro, que é o cofo, ela fazia tudo, ela chamava vem aprender aqui, ver, então ela me dava, ensina, e eu mesma, eu ia fazendo até terminar. Eu sei fazer cofo também, esteira, eu faço, que minha avó Antonia me ensinava também. Tinha a festa de maracá. As festas da cultura eu aprendi também, catava de maracá, aprendi um bocado. Depois, estou dessa idade, o outro meu avô me ensinava também a cantiga da tora grande, aprendi também. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Figura 11 – Travessia da roça de Dona Terezinha para sua casa



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

Na travessia dos saberes culturais, os anciãos e as anciãs são essenciais, porque são os/as guardiões/guardiões das tradições que mantêm acesa a unidade do

Povo Apinajé, os/as mais velhos/as reforçam a territorialidade na prática de rituais como conta Dona Terezinha

[...] A corrida da tora grande, algum, ainda faz, mas já tão deixando, agora esse aqui é da minha filha, a mãe dos que eu estou criando, esses três aqui, foi feito a tora grande dela, que nós terminamos, em novembro que nós terminamos, tá lá em cima o dela, no cemitério.

Não tem mais, companheiro da cantiga, do tora grande, esse já acabou, e outras cantigas, já está acabando também, eu já estou também me esquecendo tudo, eles não cantam mais, acho que o povo não gosta dessas cantigas não, o tora grande, já está acabando, que as pessoas mais novas parecem que não tem mais interesse em fazer mais nada, pois é, essas cantigas já estão acabando quase tudo. Agora esses de nós, que cantava, um bocado já morreu tudo, só eu que estou andando aqui ainda, daqui uns dias eu vou, as cantigas acabaram tudo, as novas não cantam, canta não. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024, grifo nosso).

A anciã alerta e demonstra uma certa preocupação com a manutenção dos saberes e os rituais tradicionais do seu povo, que devem ser praticados no dia a dia do território. Para isso, é necessário que os/as jovens estejam dispostos a aprender as tradições com os/as mais velhos/as, que são as bibliotecas do território, para fazer as consultas e continuar o caminho deixado pelos/as anciãos e anciãs, porque algumas dessas referências têm partido para o outro lado da vida carregando consigo cantorias e um bocado dos saberes coletivos.

Dona Terezinha elenca que permanece agarrada no calendário ritualístico do seu povo, realizando a Cantiga da Tora Grande e do Maracá também, dando seguimento às práticas ancestrais territoriais.

[...] A festa que teve em novembro, é da minha filha que eu estava te amostrando o marido dela, dessa que morreu, nós fizemos a festa do tora grande para ela, e o tora grande dela tá lá em riba, o dela, no cemitério, enfeitado, pintado, quando foi a noite nós cantemos, quando é pra terminar, nessa hora nós já estava cantando outra cantiga do tora grande, que chama Norotô. Quando é a noite tem outro cantor, que vai cantando a noite toda até o outro dia, quando amanhece o dia eles vão atrás do tora grande, lá eles passa urucu, pau de leite, pinta tudo, ai o cantor vai cantando até essa hora, tá terminando, já tão trazendo aqui, e quando chegar aqui com o tora grande, anda nas casas tudo, ai vai pro cemitério, botar em cima dela, que é dono dela bota lá, tem lá, bonzinho ainda, o tora grande dela. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

O ritual da Tora Grande, contado por dona Terezinha, ocorre um ano depois do falecimento de sua filha, com a organização da cerimônia ritualística. Após o falecimento de sua filha, a estruturação da unidade familiar permanece com o genro, na casa próxima da dona Terezinha, e três filhos da falecida que ficaram sob os cuidados da avó materna.

No diálogo sobre as festas da cultura, Dona Terezinha explica como foi a festa do Tora Grande de sua filha que faleceu no mês de novembro do ano de 2023. Após um ano do falecimento, houve a festa com a realização de cantorias, pinturas e enfeites que reuniu os/as moradores/as das outras aldeias de perto para acompanhar.

Segundo Dona Terezinha, na sua juventude, o movimento ritualístico dos saberes coletivos estava presente na rotina das atividades cotidianas. Na dinâmica da aldeia, a presença no pátio era exercida com frequência, só que agora os/as jovens estão fazendo diferente.

[...] Quando é a noite elas arrumam o cabelo, bota o brinco, anda nas casas, agora pro pátio não, que não tem cantor que anda cantando no pátio, sacudindo maracá e as pessoas novas acompanha, tão deixando tudo. Agora na Botica, toda noite o cantor cantava lá, com maracá, toda noite, mas aqui não, aqui acabou. Assim, eu aprendi um bocado, agora hoje não tem isso. (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

A partir da memória com o uso da oralidade, Dona Terezinha narra os saberes coletivos do seu povo, constrói um traçado a que os pertencentes do seu grupo étnico estão agarrados. Ao mesmo tempo, alerta para a necessidade de os jovens se manterem firmes e acompanhar os ensinamentos dos anciãos e anciãs, para não desapegar das tradições culturais.

Por isso, para manter acesa as tradições identitárias que denominam o Povo Apinajé, corroboramos com o entendimento de Smith (1950), que defende o ensinamento dos saberes tradicionais aos/às jovens do território

[...] as histórias são um meio para perpetuar as crenças e os valores de uma cultura, na esperança de que as novas gerações cuidem delas e as transmitam. A história e o seu contador servem ambos para conectar o passado com o futuro, uma geração com a outra, a terra com o povo e o povo com a história. (Smith, 1950, p. 168).

A conexão dos jovens com o seu passado histórico e cultural, acontece através das fontes originais da memória da cultura, que são os anciãos e as anciãs, que guardam os saberes do povo. Quando esses/as realizam a passagem para outra vida, a força da narrativa contada e transmitida para os/as mais jovens permanece viva.

Nas atividades diárias percebe-se que, para o povo Apinajé, é necessário o comparecimento nas reuniões do pátio, participar das cantorias, tirar o sustento a partir das roças tradicionais, mesmo exercendo atividades que tomam o tempo das atividades culturais, precisa haver um tempo para praticar os saberes da cultura, seguir cultivando os saberes e plantando as roças, praticando para esquecer, como

conta Dona Terezinha sobre sua roça (Figura 12):

[...] A roça, é só uma linha mesmo, nós partimos, mais o meu genro, ele está plantando para lá, e eu estou plantando minha macaxeira por aqui, é pequeno, eu planto, mas o meu braço não está aguentando, mas assim mesmo eu estou arribando a enxada. Agora de primeiro não, fazia tudo, agora minha perna também está ficando fraca, quando estou no caminho fico querendo cair, mas eu não caio, Deus está me vendo, bota a mão em cima de mim, para eu trabalhar de pouquinho para mim. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Figura 12 – Roça de Dona Terezinha na Aldeia Aldeinha



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

A roça tocada por Dona Terezinha segue um modelo de roça tradicional do Povo Apinajé: inicialmente, faz-se o broque roçando as árvores menores da área definida para o cultivo; depois procede-se com a derruba das árvores maiores, e, quando a vegetação seca, coloca-se o fogo. Após isso, antes de plantar é retirado o restante dos galhos mais grossos que não foram queimados, formando as coivaras

para a área ficar limpa e pronta para o plantio.

[...] Meu genro bota roça para mim, sempre eu estou ficando velha, mas eu ainda posso trabalhar um pouquinho, eu mando o meu genro, botar roça para mim, eu ainda aguento trabalhar plantando, limpando de enxada eu posso ainda, agora para arribar coisa muito pesada doí minhas costas, não dar não, nem segurar criança, eu não seguro não, agora a enxada doí um pouquinho, mas eu faço. O gergelim tora e come com farinha é bom demais, fazer paçoca, comer com café é bom. Ele cresce, quando tiver grande dar um cachinho, já tem semente dentro. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

A época do plantio ocorre depois das primeiras chuvas, quando começa a se estabelecer o período chuvoso na região, anteriormente, a partir dos meses de setembro e outubro, atualmente, a partir do mês de dezembro. Após cultivado, o plantio precisa de cuidado, é preciso limpar o mato, porque, com as chuvas ele brota e cresce rápido. Concluindo essa etapa, é aguardar o tempo da colheita.

A roça de dona Terezinha possui uma área de, aproximadamente, de uma linha, que equivale a 3.000 (três mil) metros quadrados, dividida entre ela e seu genro. Na sua parte, ela planta mandioca, gergelim, batata-doce, feijão e milho para o próprio sustento do grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, Dona Terezinha está com 82 anos, já não tem tanta força física para o labor na roça, mesmo assim, permanece realizando a plantação de mandioca acompanhada de sua neta. Na perspectiva dela, é importante continuar realizando a própria roça, ensinar os jovens a plantar e colher o próprio alimento. A paisagem da roça tem uma representação simbólica dentro do território, garantindo o necessário até a próxima colheita, sem devastar os recursos naturais.

Nesse meio, Dona Terezinha destaca-se como uma das lideranças do conhecimento do Povo Apinajé no território, pois é conhecedora e detentora do domínio da dinâmica e vivências dos saberes territoriais da Terra Apinajé. Na sua labuta cotidiana recorre à natureza para tratar algumas doenças que afetam o povo dentro da aldeia, através do uso das plantas medicinais existentes na sua terra, como menciona

[...] Dor na barriga, toma aquele remédio do mato, a raiz de jenipapo é bom, arranca, lava, coloca na água, amarga, mas, é bom, ele dar um fruto. Já para passar a febre é raiz de remédio que nós chamamos, remédio das galinhas, esse tu, não sabe não, tem uma flor, não estou lembrando como é nome dele não, tem uma flor vermelha, aquele também é bom quando está com dor de garganta ou dor na cabeça, tira e corta a raiz, machuca e bota no sole, seca, aí tu, sente, cheira a fumaça, acabar dor na cabeça. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Do lado de Dona Terezinha, na Aldeia Aldeinha, tive a experiência de escutá-la, uma das vozes que representa o seu povo. Ela narra um pouco de sua trajetória, sobre como adquiriu os saberes coletivos que movem o Povo Apinajé e compartilha alguns de seus saberes culturais guardados na memória.

Na mesma disposição de escutar outro representante do povo, segui a rota da aldeia onde mora Zé Cabelo, cantor e liderança da comunidade. A chegada na Aldeia já ocorreu quase no final da tarde.

Para encontrar a Aldeia Brejinho é preciso atenção, pois a estrada de acesso à aldeia fica um pouco depois da entrada da Aldeia São José, que é nomeada de aldeia mãe, fica na mesma estrada que dá acesso a outras duas aldeias, a Aldeia Bacabinha e Aldeia Mangau, passa próximo de algumas roças até chegar na Aldeia Brejinho, onde o cantor Zé Cabelo mora atualmente. No percurso, têm placas indicando a rota, no entanto, é preciso ficar atento porque são várias estradas e ramais, algumas em condições de difícil trafegabilidade, com isso, há o perigo de ficar atolado na estrada e comprometer a empreitada do dia.

Ao chegar na aldeia, identifiquei-me. No pátio, havia um campo para a prática de futebol e outras atividades esportivas e culturais. De imediato percebi a presença de vários jovens reunidos para jogar o futebol, um ponto de encontro para os jovens vindo de diversas aldeias das redondezas. Ao chegar um pouco mais próximo, conversei com alguns estudantes com quem havia estabelecido contato anteriormente, prontamente, apontaram a casa de Zé Cabelo que estava a procura para realizar a última entrevista do dia.

Na residência, fui recebido por Zé Cabelo, que conta um pouco de sua trajetória. Como já nos conhecíamos de outros encontros, ele tinha dado o consentimento para a entrevista, que foi um momento reservado à escuta de uma notória liderança do povo Apinajé atualmente.

Eu estou aqui na Aldeia Brejinho, antigamente eu estava morando na Aldeia Velha, na São José, lá que eu morei, depois que eu fui pra Aldeia Buriti, depois voltei pra São José, na São José mesmo fiquei lá, na São José que minha avó tinha voltado pro Cocalinho, que chama Maria Barbosa, ela precisou voltar pra Aldeia São José, e lá na São José, ela me ensinava, minha história, a história dela, o que foi passado na época que ela veio, onde ela foi passando, onde ela foi passando antigamente junto com os mais velhos, com os amigos, parceiros dela. [...] eu estava aprendendo a música, da língua, da cultura, aí vem aprendendo, aprendendo, aí eu me acostumei, primeiro eu fiquei com vergonha, mas depois na terceira, quarta vez a gente já aprende. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

A trajetória de Zé Cabelo expressa a mobilidade no território. Ele conta como aprendeu a cantar, que começou a apresentar com 14 anos em escolas, nas festas da comunidade e, com vontade de entender a língua portuguesa, usou o dicionário para aprender a cantar na língua portuguesa, disse que “[...] *queria aprender cantar no português, a voz ficou boa, quando cantei no português. Só que a minha avó, Maria Barbosa não aceitou eu cantar a música no português*” (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024). Com a intervenção de sua avó, Zé Cabelo conta que foi direcionado para andar nas músicas da tradição, aprender com apoio dos cantores mais velhos que orientam o percurso para manutenção da cultura, seguir carregando os saberes culturais para os mais jovens.

Acrescenta, ainda, que seu pai é do Povo Krahô, “[...] *quando ele separou da minha mãe, me levou para morar com o povo dele, foi quando minha avó Maria Barbosa, saiu daqui do Povo Apinajé e foi atrás de mim, lá no Povo Krahô, me buscar de volta, negociou até que o povo deixou eu retornar com ela [...]*” (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024). A aliança com outros povos indígenas (parentes) são fatores que fortalecem os enfrentamentos comuns, no caso, ajudou na negociação para o retorno do jovem ao povo de origem.

A narrativa, nos permite acrescentar uma percepção de Maria Barbosa, avó de Zé Cabelo, que traça um projeto de futuro para o Povo Apinajé com a preparação de jovens para enfrentar os desafios porvir, que consiste em mantê-los firmes agarrados na cultura, no território, na língua, guardando, assim, as tradições do seu povo. Ele conta do processo vivenciado para aprender as cantorias “[...] *eu aprendi a cantar com Alcides, pai do ancião José de Ribamar, Zé Brasil, Romão e o avô Miguel foi através dos mais velhos que aprendi a cantar, aprendi que cada momento tem um ritmo diferente, como no casamento e na corrida da Tora [...]*” (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024). Por direcionamento de sua avó Maria Barbosa, que o guiou para aprender a cantar na língua materna, pois tinha que aprender para levar as tradições para as próximas gerações.

Eles que me ensinaram a noção das músicas, explicando aquela música é só de casa, aquela música é só de maracá, aquela é do pátio, tudo é separado, que eles me ensinavam, o seu Miguel, mais a minha Avó Maria Barbosa, foi falecido os três avós que me ensinavam para cantar no pátio, nas casas, sem maracá, toda música é separada, tem música da natureza, tem música sobre o cerrado. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

As referências territoriais que direcionam a dinâmica de funcionamento do

grupo étnico, estão guardadas nos saberes do povo, na cultura e nos instrumentos que expressam a identidade étnica.

Além das cantorias, Zé Cabelo afirma que, nas atividades da cultura, aprendeu a fazer esteira, cofo, abano com a palha de babaçu, instrumentos da memória do Povo Apinajé e segue praticando as roças tradicionais,

A gente faz a roça, e planta mandioca, fava, abobra, macaxeira, inhame e batata, é isso que nós plantamos dentro da roça, na cultura. É roça de toco, a gente começa brocar em junho ou julho, depois de julho já vamos esperar para tocar fogo, em agosto toca fogo. O plantio começa em outubro. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

As roças são vistas como espaço de segurança alimentar das famílias indígenas, que plantam o básico para garantir alimentos para a família, sem explorar grandes áreas. As roças na Aldeia Brejinho estão situadas próximas da aldeia, o que facilita os processos de manuseio, cuidado e colheita.

As roças do Povo Apinajé, observadas nas andanças na Aldeia Cipozal, Aldeia Aldeinha e Aldeia Brejinho, possuem similaridades: são organizadas próximas das aldeias; na mesma área concentram-se várias roças de diferentes núcleos familiares; há cultivo de variadas plantações, como fava, macaxeira, batata-doce, mandioca, inhame, milho, arroz, feijão, gergelim; e é um espaço de domínio das mulheres.

A defesa do território na perspectiva de Zé Cabelo, perpassa pela formação dos jovens para seguir as tradições culturais,

Hoje eu estou vendo, que tem que ensinar meu povo, que continue a defender o povo, não pode para, se eu para, como é que eu vou defender meu povo, se eu para, ninguém não escuta mais. Mas por enquanto, pela música, pela cultura, pela nossa tradição, segurar o meu povo, para eles aprender mais, daqui para a frente é eles que vão explicar, eu já fui, agora eles vão explicar para os mais jovens, os jovens que vem atrás. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

De modo consciente, há a sensatez de elaborar estratégias que movimentam na direção de manter viva a cultura, o modo de vida Apinajé, segurando-os nas tradições passadas, através da música e da prática de atividades da cultura.

Por isso, Zé Cabelo reforça a importância do aprendizado com as bases referenciais do território:

O povo Apinajé os mais jovens têm que aprender tudo, que os velhos estão explicando, tem a Dona Terezinha, Ribamar, Maria de Jesus, José de Almeida, seu Cândido, eu, pergunto ele direto, se estou com ele, já vou perguntando outra história, para ele ir explicando como é que foi aquilo, explicar para mim, para eu controlar, na memória, ele vai explicando, quando

ele parar, eu, já pergunto, se está certo ou não está certo. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

No processo de aprendizagem cultural, os professores/as (anciãos e anciãs) são cruciais para os/as jovens adquirirem os saberes tradicionais que categorizam o grupo étnico, são eles/elas que orientam o caminho a partir da oralidade.

Por isso, é importante que os anciãos continuem, continuem para trabalhar com os nossos instrumentos que é do povo Apinajé, que hoje tem que mostrar na escola, a escola tem que aprender a língua, dentro da escola tem a cultura que nós não podemos esquecer, que escola cobra a gente, a gente tem que mostrar para a escola para registrar, para o aluno escutar o que o mais velho faz, já ver. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Nesse percurso, percebe-se a existência de um diálogo das escolas indígenas, com os anciãos e anciãs, com os fazeres produzidos na cultura.

Para mim os jovens estão aprendendo, conhecendo a regra da escola, da parte da nossa cultura também, eles têm que aprender no português, tem de aprender nossa língua também, eles já começaram aprender no português, eles agora vão falar duas línguas, ou três línguas, no português, na língua nossa e no inglês. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Com a presença das escolas na terra indígena, desenvolvendo sua prática, os/as jovens indígenas estão estudando uma parte no modelo de aprendizagem estabelecido pelos não indígenas e outra parte nos fazeres da cultura. Do outro lado, na universidade (UFNT), tem uma relação em andamento, como indica Zé Cabelo,

Tá bom para mim que os mais velhos, que são os anciãos, os/as jovens têm de aprender com eles, que eu gostei da daquele trabalho que fizeram na faculdade, o encontro do seminário que nós fizemos, é isso que o povo quer aprender, nós não vamos deixar esquecer, para nós levar para sempre para aprender os jovens, os mais jovens para aprender, os instrumentos que cada qual tem uma função. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Nessa compreensão, percebe-se que o Povo Apinajé está atento para ocupar os espaços institucionais da universidade, um ambiente crucial para fortalecer os jovens na defesa do território. Por isso, a presença dos/as anciãos e anciãs nas atividades da UFNT deve estar em pauta e ser considerada na formação dos/as jovens indígenas, que estão na universidade para aprender a defender o seu povo dos intrusos não indígenas (Figura 13).

Eles vão para esse estudo, vai estudar para o povo, para conhecer da escola que eles aprenderam, continua estudando para defender o povo dele, que hoje as coisas não estão tão fáceis para nós. Mas, vamos seguir para a frente, os jovens com mais estudo, que a faculdade está liberada, a porta está aberta, para eles conhecer os conhecimentos dos professores, e eles também querem conhecer nossa cultura, da nossa parte do povo Apinajé.

Hoje nós não podemos esconder, tem que ensinar os professores, falar aquela história que nós tamo levando. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Nessa percepção, Zé Cabelo afirma que os/as jovens estão na CEHS-UFNT para estudar, aprender mais sobre a dinâmica de fora das aldeias e aprofundar um pouco mais sobre a própria cultura, compartilhar em outros lugares os valores culturais que permeiam o grupo étnico, na busca por uma vida melhor para seu povo. Ao concluir o ciclo acadêmico, eles retornam para ensinar os mais jovens, as crianças da comunidade que estão na fase de caminhar nos estudos.

Figura 13 – Cantor Zé Cabelo organizando a corrida de Tora na UFNT



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

Nesse sentido, destaca a significância da CEHS-UFNT para o Povo Apinajé

A UFNT é importante para o Povo Apinajé porque aprendi mais, aprendi mais português, aprendi mais a língua nossa. A UFNT, aprendi mais nossa tradição e nossa cultura, quero fazer um quadro nosso para eles lá, quero que os alunos continuem a estudar, porque eu não quero que acabe, que afunde, quero que continue para sempre o Povo Apinajé. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Ao longo dos anos, o Povo Apinajé tem estreitado, aos poucos, a relação com a CEHS-UFNT, estando presente em atividades no âmbito universitário, nas pesquisas e, mais recentemente, nas salas de aulas, como estudantes. Nessa interação, o Povo Apinajé passou a escrever no bico da caneta e no teclado do computador a sua própria história Apinajé. Enquanto isso, a universidade aprofunda um pouco mais para entender sobre o modo de vida Apinajé.

Noutro tempo, as movimentações no território estavam em outro viés, no entanto, Zé Cabelo rememora um pouco do percurso de sua trajetória na escola formal,

Estudei um pouco na Aldeia São José até a 6ª série, eu parei, eu falei para minha avó, eu não vou estudar mais não, vou parar de estudar, vou fazer outra função que eu quero, eu falei logo de música, maracá, vim aprendendo, aprendendo disso. Lá dentro da escola, falei para minha professora, olha professora eu não vou mais estudar, eu vou parar, eu vou aprender minha língua mesmo, minha língua, minha música, ela falou por quê? Eu falei, não, porque eu não quero, até a diretora falou para mim, estudar mais, eu não, eu larguei mesmo, na época era a FUNAI que fazia a escola, na época da FUNAI tinha a escola, que a FUNAI fez a escola, eu resolvi sair da escola, e continuei aprendendo só na música, pesquisando com outros povos Krahô, Timbira, Canela, a gente vem aprendendo, e vem vindo para cá e esquecer escola. (Zé Cabelo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Na dinâmica de funcionamento do Povo Apinajé, os membros com pertencimento étnico assumem uma função social dentro do grupo. No caso do entrevistado, resolveu seguir os ensinamentos da escola alicerçada nos saberes do seu povo, levando as cantorias na língua materna para as novas gerações.

No entardecer, quando ocorreu a escuta de Zé Cabelo, já por volta de cinco e meia da tarde, quase passando do dia para a noite, escuto o canto da galinha d'água perto da casa, uma ave presente no território, uma oportunidade de apreciar as vozes dos animais na terra materna Apinajé. Quando a galinha d'água começa cantar, não quer mais parar, até juntar as companheiras do lugar, na melodia do cantar, mesmo de longe dá para escutar, o que elas combinam de cantar, na beira do riacho, que é a sua morada aquele lugar, onde as pessoas resolveram ocupar. O exercício de escutar

o Povo Apinajé e ao mesmo tempo, o canto da galinha d'água, renova o esperar, para seguir na luta do caminhar.

Entender e transcrever o diálogo gravado com os/as representantes do povo, exige do pesquisador o desenvolvimento da habilidade de aprender a escutar o que os anciãos e as anciãs contam. Não é uma tarefa fácil entrar no território do outro, andar por estradas desconhecidas na perspectiva de estabelecer uma relação que permita realizar um estudo que experiencie um pouco das vivências, da trajetória de vida do Povo Apinajé.

Nesse deslocamento para o território do outro, questiono-me o quanto deve ser árdua a tarefa para os/as estudantes indígenas aprender na linguagem acadêmica da universidade. Será que a UFNT e outras universidades estão realmente preparadas para ter esses e essas estudantes com uma cultura ancestral vigorosa?

Ao adentrar na ciência dos povos indígenas, aproximando-se de suas culturas e saberes, surgem novas perspectivas para os referenciais epistemológicos e metodológicos que balizam a trilha que se propõe caminhar, ao dialogar com os troncos do território, as lideranças, os/as anciãos/as da cultura sobre as atividades que conectam o povo pelo pertencimento étnico, gerando identidade coletiva e fortalecendo a prática do modo de vida. As atividades dentro do território são permeadas de saberes tradicionais, como a cultura alimentar que conta a história daquele alimento, a época da coleta de sementes, o respeito ao ciclo anual dos seres da natureza e da lua.

2.2.2 Território Educacional Formal: saberes da/na UFNT

No campo educacional instituído pelo Estado, conforme elenca Cassiano Apinajé (2017), o registro do envolvimento do povo Apinajé com a educação escolar ocorre a partir de 1962 com a administração do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e parceria da *Summer Institute of Linguistics* (SIL). Na atual Aldeia São José, começaram os primeiros movimentos em prol da educação para o Povo Apinajé no território, um ensino voltado para o viés pedagógico evangélico, que demarcava seu espaço social dentro do território no período estabelecido.

A missão evangélica da SIL, formada por Patrícia Ham, João, Catarina e as colaboradoras Helen Waller e Linda Koopman, norte-americanos, em colaboração com a FUNAI, encarregou-se de promover a educação bilíngue para o Povo Apinajé,

só que com o funcionamento em local separado.

O SPI, conforme Decreto nº. 8.072, de 20 de junho de 1910 (Brasil, 1910), poucos anos mais tarde, em 1918, foi desmembrado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) através do Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918 (Brasil, 1918). Todavia, apesar de ocorrer o desmembramento, o princípio de incorporação pacífica dos índios permaneceu a direcionar o trabalho do órgão. A política de administração dos povos indígenas pela União teve a norma estabelecida no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484, de 27 de junho de 1928 (Brasil, 1928), que instituíram sua relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI, que foi extinto em 1967 passando para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nesse ínterim, os indígenas passaram a ser tutelados pelo Estado brasileiro através do SPI, que teve a sua estruturação constituída para prosseguir baseada nos princípios coloniais. O trabalho do órgão esteve alinhado com orientações positivistas, adotando algumas técnicas dos evangelizadores para mediar as relações com os indígenas.

Com o objetivo de frear as tensões entre diferentes povos e os não indígenas, o SPI propôs inovações culturais contemporâneas, mudanças nos locais de habitação, no modelo de agricultura com estímulo ao trabalho, introdução de novas tecnologias agrícolas e o ensino da atividade da pecuária para produção. Com as iniciativas do SPI, ocorriam as intromissões no modo de vida indígena através de um modelo pensado para os indígenas adaptarem suas práticas às necessidades dos colonizadores.

Nesse período, a luta e preocupação maior era pela demarcação do território, pois a Terra Indígena Apinajé estava, em boa parte, ocupada por não indígenas, com os moradores chegando quase no terreiro das aldeias, conforme conta o interlocutor ancião José de Almeida Corredor Apinajé (2024) (Figura 09): “[...] Após a nossa Terra ser demarcada, melhorou pra nós, foi assim, porque quando a terra não tinha demarcação, morador branco morava aqui pertinho mesmo, perto da aldeia, perto da aldeia mesmo, tem até tapera perto daqui ainda, no tempo que não era demarcada [...]”. A demarcação da área realizada em 1985, é um marco que representa a conquista do lugar que já pertencia ao Povo Apinajé e retoma seu direito de permanecer naquele território.

O envolvimento com as interfaces da educação, especificamente em nível

superior, ocorre a partir da inauguração da UFT/UFNT em Tocantinópolis-TO. Na busca por entender sobre a interação do povo Apinajé com a UFNT, estabelece-se um rol de entrevistas dos/as estudantes com vínculo nos cursos superiores ofertados no CEHS da UFNT (Tabela 04).

Tabela 4 – Relação dos/as estudantes do povo Apinajé na UFNT entrevistados/as

Nome	Idade	Aldeia	Curso
Aldemar Ribeiro Dias Apinajé	25	Aldeia Paraíso	4º período Ciências Sociais
Cassiano Sotero Apinajé	55	Aldeia Paraíso	Concluinte Pedagogia 2013
Elisângela Dias Apinajé	38	Aldeia Cipozal	8º período Pedagogia
Erinaldo Damatta Laranja	28	Aldeia Mangau	5º período Educação do Campo
Evaldo Fernandes Sotero Apinajé	27	Aldeia São José	5º período Educação do Campo
Fabrcício Laranja Salvador Apinajé	28	Aldeia Patizal	Concluinte Educação do Campo 2023
Gilberto Pereira Apinajé	36	Aldeia Girassol	3º período Direito
Gilson Almeida Pereira Apinajé	29	Aldeia Porto Franco	5º período Educação do Campo
Hugo Sotero Pereira Apinajé	27	Aldeia São José	6º período Educação Física
Janaína Ribeiro Apinajé	32	Aldeia Cipozal	5º período Educação do Campo
Luiz Dias de Sousa Apinajé	33	Aldeia São José	5º período Educação Física

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na perspectiva de traçar um entendimento sobre como tem sido desenvolvido o processo educacional do Povo Apinajé, na trilha da UFNT, destaca-se Cassiano Apinajé, liderança do Povo Apinajé com notoriedade acadêmica,

[...] Meu nome é Cassiano Sotero Apinajé, sou conhecido como Cassiano Apinajé aqui na Aldeia São José, e nas demais cidades vizinhas, atualmente moro na Aldeia Paraíso, há onze anos, que fica bem próxima da Aldeia São José, do outro lado do ribeirão, sou filho de Terezinha Apinajé. A minha trajetória de vida como estudante, primeiramente como estudante, posteriormente como acadêmico, comecei a frequentar a escola na aldeia, nos anos [19]75, comecei frequentar a escola na Aldeia São José, e conclui a primeira modalidade, naquele tempo, era chamado de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série, e naquele tempo o estudo era muito dificultoso para nós, o acesso ao estudo era difícil, a dificuldade de nossos pais não bancar, custear as despesas das

escolas, porque naquele tempo a escola pública era pago, então nós estudava aqui na aldeia, e depois concluía a modalidade aqui, e pronto, ficava por aqui mesmo, era dificilmente os indígenas sair para estudar fora. [...] (Entrevista oral, dezembro de 2024; grifo nosso).

A chegada do processo de escolarização no território Apinajé acontece através da escola do não indígena, que impõe seu formato próprio de funcionamento, norteado na perspectiva de educação para atender aos interesses dos que estão fora do contexto indígena, sem considerar os valores culturais que alicerçam quem pertence ao território, como afirma Cassiano Apinajé (2017, p. 98)

[...] Os Apinajé reconheceram historicamente a escola como algo muito estranho, uma imposição que os kupê (não índios), trouxeram para o meio social. Com o passar do tempo, a escola vem causando gradativamente mudanças no aspecto sociocultural e linguístico em função desses novos conhecimentos da sociedade envolvente. Aos poucos os saberes tradicionais são substituídos por novos conhecimentos e novas atitudes comportamentais [...].

Uma escola pautada nos valores e costumes da sociedade não indígena, sem reconhecer a importância das tradições culturais e a língua materna, que causa mudanças na dinâmica cultural e nas vivências no seio da aldeia, por conta das imposições do modelo de escola tradicional. A mesma escola do não indígena, colocada na aldeia para atender o Povo Apinajé, não dá conta de ensinar.

Na jornada formativa do processo educacional, Cassiano Apinajé acrescenta como se deu o seu percurso na segunda fase de luta para seguir caminhando na escola longe de seus referenciais territoriais.

[...] quando eu, conclui a 4ª série naquele tempo, na época, já foi em 1984, e passei um tempo sem estudar, em 1985 ocorreu o processo de demarcação, aí que dificultou muito mesmo, a escola tinha que parar, a escola parou de funcionar. Só que em 1985 voltou, só que nessa época já tinha concluído de 1ª a 4ª série, e para nós continuar, nós tínhamos que fazer o seletivo, eu mais o Vanderley tinha que fazer o seletivo para poder estudar fora, foi isso que ocorreu. Fizemos seletivo para estudar fora, fazer o ginásio, começar a estudar, porque naquele tempo a modalidade chamava de ginásio, que corresponde de 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série, chamava de ginásio. Aí, começamos estudar a 5ª série, nós passamos no processo seletivo, começamos a estudar fora, a primeira experiência de estudar fora foi no Colégio Dom Orione, em Tocantinópolis, lá nos ficamos os quatro anos, concluímos o esse ginásio [...]. (Entrevista ora, dezembro de 2024).

Apesar das dificuldades encontradas na escola fora da aldeia, Cassiano Apinajé e seu parente, Vanderley Apinajé, concluíram o ciclo do ensino fundamental, no Colégio Dom Oriente, na cidade de Tocantinópolis (TO), administrado por sacerdotes da Igreja Católica.

Na árdua trajetória escolar, em meio à falta de condição financeira para pagar as despesas com o estudo, Cassiano Apinajé fala das interrupções e outras barreiras no percurso escolar.

[...] Depois fazer o segundo grau que hoje é ensino médio, nós não tínhamos condição de continuar estudando aí ficou, nós tínhamos que sair do colégio, e voltar para aldeia, isso foi em 1990. Em 1990, foi o ano que naquele tempo tinha a FUNAI ofertava dois cursos para os indígenas, de operador de máquinas agrícolas e rodoviárias, que é para aprender operar máquinas pesadas de desmatar, e de técnico agrícola, para nós não ficamos parado a FUNAI ofereceu esses dois cursos, e eu mais o Vanderley, nós topamos, aceitamos. [...]. Em 1991, nós ficamos parados, voltamos aqui na Aldeia São José. Em 1994, comecei a estudar o ensino médio, consegui matricular no Colégio Darci Marinho, fui fazendo, fui fazendo e em concluí em 2005, esse ensino médio. Nesse tempo, eu trabalhava como professor, saía da aldeia no final da tarde para estudar o ensino médio à noite na cidade de Tocantinópolis. Naquele tempo, também não tinha ensino fundamental do 6º ao 9º ano na aldeia, a maioria dos estudantes indígenas estudavam no Colégio Estadual Padre Juliano Moretti, em Tocantinópolis. O transporte que nós usávamos era o caminhão da aldeia, aberto, saía daqui cinco horas da tarde para estudar o ensino médio, aí dez horas da noite voltava para aldeia. No outro dia, cedo já tinha que estar no serviço, na escola, era muito puxado. Mas em 2005, eu concluí o ensino médio. [...] (Entrevista oral, dezembro de 2024).

Concluir a etapa do ensino básico foi um período árduo. Como demonstrado no relato, houve resistências, adversidades para estudar fora da aldeia à noite, depois de uma longa jornada de trabalho, indo na chuva e na poeira em caminhão aberto, uma vez que, na época, não havia nenhuma escola ofertando o ensino médio na Terra Indígena Apinajé.

Atualmente, dentro da área indígena Apinajé, têm quatro escolas que ofertam o ensino médio: a Escola Estadual Indígena *Katam*, na Aldeia Palmeiras; a Escola Estadual Indígena *Tekator*, na Aldeia Mariazinha; a Escola Estadual Indígena *Matyk*, na Aldeia São José; e a Escola Estadual Indígena *Kunityk*, na Aldeia Patizal, todas vinculadas às políticas educacionais do âmbito estadual. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (*Panhĩ*) da UFNT, no CEHS, aprovado em 2023, com base nas informações extraídas do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE) 2023, da SEDUC/TO, fornecidos pela Gerência de Educação Escolar Indígena da secretaria, consta 264 estudantes do Povo Apinajé matriculados no Ensino Médio. A figura 14 apresenta o final de um ciclo que ocorreu em 2003 na Escola Estadual Indígena *Mãtyk*.

Figura 14 – Formatura Ensino Médio Escola Estadual Indígena *Mãtyk* - 2023



Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Acrescenta-se ao referido documento, a existência de 11 Unidades Escolares e 7 extensões, as quais funcionam nas aldeias Cipozal, Recanto, Cocalinho, Pintada, São Raimundo e Bacuri da Terra Indígena Apinajé, atendendo os anos iniciais do Ensino Fundamental, que estão distribuídas nas aldeias dentro do território indígena Apinajé.

Dentre as escolas indígenas mencionadas, identifica-se as duas maiores: a Escola Estadual Indígena *Mãtyk*³ e a Escola Estadual Indígena *Tekator*⁴. De acordo com o pesquisador Júlio *Kamber Apinajé* (2019), a Escola *Mãtyk* está situada na aldeia sede São José, que é a aldeia mais povoada do Povo Apinajé, e atende estudantes da própria aldeia e das aldeias próximas, no limite do município de Tocantinópolis (TO). A Escola existe desde os anos 1970 e foi batizada com o nome de um grande líder do povo Apinajé, *Mãtyk*.

Em outro trabalho, Júlio *Kamber Apinajé* (2017) destaca que a Escola Estadual Indígena *Tekator*, que está localizada na outra aldeia sede, Aldeia Mariazinha,

³ A Escola *Mãtyk* teve suas atividades regularizada através do Decreto governamental nº 1.196 de 28 de maio de 2001.

⁴ A partir do ano de 2001, passou a ser administrada pelo Governo do Estado do Tocantins, através do decreto governamental 1.196 de 28 de maio de 2001, posteriormente regularizada pela resolução nº 79, de 17 de junho de 2003.

município de Tocantinópolis (TO), iniciou suas atividades a partir dos anos de 1980, sendo administrada pela FUNAI.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) é um divisor no direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas, além de contar com outros instrumentos referenciais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU); a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, publicada no Brasil através do Decreto N.º 5.051/2004 (Brasil, 2004) atualizado pelo Decreto nº 10.088 (Brasil, 2019); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996); e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007 (Isa, 2023).

Nesse viés, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) garante às populações indígenas a cidadania plena, e reconhece a diferença indenitária, conforme estabelece

[...]art. 210, § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. [...]

[...] art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...]

[...] Art. 242, § 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro [...].

A garantia do direito à educação para aprender na língua materna, resguardando os valores culturais são essenciais para desenvolver o processo educacional no âmbito dos povos tradicionais.

Outro ponto que merece destaque é a publicação do Decreto N.º 26/1991 (Brasil, 1991), que estabeleceu uma reorganização da educação escolar indígena no país, com a responsabilidade saindo da estrutura da FUNAI, sendo transferida para o Ministério da Educação (MEC), em nível federal, com os estados e municípios promovendo a oferta de vagas e a gestão da educação indígena, de modo que, na Terra Indígena Apinajé, as escolas indígenas estão sob a orientação da SEDUC do estado do Tocantins.

Com o avanço na garantia de direitos os povos indígenas, com a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (Brasil, 2008), no ponto de vista, legal obtiveram o reconhecimento pela luta traçado na formação da cultura e história do desenvolvimento da nação brasileira.

[...] § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil [...] (Brasil, 2008).

Por esse lado, na educação básica, garante-se a obrigatoriedade do ensino da cultura e história dos negros e dos povos indígenas no Brasil, assegurando o conhecimento pelos dos valores culturais dos grupos étnicos pautados.

O percurso da pesquisa aponta que o processo de escolarização formal da educação básica está presente na terra indígena desde 1962, com o SPI. Nesse sentido, quanto à composição da educação escolar, o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96) (Brasil, 1996), estabelece que “A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior. [...]”. Nesse sentido, o que interessa para o trabalho de pesquisa emergente é a análise do envolvimento do Povo Apinajé com a educação superior.

Nesse panorama, destaca-se o percurso formativo no ensino superior da liderança Cassiano Apinajé que compartilha um pouco de sua trajetória acadêmica na UFT/UFNT

*[...] Em 2006, fiz a prova do vestibular seletivo da UFT, e passei para pedagogia. Em 2012, concluí, mas só que o meu campo de pesquisa eu atrasei, em função do meu envolvimento com atividade política, fui candidato a vereador, tive que parar um pouco a minha pesquisa, o curso já tinha concluído. Em 2013, defende o Trabalho de Conclusão de Curso, com o tema “Educação Escola Indígena, da Aldeia São José. Em 2015, conseguir passar no seletivo para mestrado, tive que ir para Palmas, morei um ano em Palmas, o curso foi dois anos, em 2017, eu, concluí, o meu tema do mestrado, da dissertação de mestrado, era a relação “Escola e meio ambiente, formas de aprender na teoria e na prática”. Ou seja, como é que ocorre a relação do Apinajé com o meio ambiente, tanto os jovens e os velhos. Sou professor da Escola Estadual Indígena Mătyk, pelo Estado, sou professor efetivo, fui coordenador uma época, atualmente estou na função de diretor da escola. **Foi bastante difícil minha trajetória como acadêmico, não foi fácil, mas eu, por insistência e persistência, coragem, e esperança, dedicação também, e acreditando, principalmente na minha pessoa, no meu percurso, desafio encontrei, dificuldade encontrei, fome passei também em determinado momento, mas, eu consegui, consegui romper toda essa barreira.** [...] (Cassiano Apinajé, Entrevista oral, dezembro de 2024, grifo nosso).*

No diálogo, o interlocutor acrescenta os desafios que enfrentou na jornada acadêmica dentro do espaço da universidade, as barreiras que precisou enfrentar no dia a dia para concluir o ensino superior.

[...] Ir para universidade, assim, foi bastante difícil, não foi fácil, mas com insistência, coragem e dedicação, eu consegui, e também tive apoio dos professores, eles dão muito apoio, mas, a gente tem mostrar interesse também, fazer a nossa contrapartida, tipo assim, interesse, procuro fazer o trabalho na data certa, não pode atrasar muito, as vezes atrasa, mas, tem que justificar para o professor, por qual motivo, porque eles entenderam muito, a minha realidade, o fato na época que eu estudava a pedagogia, eu ia de fora todo, depois que saia do serviço, de moto para chegar na faculdade, então, muitas vezes encontrava chuva na estrada, lama, poeira, todos esses obstáculos, então, eles entendem. Mas a gente, nunca assim, deixa de fazer o trabalho que o professor pediu, a gente não pode deixar passar dia, e dia sem entregar [...]. (Cassiano Apinajé, Entrevista oral, dezembro de 2024).

A adaptação da rotina indígena para atender normas institucionais da universidade, como calendário de atividades que deve ser seguido, o modelo de trabalho acadêmico exigido no ambiente acadêmico, somado às outras dificuldades de acesso e permanência no território universitário, impacta a trajetória acadêmica dos/as estudantes indígenas que carece de apoio na travessia formativa da universidade.

Por esse ângulo, Cassiano enfatiza o impacto social que obteve no contexto do território indígena e externo, apoiado na sua formação acadêmica. A formação acadêmica prepara o povo indígena para enfrentar as normas na perspectiva do não indígena, com isso, abre portas para atuar em espaços institucionais dentro e fora do território indígena.

Cassiano Apinajé, questionado sobre a temática indígena na universidade durante a época que esteve no espaço acadêmico como estudante, enfatiza como eram tratadas as questões que envolvem a história dos povos indígenas.

[...] Quando era uma disciplina que trata do contexto indígena, da cultura, a gente sempre só entra na discussão, na fala, que é importante valorizar a cultura indígena, mas, na prática, mesmo, nunca tiver professor e estudante, e dizer tal dia nós vamos na aldeia do Cassiano, conhecer a cultura, na pedagogia não aconteceu nenhum momento quando eu estudava, no mestrado também não teve. (Entrevista oral, dezembro de 2024).

Para ingressar e seguir a trajetória no ensino superior, os indígenas têm demandas que precisam ser reconhecidas institucionalmente no calendário da universidade para apoiá-los na travessia do período acadêmico. Com isso, incluir as tradições do Povo Apinajé, como as cantorias (Figura 15) no currículo institucional tende a firmá-los no seio da universidade. Como ensina Cassiano Apinajé “[...] eu participei muito das coisas, não é na escola não, essas que consideram, a transmissão oral, tipo assim, sem escrita e sem gravar, mas assim, ao vivo, as pessoas ouvindo, e era tão bom, essa forma de transmitir conhecimento, coisas que ainda raramente

existe [...].” O processo de aprendizado e a transmissão de conhecimento ocorrem de forma diferente do rotulado e praticado pelo não indígena. Para o Povo Apinajé a prática da oralidade, por exemplo, é essencial para a manutenção da cultura.

Figura 15 – Cantoria do povo Apinajé na UFNT



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

No processo formativo do Povo Apinajé, os anciãos e anciãs que dominam os saberes do povo têm uma função formativa que complementa o conhecimento formal sistematizado no currículo da universidade. A territorialização da universidade pelos saberes do Povo Apinajé tem acontecido a partir da realização de momentos que levam os anciãos/anciãs para o espaço universitário da universidade integrando-os à cultura ancestral no currículo e no fazer pedagógico.

Desse modo, a presença e interação dos anciãos e anciãs do saber Apinajé na dinâmica do fazer universitário da UFNT (Figura 16) tem sido notado, com a participação em diversas atividades, como afirma Dona Terezinha

[...] Meu filho Cassiano, quando fala para ele tratar o dia para nós ir, ele vem me avisar, mãe esse dia você vai lá fazer esteira, fazer covo, para os novos aprender. Quando vem me buscar, eu vou, lá eu faço esteira, mas, os novos não aprendem, só fica de longe e vai embora, aí o outro vem, aí eu já falei para o Cassiano, vocês precisam de nós, de nós fazer as coisas lá, os novos nem aprende, só fica ali olhando e vai embora. [...] aí nós fomos lá fazendo esteira, fazendo cofo lá, com dois dias nós viemos pra cá, só fazendo cofo,

esteira e abano, só nós mesmo que estava fazendo, aí nós terminemos, aí fomo cantar, agora pronto acabou, só o ano que vem. Eu gostei, nós cantávamos. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Figura 16 – Aprendendo com Dona Terezinha a confeccionar o cofo com a palha de babaçu



Fonte: Arquivo da atividade Escolas Vivas Apinajé, 2023.

Quando a universidade se organiza internamente e convida-os para participar das atividades no seio acadêmico, os anciãos e as anciãs estão à disposição para compartilhar os saberes da cultura e do território que juntam o Povo Apinajé. É um espaço para os anciãos e anciãs repassarem aos mais jovens as tradições ancestrais, pois estão preocupados/as com a formação dos/as jovens para manterem no futuro a memória do povo Apinajé. Dona Terezinha afirma que a prática é fundamental para aprender os saberes tradicionais do Povo Apinajé.

Por meio das atividades de campo, acontece a interação intercultural com os instrumentos do território, como cofo que é utilizado nas atividades do dia a dia do povo Apinajé. O traçado da palha de coco babaçu para formar o cofo é uma atividade que exige uma prática e domínio com os elementos do território, como a palmeira do babaçu presente na área da Terra Indígena Apinajé.

Ao dialogar no campo da interculturalidade, trago o reforço de pesquisadores

indígenas do próprio povo Apinajé, Júlio Apinajé e Rosilene Apinajé (2018). Esses pesquisadores, enfatizam como tem sido a mobilização estratégica dentro do território para a preservação da identidade cultural, considerando o contexto educacional incorporado no território indígena.

O povo Apinajé está implantando aos poucos seu processo de aprendizagem na escola e na aldeia. Os professores têm trabalhado arduamente incentivando os jovens a manterem viva sua ciência e sua cultura. Tanto é que os professores estão trabalhando junto com os mestres, ou seja, com os sábios, para incorporar esse método à prática escolar e à prática social. Desta maneira, os jovens se sentem motivados a continuar aprendendo e praticando a cultura (Júlio Apinajé e Rosilene Apinajé, 2018, p. 35).

A inserção dos anciãos e das anciãs e suas produções artísticas e culturais nas atividades pedagógicas e no currículo das escolas indígenas permite aos jovens indígenas uma convivência com os troncos do território, conhecer intrinsecamente os elementos que compõem os rituais da cultura e regem o modo de vida ancestral.

Os pesquisadores apresentam como tem ocorrido o deslocamento dos saberes do povo para o circuito acadêmico que valoriza a função dos anciãos e anciãs e, com isso, mantêm vivas as tradições indígenas do território, na oralidade e na prática.

Como nos ensina a interlocutora Terezinha Apinajé, para aprender a manusear na prática e fazer os instrumentos da cultura do Povo Apinajé, os/as jovens não podem ficar de longe, só olhando, senão o tempo passa e eles não aprendem. Ela destaca ainda que, além de apreciar os objetos, a própria pessoa precisa ter o interesse de colocar a mão para aprender aos poucos, na prática.

[...] mas eu acho que nem aprendi, não, agora eu não, se você gosta de fazer as coisas, quando ver a pessoa fazendo, agora você mesmo faz pra eu ver, tu, pega esse aqui, esse aqui, bota esse aqui, esse aqui, foi indo que eu aprendi, mas não eu olhando de longe não aprende. Tem que você mesmo fazer, só ensinando, tu, bota esse aqui, foi cortando, aí vai. Mas do jeito que está só olhando de longe não adianta. [...] (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Nessa perspectiva, o processo de aprendizagem precisa de prática para se consolidar. O fazer se concretiza a partir da orientação e mediação do/a ancião/anciã com o/a jovem, que consegue aprender a confeccionar os objetos guardados na memória do Povo Apinajé.

O acolhimento dos saberes do Povo Apinajé no espaço institucional da universidade (Figura 17) através de atividades como o Seminário “*Panhil*Apinajé”, o projeto de extensão “Escolas Vivas Apinajé”, o II Festival de Artes do Bico do Papagaio e outras atividades acadêmicas no CEHS da UFNT, estabelecem um espaço de

interculturalidade e territorialidade indígena dentro da universidade, como uma porta de entrada da cultura do Povo Apinajé no currículo universitário, para que o conhecimento do território Apinajé possa integrar o currículo da universidade na prática e manter ativos os rituais entre os/as jovens.

Figura 17 – Corrida de Tora na UFNT durante o seminário Apinajé 2024



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

A professora Maria Aparecida Apinajé, durante o seminário, expõe que o povo Apinajé é apegado com o território, que ele representa o modo de vida.

[...] Do território tira o alimento para o sustento, a matéria-prima do artesanato, faz a construção das casas, cura as doenças com plantas medicinais. Além disso, têm os animais, os ribeirões, então o território é a nossa vida, nossos antepassados lutaram que hoje os/as jovens têm o território para viver [...]. (Maria Aparecida, 2024).

Por isso, é preciso territorializar o fazer da universidade, levar e institucionalizar as práticas culturais Apinajé para o calendário acadêmico, buscar cada vez mais novas melhorias para que a Universidade se torne um ambiente acolhedor para os/as indígenas, com a organização de espaços que reverberem sua identidade cultural.

Durante o Seminário *Panhil*/Apinajé realizado na universidade, um território de formação de professores, houve atividades práticas com os anciãos e anciãs ensinando para os/as jovens e professores/as. A programação contou com cantorias

e apresentação dos anciãos e dos jovens do Povo Apinajé.

No momento das cantorias dentro da universidade, o cantor Zé Cabelo esteve acompanhado dos jovens, que cantam sob o comando do maracá, instrumento cultural de domínio dos homens do território, a mulherada também cantou, só que sem o uso do maracá.

Como assevera Dona Terezinha sobre a relação interétnica com a universidade,

[...] Na faculdade eu não ensino, que eu não sei de nada ali, só fazer o cofo ensinando para os outros, ajuntar tudo aí, eu, estou ensinando, mas parece que não aprende não, depois de grande, faculdade dando, faculdade desse tamanho, não sabe não. Só olhando de longe, você olhando de longe, não aprende não, você mesmo faz, vai ensinando, tu, pega esse aqui, esse aqui, é assim, ajuda, tu, vai pelejando, aí faz, aprende, mas olhando de longe, não aprende não [...]. (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024; grifo nosso).

Ela afirma que o processo de ensino e aprendizado da cultura Apinajé na UFNT, deve acontecer com a parceria dos anciãos e anciãs dos saberes Apinajé, que são referências territoriais do povo que exercem um modo de vida noutra perspectiva, com respeito às bases culturais e reconhecendo a conexão com a natureza.

No território está o conhecimento do Povo Apinajé, com os seus instrumentos, a exemplo da esteira de palha de babaçu (Figura 18) que os acompanham, passada de geração em geração, mantendo a comunidade firme nos saberes ancestrais do seu povo.

Figura 18 – Artesã Luzimar ensinando a fazer a esteira com a palha de babaçu



Fonte: Arquivo da atividade Escolas Vivas Apinajé, 2023.

No espaço formal da escola e da universidade, acontece o exercício de atividades da cultura Apinajé que demonstrem suas territorialidades dentro do espaço encarregado pela sistematização e validação do conhecimento, que outrora não reconhecia como válido o conhecimento do povo indígena. Com o reconhecimento das atividades que fortalecem os saberes do Povo Apinajé para fazer parte do calendário acadêmico institucional da universidade, a cultura indígena passa a ocupar um espaço que outrora não estava designado aos povos indígenas.

Como na experiência das atividades realizadas por meio do projeto de extensão “Escolas Vivas Apinajé”, na unidade Babaçu, do CEHS da UFNT, em Tocantinópolis, desenvolvidas em um espaço acolhedor, bem arborizado, na sombra de mangueiras centenárias, no meio dos babaçuais, com acesso por meio de uma pequena trilha. A estruturação do espaço, com bancos em madeiras para receber as atividades da extensão universitária que envolvem ações fora das paredes da sala de aula, permitiu o contato com o ambiente aberto, um local mais adaptado ao meio de vida dos povos indígenas, que permite uma respiração mais livre.

No seio do território da universidade, deve ser construída a estrutura para servir como ponte e alicerçar a trajetória dos/as estudantes indígenas na caminhada acadêmica, que estão abastecidos culturalmente com as experiências do território da aldeia. De acordo Dona Terezinha, o contato com o conhecido de fora da aldeia, no contexto da universidade, deve ser acompanhado. Ela afirma que apoia os parentes a estudar.

[...] Eu acho é bom ter a escola, porque, mas eu falava pra eles, eu mesmo não sei de nada, mas do jeito que eles tão fazendo agora, vocês estão acompanhando eu quero que vocês vão fazer até o fim, fazer até, que chama, aquele outro que é faculdade pra estudar na cidade também, quando terminar diz que tá bem formado, eu mando meus netos, agora eu não, avó de vocês que de primeiro não tinha estudo, não sabe nada, parecendo papagaio veio, agora eu quero é ver vocês formar [...]. (Terezinha Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

No diálogo, a anciã reconhece a importância do ensino superior para o seu povo, considera importante os/as jovens estudarem, aprenderem mais, ficarem bem informados, preparados/as para lutar e resistir em defesa do território. A base formada na universidade ajuda a divulgar o seu próprio conhecimento e a cultura que movimenta o Povo Apinajé, levando-os para outros espaços institucionais.

A estrutura social Apinajé está experimentando o processo de transição da escrita de sua herança histórica e cultural que caracteriza a identidade desse povo, a partir de pesquisadores/as do próprio seio étnico. Nesse sentido, Smith (1950, p. 175) afirma que “[...] as comunidades indígenas têm lutado desde a colonização para serem capazes de exercer o que é visto como um direito fundamental, que é o de se autorrepresentarem [...]”. Através da interação e apropriação dos elementos do circuito da universidade, um espaço epistemológico, que exerce a função de formador de pessoas nas regras institucionais da sociedade não indígena, os/as estudantes indígenas apoiados pelos anciãos e anciãs adentram esse ambiente formativo com o projeto político de expressar suas vozes e exercer seus direitos perante os invasores do território ancestral indígena. Assim, caminham de modo mais independente, guiando a própria trajetória, pois não querem que pessoas de fora tomem as decisões por eles/as sobre o seu território, como acontecia outrora.

2.2.2.1. UFT/UFNT – Estudantes 2005 - 2022

O processo de formação em ensino superior dos/as estudantes indígenas do

Povo Apinajé estão atrelado, em parte, à trajetória da UFT/UFNT em Tocantinópolis, que possui um histórico de formação de professores/as na região do extremo norte do Tocantins. Para se consolidar como UFT/UFNT, anteriormente a universidade perpassa um longo período de lutas para estabelecer um espaço de formação para o povo tocaninopolino e arredores.

Conforme aponta o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (UFNT, 2023) antes de pertencer à UFT/UFNT, a estrutura da Unidade Centro do CEHS da UFNT esteve a serviço da formação de professores/as do ensino primário na década de 1970, quando, na época, teve a implantação do Centro de Formação de Professores Primários (CFPP), quando a cidade de Tocantinópolis despontava como uma cidade importante do extremo norte do estado de Goiás.

Nesse sentido, pouco tempo depois da instalação do estado do Tocantins, que ocorreu em 1º de janeiro de 1989, realiza-se a criação da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), em 1990, que absorveu para o seu ordenamento as faculdades de Araguaína e de Porto Nacional, e passou a contar com três cursos de extensão nas cidades de Tocantinópolis, Arraias e Guaraí. Com isso, tem início a oferta do primeiro curso superior em Tocantinópolis, o Curso de Pedagogia, para atender a demanda da própria cidade e das cidades da redondeza.

Outro salto no processo educacional ocorre com a criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) através da Lei nº 10.032/2000 (Brasil, 2000). A partir da sua consolidação, anuncia-se um novo momento para acesso ao ensino superior dos povos indígenas da região. Desse modo, a efetivação da UFT acontece em 2003 com a posse e início das atividades de professores/as. Em 2004, homologou-se o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins através da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004 (UFT, 2004).

Com o processo de criação da UFT, a universidade passou a ter sete unidades no estado do Tocantins, nas cidades de Arraias, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Palmas, Araguaína e Tocantinópolis, atuando, portanto, em todas as regiões do estado. Especificamente em Tocantinópolis, a UFT recebeu a estrutura física da Unitins, o mesmo local do histórico Centro de Formação de Professor Primário, que passou a ofertar o Curso Pedagogia.

No balanço universitário, surgiu a Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT, em 9 de maio de 2016, através do Projeto de Lei (PL 5274/2016) (Brasil, 2016), que estabelece o seu desmembramento da Universidade Federal do Tocantins (UFT),

conquistando autonomia pedagógica, administrativa e financeira, inicialmente com os Campus de Araguaína e Tocantinópolis, e previsão de mais tarde estender-se para os municípios de Guaraí e Xambioá.

Uma universidade nova, que nasce da luta de estudantes, professores/as, servidores/as e organizações da sociedade civil, que tem o seu projeto de criação, constituição e materialização efetivado a partir da publicação da Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019 (Brasil, 2019), lei de Criação da Universidade Federal Norte do Tocantins, quando é desmembrada da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em 9 de julho de 2020 (Brasil, 2020), o professor Airton Sieben do Curso de Geografia do Câmpus de Araguaína é designado reitor *pro tempore*. A nova universidade que objetiva a construção de conhecimentos em consenso com os espaços do centro-norte tocantinense e seu entorno, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da região.

De acordo com o relatório de gestão da UFNT (UFNT, 2023), a universidade possui o Hospital de Doenças Tropicais (HDT), a Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) e 3 centros universitários: Centro de Ciências Integradas (CCI), Centro de Ciências Agrárias (CCA) e Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), onde são ofertados 21 cursos de graduação, 08 cursos de especialização e 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O CEHS em Tocantinópolis possui duas unidades: a Unidade Centro localizada na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 1558, bairro Céu Azul (Figura 19), e a unidade Babaçu situada na Rua 6, Vila Santa Rita (Figura 20). Na Unidade Centro, há o alojamento destinado para os/as estudantes do Curso de Educação do Campo e a Casa do Estudante para os/as estudantes dos demais cursos. A infraestrutura da unidade Centro tem diversos espaços como o laboratório de estudo, biblioteca, brinquedoteca, sala de professores, bloco administrativo, bloco de salas de aula, laboratório de informática, bloco do Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e outros espaços, e atende as aulas do Curso de Educação do Campo.

Na unidade Babaçu do CEHS encontra-se biblioteca, bloco de salas de aulas com três pavimentos, miniauditório, laboratório de informática, laboratório de estudo, brinquedoteca, quadra poliesportiva, quadra de vôlei de praia, campo *society*, salas dos/as professores/as, viveiro de mudas e salas administrativas, no entanto, ainda não dispõe de Restaurante Universitário para os/as estudantes. A unidade Babaçu conta com uma infraestrutura nova, inaugurada em 2018, com o prédio da biblioteca

e o bloco de salas de aulas.

No dia 17 de dezembro de 2024, me desloco para mais um dia de pesquisa de campo, após ajustar o formulário de coleta de dados dos/as estudantes indígenas, estive no CEHS-UFNT em Tocantinópolis no setor da secretaria acadêmica para reiterar a solicitação feita via e-mail, junto ao servidor responsável pela organização das informações para esclarecer eventuais dúvidas no levantamento das informações solicitadas. Na ocasião, o percebi que, na Unidade Babaçu do CEHS, da UFNT, está iniciando uma obra de construção da segunda ala do bloco de salas, com início em 10 de dezembro de 2024 e previsão de encerramento em 10 de fevereiro de 2026, orçada em R\$ 4.657.145,96 consolidando expansão da UFNT na região.

Figura 19 – Unidade Centro do CEHS em Tocantinópolis (TO)



Fonte: Arquivo do II Festival de Artes do Bico do Papagaio, 2023.

Figura 20 – Unidade Babaçu do CEHS em Tocantinópolis -TO



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024

No CEHS da UFNT, em Tocantinópolis, há a oferta regular dos cursos superiores de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Sociais, Educação do Campo, Educação Física, e Bacharelado em Direito. Na mesma direção, recentemente, em 2023, foi aprovada a ofertada do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (*Panhã*), através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR Equidade).

Além dos cursos de graduação, oferta ainda o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Infantil e Práticas Pedagógicas, e recentemente, no final de 2024, foi aprovado o Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível Mestrado Acadêmico em Educação, vinculado à UFNT, que ampliará a oferta de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. O presente trabalho ocupa-se com a trajetória dos/as estudantes indígenas do Povo Apinajé no ensino superior, nos cursos de graduação do CEHS da UFT/UFNT, em Tocantinópolis. Nesse sentido, situa-se como se estabelecem os cursos no período de 2005 a 2022.

A história da UFT/UFNT em Tocantinópolis está ligada, inicialmente, ao curso

de Pedagogia, que possui tradição. Riscarolli e Lopes (UFNT, 2023) afirmam que o Curso de Pedagogia tem uma trajetória com mais de 30 anos na formação de professores/as, com a sua estrutura passando por vários momentos de adaptação institucional, desde o início com o Centro de Formação de Professores Primários até chegar na Universidade Federal Norte do Tocantins.

Até o ano de 2006, a UFT em Tocantinópolis contava com um curso superior, o de Licenciatura em Pedagogia. No vestibular de 2007, através do edital nº 48/2006 (UFT, 2006) inicia-se as atividades efetivas do curso de licenciatura em Ciências Sociais, com a oferta de 40 vagas para o segundo semestre, sendo 38 para ampla concorrência e 2 vagas destinadas para indígenas. O curso superior chega com missão de formar cientistas sociais especializados em apontar políticas de melhoria de vida da sociedade tocantinense.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens e Códigos: Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas e Música) de 2023 aponta que o curso de Licenciatura em Educação do Campo, surge na esteira do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* – Especialização e aperfeiçoamento em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Envolvimento Social no Tocantins, vinculados ao Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, aprovado em 2009, na UFT Campus de Tocantinópolis. Todavia, foi com a publicação do Edital SESU/SETEC/SECADI nº 02/2012 (Brasil, 2012) que a UFT em Tocantinópolis desponta para a criação e implantação do Curso de Educação do Campo, quando teve a sua proposta contemplada para ofertar o curso por meio do edital específico, marcando presença na região reconhecida pela luta dos trabalhadores rurais e populações tradicionais.

Desse modo, a UFT/UFNT passa a ofertar vagas no curso de Licenciatura em Educação do Campo, que tem sua organização metodológica na Pedagogia da Alternância, a partir do processo seletivo dos anos de 2014, 2015 e 2016 com 120 vagas em cada ano, sendo 50 em 2017, 60 em 2018, e, a partir de 2019, passou a disponibilizar 40 vagas anuais para o curso que atualmente é denominado de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas e Música).

A UFT/UFNT em Tocantinópolis tem na sua trajetória histórica atuação na área da educação, com os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo. A partir da demanda local e das cidades circunvizinhas, o curso de Licenciatura em Educação Física passa a integrar o rol de curso ofertados na

UFT/UFNT na cidade de Tocantinópolis, com a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciatura no ano de 2014, com o objetivo de formar professores/as para atuar na Educação Básica. O curso inicia suas atividades em 2015, com a abertura de concurso público para compor o quadro de professores/as efetivos e oferta de 40 vagas para os/as discentes através do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (SISU/MEC) para a composição da primeira turma de discentes.

Na ampliação do campo de atuação da UFT/UFNT na região norte do estado do Tocantins, estabelece-se o curso de Bacharelado em Direito criado pela Resolução do CONSUNI nº 24, de 08 de dezembro de 2016 (UFT, 2016), autorizado pelo MEC através da Portaria nº 380, de 05 de novembro de 2020 (Brasil, 2020). A implantação do curso de Direito no CEHS da UFNT é uma demanda social antiga da região, com autorização de funcionamento, a entrada da primeira turma ocorreu no segundo semestre de 2021, através da nota do ENEM. Atualmente, são abertas vagas para o vestibular anual com entrada no segundo semestre de cada ano.

Em relação ao Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (*Panhã*), do CEHS da UFNT aprovado através do edital nº 23/2023 (Brasil, 2023) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), trata-se de um curso projetado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e viabilizado por meio do Parfor Equidade que visa formar professores/as em licenciaturas específicas para educação básica, na perspectiva da educação escolar indígena, quilombola e do campo, e educação especial inclusiva e bilíngue de surdos. No ano de 2024, no CEHS, foi lançado o edital nº 13/2024 visando a seleção de estudantes, por meio de Processo Seletivo por Análise Curricular para primeira turma, com o registro das aulas no início de 2025.

A UFNT é uma universidade nova, que tem demonstrado na sua atuação e no seu projeto de consolidação que uma de suas vocações trata-se do trabalho com as comunidades tradicionais locais e dos arredores, que visa valorizar os conhecimentos do povo, para fortalecê-los e prepará-los para as disputas territoriais, a partir da sistematização dos conhecimentos focados nas comunidades locais.

É importante destacar o legado e prática da UFNT no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão com os povos indígenas, sendo uma herança passada pela UFT no processo de desmembramento, como o Laboratório de

Línguas Indígenas (LALI) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas (NEPPI), ambos coordenados pelo Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque, pesquisador das línguas do Povo Timbira. Além disso, o Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT) (mestrado e doutorado) e o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) (mestrado e doutorado), sediados no Centro de Ciências Integradas (CCI) da UFNT, em Araguaína, fortalecem o desenvolvimento de pesquisas que valorizem os saberes do povo presente nas comunidades.

Nesse contexto, conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (*Panhã*) (UFNT, 2023) no CEHS da UFNT, havia 82 estudantes indígenas pertencentes aos povos Apinajé e Xerente do estado do Tocantins, e Guajajara e Krikati do estado do Maranhão vinculados no ano de 2023. Os/as estudantes estão ligados aos cinco cursos de graduação da unidade, marcando presença no espaço acadêmico.

Na perspectiva de focar na análise da relação intercultural do Povo Apinajé na UFT/UFNT, dirijo-me ao território Apinajé para realizar as entrevistas planejadas na fase inicial do trabalho de pesquisa com os/as estudantes e os anciãos e anciãs do Povo Apinajé. Com parcerias firmadas dentro do território na busca de realizar as entrevistas, estabeleci contato com o estudante Gilson Apinajé, vinculado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Artes, que me abriu caminho para conseguir as entrevistas: no primeiro dia, passou o contato do estudante Hugo Sotero Pereira Apinajé, do 6º período do curso de Licenciatura em Educação Física. Com o contato do estudante, fiz o agendamento da entrevista para as 17 horas do dia 17 de dezembro de 2024, quase no encerramento do semestre letivo. Com a localização em mãos, logo encontrei o endereço do estudante, que fica em Tocantinópolis -TO.

Durante a entrevista, o interlocutor demonstrou-se empático em responder os questionamentos apresentados no diálogo, orientado por meio da entrevista semiestruturada, que permitiu alcançar algumas respostas sem precisar de indagações. Após encerrar a entrevista, agradei a contribuição e o interlocutor, além de conceder a entrevista, também fez contato com outros estudantes indígenas para contribuir na pesquisa.

Na segunda rodada de entrevistas, agora na área Indígena Apinajé, no retorno a Aldeia Patizal, no caminho, já dentro da Terra Indígena Apinajé, segui a orientação

do morador da aldeia. Houve um momento em que ainda me perdi, devido as estradas serem parecidas, mas, depois de andar um pouco, reconheci a rota correta até chegar na Aldeia Cipozal, para isso, antes de chegar, encontrei moradores indígenas que confirmaram o percurso correto.

De acordo com a interlocutora, Irani Apinajé, que tem 63 anos e declara ser a fundadora da Aldeia Cipozal juntamente com seu esposo Valdeci Alves de Sousa Apinajé, eles começaram colocando roça no lugar em 2005, mudando-se de vez em 2010, há mais de 13 anos. Anteriormente, Irani morava na Aldeia Mariazinha. Na época, mudaram acompanhados da família que possuía sete filhos, desses, quatro ainda moram na aldeia e da família de Patrício, irmão de Valdeci. As duas famílias estabeleceram-se na beira esquerda do ribeirão Grande, aproximadamente 18 km da cidade de Tocantinópolis -TO.

Ao chegar na aldeia, procedi a entrevista com a estudante Janaína Ribeiro Apinajé, de 32 anos de idade, estudante do curso de Educação do Campo que, em 2024, concluiu o 5º período do curso. Janaína é mãe de dois filhos e liderança da brigada feminina do Povo Apinajé de combate ao fogo na área indígena. Na casa, estavam seu esposo, Robson, de 34 anos, que trancou o curso de Educação do Campo em 2023, seus dois filhos, Roberto e Rodrigo, um com 15 anos e o outro com 17 anos. A interlocutora contribuiu positivamente com o diálogo, demonstrando como está o seu processo de formação de liderança em defesa do seu povo.

Na outra entrevista do dia, ainda na Aldeia Cipozal a estudante Elisângela Dias Apinajé, do 8º período do curso de Pedagogia, apresenta-se:

[...] Meu nome é Elisângela Dias Apinajé, na língua o meu nome é Iré, tenho 38 anos, sou de 1986, nasci em Tocantinópolis, que fica próximo do território Apinajé, só que quando minha mãe estava gestante, ela morava na Aldeia Mariazinha. No momento moro na Terra Indígena Apinajé, na Aldeia Cipozal, município de Tocantinópolis, na margem do Ribeirão Grande, aqui a água utilizada para o consumo é do próprio ribeirão. Eu tenho cinco filhos, três mulheres e dois rapazes, três deles já são casados e têm filhos, só têm duas que não é casada ainda. O nome do meu esposo é Alcides, ele do povo Kirikati, faz poucos dias que ele apresentou o trabalho de conclusão do curso de Educação do Campo aqui na aldeia. [...] (Elisângela Apinajé, entrevista ora, dezembro de 2024).

A trajetória da estudante reflete a disposição de uma mulher pertencente ao Povo Apinajé, que sai da aldeia à universidade juntamente com o seu esposo, na busca de uma formação que fortaleça a luta do povo. Além das atividades da universidade, ela faz parte do grupo de mulheres que compõem a brigada das

mulheres Apinajé de combate ao fogo.

Fiz uma pausa com as entrevistas por poucos dias, que são retomadas na direção da Aldeia São José, indo pela estrada principal da antiga BR-230, conhecida como Transamazônica, que conecta as demais estradas que interligam as aldeias umas nas outras. Além da estrada, elas estão ligadas através da cultura e do jeito de ser Apinajé. No momento, as estradas estão dificultando um pouco o acesso às aldeias devido aos buracos, a lama e o excesso de areia que podem danificar o veículo ou comprometer o deslocamento.

No retorno ao território Apinajé para a continuidade das entrevistas, na Aldeia São José, após agendar, compareci para escutar o estudante Evaldo Fernandes Sotero Apinajé, que é estudante do curso de Educação do Campo e concluiu o 5º período em 2024.

[...] A minha história de vida, o começo da nossa história, a nossa luta começa aqui na base, aqui na nossa aldeia, fora da escola, lá na escola aprendi algumas coisas, e, também fora escola, junto com a comunidade, então a minha luta é na escola que estuda, e aprendi também a luta da comunidade e do povo, começa pelas reuniões e encontros, com oficinas, rodas de conversas, junto com os mestres. [...] (Evaldo Apinajé, cacique da Aldeia São José, entrevista oral, dezembro de 2024).

O interlocutor Evaldo Apinajé, que nasceu em 1997 na Aldeia São José tem 27 anos, está atualmente exercendo a função de Cacique da maior aldeia do Povo Apinajé. Nunca mudou da aldeia. Na sua família são cinco pessoas: ele, a esposa e três filhos. Na comunidade, é uma liderança reconhecida pelo empenho para manutenção da cultura do seu povo, afirma que segue ativamente agarrado nos elementos do território

[...] Aqui na aldeia existem várias atividades, plantio da roça, como mandioca, arroz, abóbora, fava, essas coisas, tenho roça, e faço outras atividades, como caçar, eu gosto de caçar, lá para o rumo da Aldeia Patizal, pro lado do Nazaré, ali é o ponto onde a gente caça mais, que mais encontra os animais, cutia, veado, jacu, quati e catitu, que ajuda na alimentação. No cerrado, também têm vários frutos, o que nós coletamos como a bacaba, buriti, bacuri e pequi, são essas atividades, que a gente pratica na comunidade. [...] (Evaldo Apinajé, cacique da Aldeia São José, entrevista oral, dezembro de 2024).

A prática das atividades culturais no dia a dia da aldeia fortalece o movimento ancestral do Povo Apinajé, passado de geração em geração, para cuidar dos elementos do território e permanece ativa atualmente, como o hábito de caçar e coletar frutos que auxiliam no sustento das famílias.

Na próxima entrevista, na sombra da mangueira de seu pai na Aldeia São José,

fiz a escuta do interlocutor Gilson Almeida Pereira Apinajé, estudante do curso de Educação do Campo, do 5º período, que se apresenta:

[...] Meu nome completo é Gilson Almeida Pereira Apinajé, agora a idade que eu tenho é 29 anos. Na língua, o nome é Pempti. Na minha casa, têm quatro pessoas, eu, minha esposa e duas filhas. Sou estudante do Curso de Educação do Campo, do 5º período, a minha esposa também estuda o curso de educação do campo, está no 2º período. No momento, eu moro no território dos Apinajé, onde que eu nasci e cresci, nasci aqui na Aldeia São José. Eu, em algum momento já morei fora da Aldeia São José, quando o meu pai foi para outra aldeia, a gente morou como se fosse de férias, a gente morou na Aldeia Patizal e na Aldeia Serrinha, onde que minha avó e meu avô moram. Agora eu moro na Aldeia Porto Franco, onde a família de minha esposa mora. [...] (Gilson Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Na fala do estudante, observa-se, durante sua trajetória, algumas questões como a mobilidade no território, a permanência dentro da área, o modelo de família tradicional do Povo Apinajé com o homem indo morar perto da casa dos pais da mulher e o seu vínculo com a universidade.

A próxima entrevista acontece no mesmo local, com o interlocutor Erinaldo Damatta Laranja, estudante que concluiu o 5º período do curso de Educação do Campo, que logo, identifica-se

[...] Meu no nome é Erinaldo Damatta Laranja, minha idade é 28 anos, sou do povo indígena Apinajé, nasci e morei até os 17 anos na Aldeia São José, depois quando completei 18 anos, mudei para outra aldeia, Aldeia Mangal, e hoje estou com 28 anos, morando lá há 10 anos. Na minha casa, somos 6 pessoas na minha família, eu, minha mulher e quatro filhos. Em 2022 entrei na universidade, estou fazendo o curso de educação do campo, agora vou para o 6º período. [...] (Erinaldo Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Erinaldo mora na Aldeia Mangal, próximo da aldeia mãe ou sede como é identificada a Aldeia São José. No ano de 2022, ao entrar na UFNT, passa a fazer parte do grupo de estudantes indígenas da instituição.

No ritmo das entrevistas, permaneci nas redondezas da Aldeia São José, para a escuta do interlocutor Fabrício Laranja Salvador Apinajé, concluinte do curso de Educação do Campo em dezembro de 2023

[...] O meu nome no português é Fabrício Laranja Salvador Apinajé, conhecido dentro da comunidade Apinajé como Katam, casado, atualmente tenho 28 anos de idade, entrei na UFNT em 2019, no curso de Educação do Campo através da vaga de cotas indígenas, tinha duas vagas para indígenas, eu consegui uma vaga. Eu atualmente resido no território Apinajé, na comunidade da Aldeia Patizal, fundada pelo meu Avô Grossinho, o nome no português era José Laranja Apinajé, em 1986, um ano após a demarcação, ele foi um dos que insistiu para a permanência e cuidado, construção de casas, foi Cacique por um bom tempo, até os últimos momento de sua vida, atualmente quem o sucedeu foi seu filho, Jesuíno Apinajé, até hoje é o

cacique da aldeia. A aldeia Patizal fica próximo da cidade de Nazaré, tem mais de 28 anos que moro na aldeia, desde o meu nascimento, estou no território Panhĩ. [...] (Fabrício Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

O estudante concluinte afirma que permanece apegado com o território e que construiu uma relação com a universidade ao entrar na vida acadêmica através do sistema de cotas destinada aos indígenas, marcado por realizar uma trajetória exitosa no âmbito acadêmico da UFNT, inclusive obtendo a conclusão do curso. Um momento representativo para o Povo Apinajé é a conquista do ensino superior, que teve o privilégio de prestigiar através da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Fabrício, que ocorreu nas dependências da Unidade Babaçu (CEHS).

Em outra entrevista, do outro lado da Aldeia São José, já próximo de meio-dia, estive na casa de Luiz Dias de Sousa Apinajé, de 33 anos, estudante do curso de Educação Física, atualmente acadêmico do 5º período. O encontro foi possível porque o entrevistado anterior, Fabrício Apinajé, orientou o local onde ficava a morada do interlocutor, que prontamente aceitou participar da pesquisa após, brevemente, ser explicado dos procedimentos, objetivos e termos que regem o estudo. O diálogo estabelece-se com o estudante contando de forma resumida um pouco de sua trajetória acadêmica.

[...] Meu nome é Luiz Dias de Sousa Apinajé, tenho 33 anos, na língua o meu nome é Katam, sou estudante do curso de Educação Física, no 5º período, atualmente sou acadêmico da UFNT de Tocantinópolis. Nasci, cresci e sempre morei aqui na Aldeia São José. Na minha família são quatro pessoas, eu, a esposa e dois filhos. [...] Eu ingressei em 2020, no tempo da pandemia foi complicado, tinha avó de mais de 100 anos de idade, tinha a mãe também de quase 80 anos, eu também tenho minha família, e também a comunidade, quando a pandemia a CODIV-19 chegou no Brasil, as aulas foram suspensas, no primeiro ano, depois voltou remota, e online também, na aldeia não tinha internet, só tinha uma internet na Aldeia São José, na Escola Estadual Indígena Mãtyk, logo nessa época, minha esposa engravidou, não tinha como eu estudar pra está indo na cidade pegar internet, porque a comunidade para preservar a vida deles, na época tinha avó, mãe e minha família também, acabei não indo mais participar das aulas online porque na aldeia não tinha internet, só tinha uma na escola, muita gente conectado não conseguia entrar no link das aulas, acabei não indo mais, não frequentando mais, deu um tempo. [...] (Luiz Apinajé, morador da Aldeia São José, entrevista oral, dezembro de 2024).

A vida da vida na aldeia, sobretudo no momento pandêmico como conta o estudante, limitou por um tempo a continuidade do seu percurso no ensino superior da UFNT, devido às condições impostas aos estudantes indígenas que residem na área da Terra Indígena e a questão do cuidado com a família.

Do outro lado do ribeirão Bacaba, na dinâmica do campo de pesquisa, segui

para a Aldeia Paraíso, conforme orientado por Fabrício Apinajé, para realizar mais uma entrevista. No local onde fica a morada do interlocutor, acontece o encontro com estudante Aldemar Ribeiro Dias Apinajé, do 4º período do curso de Ciências Sociais, que tem sua casa próximo da morada dos pais de sua esposa, seguindo a tradição do Povo Apinajé. Logo na chegada, apresentei-me e expliquei da tratativa do trabalho de pesquisa com os estudantes do povo. Como os demais, Aldemar aceitou participar, ao que agradei para seguimos ao diálogo.

[...] O meu nome é Aldemar Ribeiro Dias Apinajé, nasci no dia 15 de agosto do ano de 1999, na Aldeia São José, quando eu cresci, casei-me e mudei pra Aldeia Paraíso, já tem quatro anos que moro aqui. Na minha casa, mora eu, minha esposa e meus dois filhos, moro aqui na Terra Indígena Apinajé. Atualmente estou no 4º período do curso de Ciências Sociais da UFNT, em Tocantinópolis. Todo dia eu vou daqui da aldeia para faculdade, eu vou de moto, são 20 km da minha casa até Tocantinópolis, fica caro. Eu como sou estudante da universidade, mas eu faço parte da roça, estuda na cidade, quando fico de férias, venho para cá, para minha aldeia trabalhar na roça, durante o período de férias. A gente indígena, quando estuda, estuda as nossas aulas, e quando nós vamos ficar férias, voltar para aldeia, trabalhar na nossa área. [...] (Aldemar Apinajé, morador da Aldeia Paraíso, entrevista oral, dezembro de 2024).

O interlocutor afirma o pertencimento ao território, que permanece como morador na área indígena, explorando as atividades da cultura, exercendo a sua territorialidade, colocando as roças, mesmo que esteja como participante do outro território, na universidade, não esquece do que movimenta o Povo Apinajé. Além disso, acrescenta que a relação com a universidade tem acontecido, com uma certa dificuldade por conta, da falta de transporte para os/as estudantes universitários/as irem para a UFNT.

Para finalizar as entrevistas do dia com os/as estudantes, conforme agendamento, retomo o diálogo com o interlocutor Cassiano Sotero Apinajé, licenciado em Pedagogia no ano de 2013. A entrevista acontece na Escola Estadual Indígena *Mãtyk*, localizada na Aldeia São José, tendo em vista que, no dia, estava ocorrendo reunião pedagógica, mesmo com isso, o interlocutor organizou um momento para atender o trabalho de pesquisa com o seu povo. No que trata do ensino superior, enfatiza que

[...] O ensino superior é importante para ampliar o meu conhecimento, me aperfeiçoar na fala, de falar português, e desenvolver minha capacidade de dialogar, foi muito importante, nesse sentido, também ter mais maturidade, de falar, de conhecer informações mais a fundo. [...] (Cassiano Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

No entendimento dele, o ensino superior prepara-os para os enfrentamentos nos espaços de poder dentro e fora do território, representando uma conquista para o Povo Apinajé quando um pertencente do seu povo conclui uma graduação. O interlocutor é um pesquisador importante de sua própria cultura, exerce, na comunidade, a função de liderança do povo Apinajé.

Realizar as entrevistas, estar dentro do território Apinajé, conhecer a realidade dos/as estudantes, nas estradas, saber um pouco da história de cada um, e perceber como acontece o movimento do território tornou o dia intenso de entrevistas gratificante. Consegui encontrar as casas dos/as estudantes a partir da indicação dos próprios estudantes/interlocutores/as que ajudaram na lida da pesquisa, só que não encontrei nenhum estudante do curso de Direito.

Nas andanças pelo território e em contato com os/as estudantes nas atividades da universidade, consegui o número do telefone do estudante do curso de Direito, pois faltava ainda escutar o representante desse curso. Cheguei até ele a partir da ajuda do estudante Hugo Apinajé que conseguiu o contato com um outro estudante. A entrevista foi realizada de modo *on-line* com o estudante Gilberto Pereira Apinajé, de 36 anos de idade, do curso de Direito, que relata um pouco de sua história de vida “[...] *Eu nasci na Aldeia Riachinho, morrei lá até os 16 anos, eu tiver minha primeira mulher, ela morava na Aldeia Mariazinha, e eu fiquei lá na Aldeia Mariazinha até os 24 anos, depois que me separei fui para Aldeia Girassol, já tinha aldeia lá, aí fui pra lá. [...]*”, Ele conta um pouco de como foi sua vida na esfera familiar dentro do território.

No decorrer da entrevista, Gilberto Apinajé acrescenta, de forma emocionada, como ocorreu a sua relação com o curso de Direito na UFNT:

*[...] Quando, eu, conclui o ensino médio em 2008, o meu foco era fazer Direito, então, estava no auge da adolescência, da adolescência para fase adulta, já era pai, naquela época em 2008, então o meu foco era fazer o curso de Direito, tentei fazer vestibular duas vezes em Palmas, em 2009 e 2010, só que eu não consegui. Fiz um vestibular também para Licenciatura Intercultural na UFG, em Goiânia, lá eu consegui passar, para estudar em Goiânia, naquela época já trabalhava como professor substituto, eu recebi o convite para fazer o vestibular, porque naquela época só poderia fazer o vestibular quem era professor, eu fiz e passei, com toda dificuldade. A gente foi estudar em Goiânia, no mês de férias, comecei estudar a licenciatura em 2010, com muita dificuldade eu conclui em 2014. Só que o meu foco sempre foi o curso de Direito, quando foi em 2023, eu fiz o vestibular para Educação Física, porque eu queria trocar de profissão, quando o curso de Direito abriu em Tocantinópolis, eu me escrevi no processo seletivo, como indígena, pela nota do ENEM, fiquei em quinto lugar, mais tinha cinco indígena concorrendo, e só tinha uma vaga para indígena, outro indígena, do povo Xerente assumiu a vaga. **Aí eu pensei, então eu vou desistir do meu sonho, vou tentar outra coisa, fui fiz o vestibular para educação física, passei e comecei a***

fazer educação física. Então, falei eu não vou desistir do meu sonho, vai ter outro vestibular para o curso de Direito, eu vou me inscrever mais uma vez. Fiz a inscrição, fiz a prova, eu não tinha tanta certeza de que iria passar, quando estava faltando poucos dias para concluir o primeiro período do curso de Educação Física, saiu o resultado, o pessoal da secretaria da UFNT entrou em contato, conversou comigo para saber se eu iria fazer a matrícula. Como estou falando é um sonho meu fazer o curso de Direito, então tive de cancelar a matrícula no outro curso, e fiz a matrícula no curso de Direito, agora em 2024 terminei 3º período [...].
(Gilberto Apinajé, morador da Aldeia Girassol, entrevista oral, dezembro de 2024; grifo nosso).

Na sua trajetória de vida, o estudante conseguiu viver o sonho de estudar o curso de Direito a partir da abertura do curso na UFNT, em Tocantinópolis, que possibilitou ele acreditar na realização de fazer o curso. No meio do caminho, mesmo com as limitações, seguiu acreditando e não desistiu até conseguir alcançar seu objetivo. Atualmente, está cursando o 3º período.

Com a entrevista feita, consegui abarcar os/as estudantes dos cinco cursos de graduação vigente no CEHS da UFNT, sendo realizada entrevista com dois estudantes egressos, um do curso de Licenciatura em Pedagogia e outro do curso de Educação do Campo, e nove estudantes cursando, sendo sete homens e duas mulheres, desses/as quatro no curso de Educação do Campo, dois no curso de Educação Física, uma do curso de Pedagogia, um do curso de Ciências Sociais e um do curso de Direito.

Nesse sentido, diante da realidade encontrada no campo de pesquisa, não foi possível realizar as entrevistas conforme planejado inicialmente: 15 entrevistas, com três estudantes de cada curso, em diferentes fases. No andamento do trabalho, foi necessário adaptar a quantidade de interlocutores/as de cada curso, não sendo possível escolher a fase do curso em que o/a estudante se encontrava.

Quanto ao questionário eletrônico disponibilizado, decidi não realizar a análise dos dados obtidos a partir do instrumento, considerando que as entrevistas foram densas e exitosas em fornecer informações suficientes para a conclusão do trabalho. No entanto, a sistematização das informações coletadas no formulário eletrônico deverá ser constituída noutro trabalho sobre a temática em tela que pretendo esmiuçar.

3. ACESSO E PERMANÊNCIA DOS/AS ESTUDANTES APINAJÉ

No Brasil, a mobilização de parte da sociedade reivindicando a entrada e permanência dos indígenas no sistema de ensino, sobretudo, em nível superior, contemplando os anseios das populações originárias e tradicionais, contribuiu para a elaboração de políticas públicas e outras ações que visam atender a demanda dessas pessoas, que foram resistentes à exclusão do processo educacional colonial.

Nesse sentido, anuncio neste capítulo o levantamento das políticas de ações afirmativas e programas observados na UFT/UFNT que apoiam o acesso e permanência dos/as estudantes indígenas na universidade; a análise do processo de acesso e permanência na UFT/UFNT; e a análise das entrevistas dos/as estudantes indígenas expondo suas impressões sobre o processo de acesso e permanência na UFT/UFNT.

3.1. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A partir da implementação das ações afirmativas e das políticas de inclusão, que contribuem significativamente com o acesso e permanência de tais povos no âmbito das Instituições de Ensino Superior, sobretudo com a aplicação da Lei 12.711/2012 (Brasil, 2012), os indígenas passaram a ocupar seu espaço no ensino superior. Segundo Paladino (2013, p. 99), a educação superior indígena não fazia parte das pautas das agendas governamentais até o final da década de 1990:

Embora houvesse indígenas graduados – muitos deles lideranças destacadas no movimento indígena –, não havia uma reflexão sobre as possibilidades de a formação superior contribuir na aquisição de ferramentas para uma atuação mais efetiva dos próprios indígenas em projetos e ações de interesse para as suas comunidades. Por outro lado, ainda era pouco problematizada a desigualdade educativa no acesso dessa população à educação superior, sendo que parecia mais urgente resolver os baixos índices de acesso à educação básica.

A pauta de reivindicação do acesso à educação superior é uma demanda recente, por situar discussões no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, movimentando lideranças de várias etnias, com reuniões, eventos e movimentos sociais. A educação, inicialmente, não esteve na pauta dos povos originários como elemento prioritário, sendo o território o ponto de partida para as disputas. Posteriormente, outras demandas foram tensionadas e incluídas no rol de prioridades

desses povos, como a saúde, a educação e outros direitos sociais.

Desse modo, uma das pautas do movimento indígena brasileiro é a luta de acesso e permanência à universidade. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012) é fruto das lutas estabelecidas nas últimas décadas pelos movimentos indígenas e negro. As conquistas no âmbito da UFT/UFNT formam as políticas estabelecidas, dando destaque para o Programa Bolsa Permanência (PBP-MEC3) (Brasil, 2013) e o Programa de Política de Cotas resolução 3A/2004 (UFT, 2004):

[...] Art. 1º - Aprovar a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da Universidade Federal do Tocantins – UFT. § 1º - Serão oferecidos aos estudantes indígenas 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos e campi da UFT. § 2º - Terão direito a usufruírem do sistema de cotas os estudantes indígenas que apresentarem a documentação exigida no edital do processo seletivo da UFT. [...] (Redação dada pela Resolução nº10/2011 do Consepe) (UFT, 2011).

Só a partir do ano de 2005, a UFT disponibiliza cotas nos processos seletivos, com 5% das vagas em cada curso. O território geográfico Apinajé possui proximidade física com a cidade de Tocantinópolis (TO), onde está situada a Universidade Federal Norte do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, nas proximidades da Terra Indígena Apinajé. Os/As alunos/as indígenas Apinajé constroem trajetórias da aldeia à cidade, especificamente para a universidade, permeadas através dos contatos interétnicos e espacialidade no território universitário. Propõe-se analisar as trajetórias que o/a estudante indígena constrói na educação superior, delineando as dificuldades, deslocamentos, adaptações, políticas sociais afirmativas e práticas interculturais.

Com a implementação da Lei nº 12.711/12, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), em nível nacional, que torna obrigatória a reserva para pretos, pardos, indígenas, alunos de escolas públicas e com vulnerabilidade econômica nas instituições federais de ensino superior e no ensino técnico federal, tendo como objetivo combater as desigualdades sociais, pois com condições desiguais, os/as muitos estudantes não teriam as oportunidades de acesso ao ensino superior de forma justa.

Com isso, ocorreu a elevação do número de discentes indígenas matriculados/as no ensino superior. Desse modo, a presença deles nos espaços universitários, conseqüentemente, também aumenta a responsabilidade em acompanhar a trajetória desse público, dando apoio de suporte pedagógico, social e econômico para mantê-lo vinculado e concluir o curso superior.

No que versa sobre a permanência no ensino superior, no ano de 2010 foi

instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pelo decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), executado no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, sendo reservado anualmente no orçamento geral da união um valor para ações específicas para atender as demandas que contribuem para manter os/as estudantes no ensino superior.

Outra política relevante para manter a presença indígena no meio acadêmico, é o Programa de Bolsa Permanência (PBP-MEC) (Brasil, 2013), com as bolsas de auxílio permanência que ajudam na segurança financeira durante o período em que se encontram nas universidades. O Programa de Bolsa Permanência foi criado pela portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013 (Brasil, 2013), destinado à concessão de bolsa permanência a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior.

Com a demanda, a UFT/UFNT é desafiada a atender os povos indígenas no âmbito do ensino superior, sujeitos enraizados em outra filosofia de vida, vinculados em uma cultura específica. Com isso, é necessário inaugurar o desenvolvimento de políticas e ações para atender melhor os/as estudantes indígenas dentro da universidade, como o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI), com o objetivo de possibilitar a permanência e êxito, por meio da inclusão dos/as alunos/as indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as ações implementadas, destaca-se, ainda, as de normatização do Programa de Acesso Democrático à Universidade (PADU) e do Programa de Acesso Democrático de Indígena e Quilombolas (PADIQ) que têm como finalidade estabelecer a igualdade de acesso e oportunidade de egressos de escolas públicas, indígenas e quilombolas, minimizando as consequências históricas de exclusão socioeducacional destes segmentos da sociedade.

Outras políticas que merecem destaque são a implantação do alojamento, da casa do estudante e do restaurante universitário, ajudando os/as estudantes que precisam desse apoio para seguir na graduação e concluir o curso. Nota-se a existência de alojamento e, mais recentemente, a casa do estudante no CEHS da UFNT em Tocantinópolis, na unidade Centro. No momento, o espaço precisa de melhorias na infraestrutura para atender melhor os/as estudantes. Entende-se que disponibilizar a moradia e a alimentação aos que requerem um atendimento específico pode ser um passo significativo para permanência dos/as discentes indígenas no

espaço universitário.

A implantação do restaurante universitário para os/as estudantes é essencial para que eles possam se alimentar dentro da universidade, pagando um preço mais em conta, no entanto, até o momento, foi implantado o Restaurante Universitário no Centro de Ciências Integradas (CCI) e no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFNT, ambos na cidade de Araguaína (TO). No CEHS da UFNT, em Tocantinópolis ele ainda não existe para atender os/as estudantes indígenas e os demais da comunidade institucional. São ofertadas bolsas através do PNAES para atender parcialmente a demanda devido à escassez de recursos orçamentários na UFNT. Assim, no levantamento, constata-se a necessidade de implantação de restaurante universitário no CEHS para um melhor funcionamento dessa política institucional.

Acrescenta-se o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o fortalecimento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica. No ano de 2024, de acordo com o edital da PROGRAD nº 70/2024 da UFNT, foram ofertadas 264 vagas com bolsas nos Núcleos dos Subprojetos/Cursos de Licenciaturas, dessas, 96 destinadas aos quatro cursos de licenciatura do CEHS, que podem ser contempladas por estudantes da instituição, incluindo os/as indígenas.

Outras ações têm fortalecido a atuação da UFNT para permanência dos/as estudantes indígenas, através do Programa de Educação Tutorial (PET), vinculado à Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), que é desenvolvido por grupos de estudantes com tutoria de um/uma docente, nos cursos de graduação, integrando ensino, pesquisa e extensão. No ano de 2024, a Prograd da UFNT, através do PET - Conexões de Saberes Indígenas, disponibilizou vagas para estudantes indígenas nos centros da UFNT em Araguaína, com objetivo de contribuir com as ações afirmativas de permanência dos/as estudantes indígenas no Ensino Superior, no entanto, no CEHS em Tocantinópolis não foi constatada a oferta de vagas.

Na mesma perspectiva de inclusão da política de ações afirmativas da graduação, a UFT/UFNT estendeu para a Pós-Graduação *stricto sensu* através da Resolução nº 14, de 22 de março de 2017 (UFT, 2017) que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência na Pós-Graduação *stricto sensu*, reconhecendo no âmbito da pós-graduação os direitos dos povos originários em participar da construção de uma

trajetória acadêmica até outrora negada a tais sujeitos.

Vale lembrar que a educação dos povos originários, inicialmente, esteve sob a régua da Igreja Católica, que ditava os percursos educacionais, seguindo uma influência colonial. Assim tem sido a educação pensada para os povos originários: estruturada por sujeitos alheios ao território, que estão influenciados pela ótica do mercado. Uma perspectiva de educação organizada para atender os interesses do mercado, e não dos sujeitos pertencentes às comunidades, sendo estruturada pelos órgãos institucionais do Estado para atender às necessidades do capital que controla o mercado.

No entanto, coloca-se como pano de fundo erradicar a pobreza, através de uma educação padronizada e, ao mesmo tempo, faz a padronização dos sujeitos a partir do currículo ensinado nas repartições educacionais. Essas políticas neoliberais para a educação estão ancoradas na implementação de um modelo de sociedade que se deseja ter, controlada a partir dos saberes referendados como hegemônicos.

Para enfrentar esse cenário, no viés educacional exige-se romper com o paradigma de educação usada para limitar e controlar os sujeitos pertencentes aos grupos minoritários, através de um currículo que atende os interesses das elites dominantes. Um instrumento de poder social usado para dominar os grupos minoritários dentro do seu território.

3.2. ANÁLISE DO PROCESSO DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS/AS ESTUDANTES APINAJÉ NA UFT/UFNT

No estado do Tocantins, a população dos povos originários soma 20.023 pessoas autodeclaradas indígenas, representando 1,32% da população total do estado, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2022. Conforme a pesquisa, há 20.023 indígenas vivendo no Tocantins e a população está distribuída em nove etnias: Karajá, Xambioá, Javaé (que forma o povo *Iny*), Xerente, Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Avá-Canoeiro (Cara Preta) e Pankararu.

No cenário nacional, a presença de indígenas no ensino superior tem sido notada. De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de universitários que se autodeclararam indígenas aumentou de cerca de 7 mil em 2010 para 57.706 em 2018. O acréscimo é reflexo das políticas de cotas, incorporadas pelos sistemas

de ensino, na esteira da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) que reconhece a valorização identitária dos povos originários e tradicionais.

No campo da educação se destaca a entrada do povo Apinajé no ensino superior, iniciando no ano de 2004, com os dois primeiros nos cursos de Pedagogia, em Tocantinópolis-TO, e de Direito, em Palmas-TO. Posteriormente, inúmeros outros continuaram a ingressar nos cursos da UFT/UFNT em Tocantinópolis.

Anteriormente, ainda pela Universidade Estadual do Tocantins, em Tocantinópolis, Vanderlei Apinajé indica ser um dos primeiros representantes do povo Apinajé a concluir o ensino superior, o Curso de Normal Superior. Atualmente, ele exerce a função de coordenador pedagógico da Escola Estadual Indígena *Matyk*, na Aldeia São José. Já no tempo de UFT, o estudante Cassiano Sotero Apinajé concluiu o curso de Licenciatura em Pedagogia, em 2012. Posteriormente, no período de transição da UFT para UFNT, teve um número maior de ingressos e concluintes, no curso de Pedagogia, mais duas estudantes concluíram, Andressa *Irembete* Pereira da Silva Apinajé, em 2020, e Rosilene Fernandes da Costa Apinajé, em 2022. No curso de Licenciamento em Educação do Campo, foram dois concluintes: Célio Ribeiro Dias Apinajé, em 2020, e Fabrício Salvador Laranja Apinajé, em 2023.

Além da presença na UFT/UFNT, destaca-se o ingresso no curso de Licenciatura Intercultural de Formação Superior de Professores Indígenas, no Núcleo *Takinahakỹ* de Formação Superior de Professores Indígenas, da Universidade Federal de Goiás. O curso é estruturado para atender a demanda específica de formação dos/as professores/as indígenas, tendo concluído: Júlio *Kamêr* Ribeiro Apinajé, em 2012; Maria dos Reis *Pãxre Apinajé*, em 2013; Gilberto Pereira Apinajé, em 2014; Ana Rosa Ribeiro Salvador, Percília Dias Moraes, Sheila *Baxy* Pereira de Castro Apinaje e Silivan Oliveira Apinajé, em 2021; e Maria Aparecida Pereira da Silva Apinajé, em 2023.

Nota-se que o ingresso no ensino superior tem ocorrido em várias outras instituições de ensino superior, na Universidade Federal de Goiás (UFG), no curso de Educação Intercultural; na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), no curso de Medicina; e na Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT), nos cursos de Direito e Odontologia, mostrando as novas dinâmicas dessa etnia em outras cidades e estados, sendo notado o aumento no número de indígenas Apinajé cursando o ensino superior.

Na pós-graduação, destaca-se que dois Apinajé concluíram o mestrado,

Cassiano Sotero Apinajé, em Ciências do Ambiente, na UFT, no ano de 2017, e Júlio *Kamêr* Ribeiro Apinajé, em Antropologia Social pela UFG, em 2019. Atualmente, mais estudantes do povo Apinajé estão cursando a pós-graduação: Sheila *Baxy* Pereira de Castro Apinajé, mestranda em Antropologia Social, na UFG; Silivan Apinajé, *Ninhô* Emílio Apinajé e *Iremex* Andressa Apinajé, que estão no Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do CPDOC, da FGV. Acrescenta-se ainda, recentemente a aprovação para ingresso em 2025 de Maria Aparecida Pereira da Silva no Mestrado Profissional e Júlio *Kamêr* Ribeiro Apinajé no Doutorado Profissional, no Programa Bens Culturais e Projetos Sociais CPDOC da FGV.

Nesse contexto, cabe destacar a presença do povo Apinajé no ensino superior, no Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da UFNT, Tocantinópolis (TO), que oferta quatro cursos de licenciatura: Pedagogia, Educação Física, Ciências Sociais e Educação do Campo, com habilitação em Artes e Música e o curso bacharelado de Direito.

Com isso, ocorre o ingresso de 79 (setenta e nove) indígenas até o período em análise (primeiro semestre de 2023), desses, 69 (sessenta e nove) são do povo Apinajé. No momento, estão vinculados 59 (cinquenta e nove) estudantes indígenas, sendo 46 (quarenta e seis) Apinajé e 13 (trezes) de outras etnias. (Tabela 05).

Tabela 5 – Estudantes indígenas, situação do vínculo UFNT-Tocantinópolis, 2005-2023

Curso	Educação do Campo	Educação Física	Ciências Sociais	Pedagogia	Direito	Total
Ingresso etnia Apinajé	42	4	11	12		69
Ingresso outras etnias	2	8		6	3	19
Evasão/Desvinculado etnia apinajé	7		8	4		19
Evasão/Desvinculado outras etnias		1		3		4
Egressos etnias apinajé	1			3		4
Egressos outras etnias		2				2
Vinculado/matriculado etnia apinajé	34	4	3	5		46
Vinculado/matriculado outras etnias	2	5		3	3	13

Fonte: Secretaria acadêmica, UFNT-Tocantinópolis (2023) – Adaptada por José James Torres da Silva (2023).

Outro destaque é quanto ao vínculo com o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em artes e música em Tocantinópolis (TO), que segue uma proposta pedagógica com princípios freirianos com a Pedagogia da Alternância, em que os/as estudantes têm o tempo universidade e o tempo comunidade, tendo 34 (trinta e quatro) estudantes com a matrícula ativa. Cabe mencionar dois alertas, um em relação quantitativo elevado de 23 (vinte e três) desistentes/desvinculados, sendo 19 (dezenove) Apinajé, e o outro é que poucos têm conseguido concluir o ensino superior diante das adversidades, 4 (quatro) Apinajé e 2 (dois) de outras etnias, merecendo um estudo detalhado posteriormente.

No cenário nacional, a presença de indígenas no ensino superior tem sido notada, de acordo o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 2000, a presença de indígenas no ensino superior era de 4.397 pessoas em nível nacional. Nos últimos anos, notamos um crescimento significativo, conforme aponta o Censo da Educação Superior, sendo cerca de 7.000 (sete mil) matriculados em 2010, 57.000 (cinquenta e sete mil) matriculados em 2018, 72.000 (setenta e dois mil) matriculados em 2019, 47.000 (quarenta e sete mil) matriculados em 2020, e 46.000 (quarenta e seis mil) em 2021. Os dados apresentam que, no ano de 2019, houve o maior número de indígenas matriculados, após esse período, mesmo mantendo um quantitativo significativo quando comparado com o início da década de 2002, houve uma diminuição de indígenas matriculados no ensino superior.

As lutas dos povos indígenas para acessar o ensino superior foram sendo incorporadas com a ampliação de oferta de vagas criadas no cenário nacional, sobretudo em função das políticas de ações afirmativas adotadas pelo governo federal. Tendo ganhado destaque, a partir da implementação da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) e demais políticas adotadas dentro das instituições de ensino superior.

Assim, aumentou consideravelmente o número de indígenas nas universidades e, conseqüentemente, surgiram desafios que requerem um esforço das instituições para manter estudantes indígenas vinculados ao ensino superior. São várias as dificuldades de adaptação, começando com a língua para comunicação e compreensão dos textos, habilidade com o uso da informática e o contato direto com os não indígenas, no local onde se considera a cultura eurocêntrica como a padrão.

Para que a permanência seja efetivada, é preciso inserir no currículo universitário práticas que respeitem a identidade e a cultura dos povos indígenas. Considerando a universidade como um espaço para repensar as fronteiras, conhecer

os rituais, valores e saberes dos povos originários na perspectiva destes, notando, dessa forma, outras dinâmicas de regras sociais que podem ser compartilhadas como espaços de aprendizagens.

3.2.1. Acesso e permanência na perspectiva dos/as Interlocutores/as Apinajé

A UFNT conta com uma demanda representativa de estudantes indígenas no seu quadro estudantil. No CEHS em Tocantinópolis tem sido notada a presença desses/as estudantes nos cursos ofertados, que até outrora não estavam ocupando esse espaço. Com isso, também surgem suas necessidades no território universitário, que começam antes mesmo de ingressarem no ensino superior, e acentua-se no acesso e permanência.

O estudante Cassiano Apinajé, egresso do curso de Pedagogia, um dos primeiros Povo Apinajé a concluir o ensino superior, afirma que

[...] Eu acho ainda dificultoso, dificuldades que eles passam, dificuldade tanto no ingressar, como em permanecer lá na universidade, é o que mais acontece, e, também a dificuldade de quando sai, tem que deixar a família, quando o pai ou mãe deixa a família, é a saudade no caso, fica a família para trás, muitas vezes terminam desistindo, alguns deles desistem e outros permanecem, conforme a condição, o interesse da pessoa. [...] (Cassiano Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Para o/a estudante indígena sair do território, do seu lugar de domínio, e ir para universidade, ambientar-se no novo espaço, exige de cada um/uma o interesse de superar os entraves que permeiam a estrutura institucional da universidade na perspectiva de conquistar o sonho que carrega na sua trajetória.

Nesse sentido, o interlocutor ressalta que *“[...] eu vejo que a universidade, tem que melhorar um pouco, no sentido, de considerar mais os/as estudantes indígenas, conhecer mais e respeitar mais a cultura, tem que melhorar mais. [...]”*. A universidade ir até o território, conhecer a realidade dos/as estudantes, conhecer e acolher na dinâmica institucional a cultura do povo Apinajé é necessário.

Por outro lado, reconhece a importância do trabalho da UFNT para o fortalecimento e valorização da cultura, que tem preparado os/as jovens para retornar ao território e movimentar a identidade cultural da comunidade Apinajé.

[...] Eu vejo que nós jovens, nós estamos no processo de resgate, tentativa de resgate, de fortalecer, mas, os nossos velhos estão morrendo, estão indo, estão nos deixando, isso faz com que uma perda grande, não só da pessoa,

mas, com a experiência do conhecimento que ele tem. É, por isso, que agora os/as jovens Apinajé quando entrar na faculdade, eles têm que mudar de atitude, mudar visão, tem que voltar para sua aldeia para poder fazer esse resgate, esse trabalho. Agora, muitos estudantes indígenas estão fazendo pesquisa importante dentro da sua comunidade, voltado para o contexto, justamente para essa finalidade, resgatar aquilo que já foi perdido, e fortalecer o que está aí, que já existe. [...] (Cassiano Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

Assim, a universidade tem contribuído com o Povo Apinajé, com os/as estudantes indígenas que desenvolvem pesquisas dentro do seu próprio território, sobre a cultura que movimenta o seu povo, escutando os/as anciãos e anciãs. Com a realização de trabalhos voltados para a valorização dos bens culturais presentes no modo de vida Apinajé.

Nesse sentido, Júlio Apinajé (2017) aponta que, atualmente, o povo Apinajé tem empreendido estratégias para ocupar o circuito da universidade, na perspectiva de fortalecer a defesa do território e acompanhar as mudanças políticas, sociais e tecnológicas que emergem nas disputas territoriais com os não indígenas. O espaço da universidade que, durante muito tempo, foi negado aos povos indígenas, passa a ser uma oportunidade de construção intercultural do conhecimento, considerando as diferentes epistemes.

No debate sobre interculturalidade, Júlio Apinajé (2017, p. 77) defende que “Não existe conhecimento maior, apenas conhecimento diferente, conforme a realidade de cada sociedade e espaço.” Por isso, entende-se que, na caminhada da universidade, seja incluído o diálogo intercultural que trata dos diferentes conhecimentos que regem as sociedades indígenas e não indígenas. Na visão Apinajé, a dinâmica da escola e/ou universidade deve seguir o batuque do povo e respeitar os rituais da cultura que movimentam as aldeias e o território, como as práticas ancestrais que permanecem ativas no calendário ritualístico.

Por isso, encarar a trajetória do ensino superior para a estudante Janaína Apinajé, não é fácil. São vários obstáculos para estar na universidade,

[...] As dificuldades de sair de casa e ir para universidade, outra língua, outro modo de falar, outro lugar, um lugar diferente. [...] Aí, através dos estudos eu estou aqui na faculdade, é um outro desafio que eu venho levando, desafio assim, porque para sair de casa, deixar os filhos, casa, e sair todo dia, debaixo da chuva, debaixo do sol, é um desafio muito grande para nós. [...] é um pouco de dificuldade que nós temos, aí aqui em casa é dificuldade, quando eu saio de casa, fico lá na cidade, volto a pensar nos meninos que ficam aqui na aldeia, eu mesmo tenho dois filhos, quando eu saio assim, eu sei que meus filhos estão grandes, mas é uma preocupação que a gente carrega todo dia. [...]. (Janaína Apinajé, estudante do curso de educação do campo, entrevista oral, dezembro de 2024).

No diálogo, percebe-se que a universidade é um lugar estranho para a estudante indígena, apegada às regras simbólicas do território Apinajé, na família que fica na aldeia. Um ambiente em que sujeitos/as não indígenas usam termos desconhecidos da língua portuguesa para quem é indígena.

Em contraponto, percebe-se que há uma mobilização étnica, estruturada coletivamente com cada sujeito exercendo sua função social no grupo, para enfrentar as disputas epistêmicas. Como enfatiza Smith (1950, p. 186), “Os estudantes indígenas, em muitos contextos, têm lutado contra a ciência ocidental e o modo como ela lhes é ensinada na escola. A ciência tem sido hostil aos modos de conhecer indígena [...]”. Para ter o reconhecimento de suas ciências no batuque da universidade, os/as indígenas têm resistido as investidas ocidentais do modelo educacional impregnado no currículo universitário que oprimem as comunidades tradicionais.

Ao estender a análise das práticas pedagógicas educacionais que o povo Apinajé estão emergidos, os escritos de pesquisadores Apinajé apontam na direção que

[...] a escola ainda não incorporou essa concepção de uma educação inovadora, que tem oportunidade de formar em saberes intra e intercultural. Isso delimita a inserção de novas ciências Panhĩ. Não há uma forma única de educar. São vários os caminhos, principalmente, com a educação Apinajé que existe há milhares de centenas de anos. (Júlio Apinajé; Rosilene Apinajé, 2018, p. 35)

Logo, um processo de ensino e aprendizagem que envolva o povo Apinajé deve estar entrelaçado com os saberes guardados na memória dos anciãos e das anciãs da comunidade que exercem a função de biblioteca e consulta para os/as jovens do território que estão em fase de formação.

No entanto, a interlocutora entende que, apesar de existir diversas dificuldades na jornada acadêmica, precisa seguir em frente, desenvolver-se, por isso, precisa ter força e resistir para lutar e defender o seu povo.

[...] Então, é uma experiência que eu estou aprendendo, carregando mesmo com dificuldade, é uma experiência que está me desenvolvendo a falar bem o português, escrever, sei também, se defender, nós se defendermos, que através do estudo a gente defende, aprende a falar, a gente aprende a se defender. [...] A arma de defesa do povo Apinajé agora é o estudo, outrora os instrumentos de defesa do povo Apinajé era as armas, feitas na sua cultura. [...] (Janaína Apinajé, estudante do curso de educação do campo, entrevista oral, dezembro de 2024).

A estudante considera que a experiência na UFNT tem contribuído com o seu

desenvolvimento na escrita e na fala da língua portuguesa, sendo uma luta para permanecer na universidade com a barreira da língua, que torna mais dificultoso o processo de adaptação ao novo lugar.

Através do estudo, na UFNT, com coragem para encarar o processo formativo no território do outro, um lugar estranho que ainda precisa se adequar mais para atender melhor os/as estudantes indígenas, como entende a interlocutora Janaína Apinajé. As lutas agora são diferentes das que os mais velhos lutaram

[...] Como é que o povo fala que o mundo tá mudado, então antigamente os povos indígenas se defendia com flechas, bordunas e outras coisas, mas, hoje a gente está se defendendo através dos estudos, porque sem estudo hoje o mundo que a gente convive e vive, que a gente estar, a gente está se defendendo através dos estudos. Então, é uma experiência que está muito importante para mim, porque através dela algum dia eu possa estar ali na frente para defender o nosso povo, principalmente os filhos, os netos. Então, eu já imagino para futuramente, a faculdade ensina muita coisa pra mim, a gente fica em casa, cuidando das coisas, mas, eu mesma, quando entrei para faculdade tem muita coisa que a gente não sabia, aí eu agora já sei um pouco da lei que a faculdade ensina, então é uma experiência muito importante porque a gente está aprendendo, e têm alguns indígenas que não sabem ainda falar em português, e através dessa faculdade alguns indígenas já estão se desenvolvendo também a falar, estão se soltando aos poucos para falar em português. [...] (Janaína Apinajé, estudante do curso de Educação do Campo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Nesse sentido, conseguir a formação torna-se uma arma ou escudo para ajudar a defender os interesses da comunidade de intrusos que seguem um modo de vida alicerçado na ganância, sem considerar os valores culturais da identidade do povo Apinajé na sua relação com o território.

Um outro ponto que a interlocutora acrescenta é a questão da relação com os/as professores/as, o modo de atuar no processo acadêmico com os/as estudantes indígenas que têm outras práticas diferentes dos não indígenas, que ainda não entendem bem o português.

[...] Está na faculdade é difícil em sala de aula, porque têm alguns professores que são bons e têm outros que eu não vou dizer, que é ruim, mas, um pouco assim rígido. Mas têm alguns professores que está quando tu precisa, alguma coisa que você não entende, aí o professor está ali ensinando, falando que é assim. Na faculdade, dentro da sala de aula mesmo, não é ruim pra mim, mas, é ruim porque a gente como indígena, eu mesmo sou indígena, sou mãe, e entendo algumas palavras, têm algumas palavras que eu não entendo, mas, a gente procura, fala para entender aquela palavra, então, a faculdade ela está me ensinando, dentro da sala de aula mesmo, têm alguns professores que são rígidos, então, mas, é desse jeito que a gente aprende dentro de sala de aula. [...] (Janaína Apinajé, estudante do curso de educação do campo, entrevista oral, dezembro de 2024).

A estudante alerta para a necessidade de uma disposição institucional da

universidade para lidar com os/as estudantes indígenas, que tem uma vida cultural no território da aldeia e, ao sair, precisam se adaptar às regras de fora para construir a trajetória na universidade, por exemplo. Por isso, incluir a interculturalidade na dinâmica universitária pode ajudá-los na permanência.

A ida dos/as estudantes indígenas do Povo Apinajé para a UFNT está na pauta de interesse dos/as jovens e anciãos, que querem a universidade territorializada pelo seu povo, através da presença étnica e valorização dos conhecimentos ancestrais.

No entanto, para trilhar um caminho rumo à universidade, os indígenas encontram dificuldades como a narrada por Aldemar Apinajé, que é o único estudante do povo Apinajé, do curso de Ciências Sociais

[...] A UFNT está em Tocantinópolis é importante, por outro lado é importante está aqui na nossa área, pra ver que nós estamos precisando de transporte, porque nós indígenas não temos transporte para ir a universidade. Precisamos muito do transporte, porque a falta de transporte é grande pra dar um acesso pra nós acadêmicos, já somos muitos acadêmicos Apinajé pra ir pra faculdade, voltar pra casa. [...] (Aldemar Apinajé, estudante do Curso de Ciências Sociais, entrevista oral, dezembro de 2024).

O estudante que elenca a necessidade de transporte para os/as estudantes que moram na área indígena, e todos os dias precisam deslocar-se em estradas de chão, com poeira e lama, um trecho de aproximadamente de 20 km da Aldeia São José, somado 40 km, uma rotina cansativa e perigosa. Embora tenha o espaço do alojamento para os/as estudantes, destinado prioritariamente aos/as estudantes do curso de Educação do Campo, a maioria mora nas aldeias dentro da área indígena, estão em contato com o território todos os dias e fazem o percurso à universidade de motocicleta própria ou de carona.

Na relação com a universidade, o interlocutor Fabrício Apinajé aponta as dificuldades e condições que vivenciou na trajetória acadêmica na UFNT, no curso de Educação do Campo,

[...] A minha experiência com a universidade, principalmente com Universidade Federal do Norte do Tocantins, ela iniciou no ano de 2019, com essa turma, pela de vaga de cotas, foram aprovados estudantes indígenas, um deles era eu, mais o meu primo Ediney, juntamente com ele percorremos esse longo trajeto. Onde nos deparamos com a estadia precária, com dificuldade de desenvolver as aptidões linguísticas, de envolvimento juntamente com os estudantes, com a metodologia adotada pelos docentes do curso de educação do campo, a qual no começo tivemos muita de dificuldade de ter uma participação ativa nas ementas organizadas pelos docentes. [...] nos primeiros momentos, tivemos muitas dificuldades de conseguir, ter um índice de participação mais ativa nas aulas, justamente por conta da nossa inibição, nossa timidez, isso acabou gerando fatores que a

gente passou a ser prejudicado nos debates, seminários, e um processo de exclusão, que eu vejo que ainda tem por conta de alguns estudantes que não se preparam para aquele momento, ou a universidade não está preparada para receber aqueles estudantes, que tem todo um processo de adaptação daquele ambiente, dos professores, suas metodologias, precisa adaptar mais as metodologias justamente para atender sua demanda dos ingressantes tem para oferecer para universidade, de modo geral. [...] (Fabrício Apinajé, estudante do curso de educação do campo, entrevista oral, dezembro de 2024).

Inicialmente, nota-se a importância da Lei de Cotas, para o acesso de estudantes indígenas na universidade, pois, na turma dele, ingressaram dois estudantes pertencentes do Povo Apinajé: ele, que já se formou, e outro que está na fase final do curso.

Além disso, ressalta as dificuldades que encontrou ao entrar na universidade, como a de acompanhar o ritmo das aulas ou a de participar das aulas e apresentações de trabalhos. Um ponto que o narrador considera ser importante é o formato do curso de Educação do Campo, com a organização do tempo universidade e tempo comunidade, como assevera na sua narrativa

*[...] As aulas do curso de educação do campo são bem dinâmicas, entre seminários e trabalhos tempo comunidade, demora um pouco para você assimilar todo esse processo, porque é uma coisa nova, outras áreas do conhecimento não permite, fazer, desenvolver uma atividade e trazer da sua comunidade para poder apresentar para a universidade, para os colegas, é uma metodologia que agrega muitas coisas, agrega o desenvolvimento de novas práticas, agrega valores culturais, mas acredito que ela poderia ser mais voltada principalmente para os povos indígenas, ela é do campo, mas não específica para qual sujeito promovida essa educação, isso se tivesse uma disciplina de arte indígena, de teatro indígena, por exemplo, poderia ter mais esse protagonismo indígena dentro da universidade, dentro da educação do campo no caso. **Acredito que o curso pode melhorar bastante, um curso que pode formar pessoas, formar sujeitos indígenas que pensam uma questão e possam intervir nessa questão de uma forma coletiva, e que possa tornar a vida mais inclusiva, respeitosa, principalmente nas escolas indígenas, e que possamos agregar esses valores que é profissional e pessoal, para os nossos futuros estudantes.** (Fabrício Apinajé, estudante do curso de educação do campo, entrevista oral, dezembro de 2024; grifo nosso).*

Nessa rodada, depreende-se acerca das dificuldades para os estudantes indígenas ingressarem, permanecerem e concluírem o ensino superior no CEHS da UFNT, os obstáculos que são enfrentados no dia a dia, como sair do território deixando a família, o custo para manter os estudos e o preconceito de parte das próprias estruturas da universidade.

Nessa perspectiva, Fabrício Apinajé defende que a UFNT tem uma função importante na visibilidade do Povo Apinajé, não só no contexto da universidade, mas

contribuindo para que haja o fortalecimento no próprio território, como também ajudando em outras ações.

[...] A importância que a UFNT possa é tornar o povo Apinajé reconhecido dentro do território, estamos no território Apinajé, mas estamos calados, excluídos, e vejo que a UFNT, ela está fazendo uma ação que pode melhorar ainda mais, com o curso de Pedagogia Intercultural, com a Educação do Campo que tem se demonstrado um espaço muito aberto, e que outros cursos que estão no espaço que é Apinajé, o território de Tocantinópolis. A UFNT, ela pode promover essas ações para ouvir o povo Apinajé, as suas demandas, os seus desejos, o que ela pensa, o que ela pode estar fazendo em relação a educação Apinajé, aos projetos culturais, que a UFT e a UFNT podem dialogar com o povo Apinajé para fazer com que o povo Apinajé seja esse destaque, é isso que esperamos dela. (Fabrício Apinajé, entrevista oral, dezembro de 2024).

A ida da UFNT ao território Apinajé e/ou a incorporação dos saberes do povo Apinajé no espaço da UFNT se dá através de atividades dos projetos de pesquisa, extensão e outras atividades do circuito acadêmico. Esse envolvimento da universidade com a dinâmica cultural Apinajé, a partir do desenvolvimento de ações educacionais e culturais no seio do território que reconhece epistemologicamente os saberes produzidos dentro desse espaço, está sendo percebido pelos representantes do povo Apinajé como um ambiente que pode estar sendo estruturado para o emponderamento do povo Apinajé perante a sociedade não indígena e indígena (Figuras 21 e 22).

Figura 21 – Anciãos e anciãs nas atividades do seminário Apinajé na UFNT



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

Figura 22 – Estudante Apinajé exercendo a função de cantor na UFNT



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

É notável que, nos últimos anos, mudanças significativas tenham ocorrido no aparato da UFNT com a maior presença do povo Apinajé na dinâmica institucional. A territorialidade étnica passa a reverberar na instância acadêmica, surgem demandas que permeiam o funcionamento da universidade, como organização de alojamento, alimentação, atividades pedagógicas e avaliação diferenciada. Além disso, tem semeado espaços no calendário acadêmico para mostrar seu modo de vida, momentos de culminância das tradições culturais, com a realização de cantorias que os integra etnicamente.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao adentrar no território do saber do Povo Apinajé identifica-se as reais intenções do grupo étnico em estar na universidade. Diferentemente dos não indígenas que desejam fechar um ciclo de formação, que perpassa da educação básica, com início na educação infantil, e se encerra com a conclusão do ensino superior, para ingressar no mercado de trabalho, através de concurso público ou no mercado da iniciativa privada, apoiado em roteiro linear.

Este trabalho alia-se a essas intenções na perspectiva de contribuir com as pautas de defesa dos povos indígenas, a partir de formação para entender a defesa do território de modo coletivo. Para os indígenas do Povo Apinajé estar na universidade é uma estratégia de luta para manutenção da cultura, território e dos saberes, porque eles precisam dialogar com o mundo externo dos não indígenas, para manter o projeto do seu modo vida preservado, alicerçado nas práticas, vivências e saberes de pertencimento do povo Apinajé.

Nota-se que, nesse percurso, a universidade tem um papel de destaque, com a responsabilidade de acolher e discutir dentro do espaço da academia os diferentes saberes, inclusive contribuir na sistematização dos conhecimentos dos povos indígenas.

A pesquisa aponta para as estratégias que povo Apinajé tem estabelecido no território para enfrentar o debate hegemônico que conta com forte apoio midiático de diversos setores do capital financeiro que exploram com ganância os recursos naturais, com as ações predatórias que impactam e desestruturam essencialmente o modo de vida das comunidades tradicionais, cujo histórico de convivência equilibrada com os recursos naturais é essencial para manutenção da cultura viva.

Nesse sentido, as anciãs e os anciãos representantes da comunidade estão atentos ao movimento de disputa em espaços institucionais estruturados no modelo do não indígena, no entanto, são conscientes da importância de ocupar os espaços formativos formais, como a universidade, para ter à disposição da comunidade seus representantes, para que, assim, consigam pautar com respaldo as demandas reivindicatórias que anseiam o seu povo.

A ida para universidade está atrelada à preparação para enfrentar as disputas, no jogo de forças com a sociedade não indígena, mesmo que a universidade siga a perspectiva do não indígena, com calendários que afrontam os rituais culturais,

entendem que precisam dominar a língua do não indígena, dominar as leis, para enfrentar e resistir às pressões territoriais e culturais, conscientes do que irão em busca na universidade.

Os estudantes indígenas estão na universidade para apropriar-se da realidade não indígena, dos conhecimentos formais constituídos, a partir de um currículo ocidental, só que na perspectiva de manutenção cultural dos saberes tradicionais. Posteriormente, com encerramento do ciclo do processo formativo, os indígenas retornam ao território para contribuírem com a manutenção da cultura, do território e dos saberes do seu povo.

O caminho de luta passa a ser na via da educação: apropriar-se do conhecimento em espaços de sistematização, como a universidade, que têm o reconhecimento para validar, perante a sociedade não indígena, os saberes do povo Apinajé. A partir disso, os conhecimentos indígenas são reconhecidos.

No último concurso público para professor da rede estadual da educação básica do estado do Tocantins, foram ofertadas vagas específicas para os/as professores/as indígenas. Inicialmente não constava a oferta de vagas, após mobilização e com acionamento aos órgãos responsáveis, o edital foi retificado incluindo as vagas reservadas especificamente para os/as professoras/es indígenas. Essa organização sistemática e atenta instiga-os em preparar o caminho para mudar a estrutura pedagógica das escolas em territórios indígenas, com uma proposta de escola que contemple a sua cultura.

Com o acesso ao ensino superior, surgem dificuldades para os sujeitos pertencentes aos povos originários que saem de seu território na busca de uma formação acadêmica para enfrentar o discurso hegemônico posto no seio da sociedade envolvente. Por isso, um bom acolhimento pode contribuir para uma trajetória exitosa dos/as estudantes indígenas dentro do território universitário, reconhecendo o pertencimento étnico dos/as estudantes indígenas na universidade.

Nesse sentido, a pauta dos povos originários no território universitário precisa ser incorporada, também, pelos demais sujeitos. Percebe-se a necessidade do apoio e envolvimento desses outros sujeitos na defesa dos povos originários, mesmo que não esteja no seu vínculo étnico racial, entender que não é um problema do outro. Essa necessidade precisa ser tratada como um problema social, e não apenas do grupo étnico específico que sofre as negações dos direitos sociais.

Um outro ponto notadamente essencial para o desenvolvimento desse trabalho,

refere-se ao campo de pesquisa. Estive imerso nas atividades do projeto de extensão Escolas Vivas Apinajé; do II Festival de Artes do Bico do Papagaio; na formatura do Ensino Médio na Escola Estadual; na formação cultural do projeto “Olhinhos d’água”; na defesa de conclusão de curso superior de estudantes indígenas; no Seminário Apinajé; e, no curso da pesquisa desenvolvi um projeto cultural dentro território Apinajé. Tais atividades contribuíram positivamente para aproximar-me mais dos/as estudantes e anciãos, conhecendo cada um e as atividades que exercem na comunidade.

A relação do povo Apinajé com a unidade CEHS da UFT/UFNT em Tocantinópolis, tem sido notada ao longo de quase vinte anos. Nesse período, houve o acesso por um número representativo de estudantes indígenas, no entanto, poucos conseguiram concluir o curso até o momento.

Nas andanças pelas zonas territoriais e culturais do Povo Apinajé, nota-se que a oralidade está presente no modo de vida desse povo, mesmo que não esteja totalmente preservada como outrora. Nas atividades que envolvem a oralidade, os anciãos, anciãs e os/as jovens demonstram domínio dos temas tratados nas atividades, preservam a língua materna, observa-se uma preparação anterior para o momento da fala.

No território Apinajé, os anciãos e as anciãs são as fontes dos saberes da comunidade, quando os/as jovens têm dúvida sobre como funciona um determinado ritual é necessário consultar os mais velhos que são os detentores do saber da comunidade, que está ligada por uma rede de signos do território. Nesse universo, falado e cantado, são as vozes que entoam os cânticos para demarcar os rituais culturais que acontecem na aldeia. Na mesma dimensão, a língua define-se como um espaço de resistência que os difere dos não indígenas.

Dessa maneira, notamos que há um movimento do Povo Apinajé em territorializar o espaço do CEHS da UFNT, com seus valores culturais, a partir da conexão dos/as jovens com os anciãos e as anciãs dos saberes do território Apinajé.

Nesse sentido, a UFNT tem se mostrado como uma aliada, na perspectiva de influenciar e contribuir na reafirmação identitária de indígenas que chegam à universidade. Do mesmo modo, no Seminário *Panhĩ*-Apinajé realizado na universidade, um território de formação de professores/as, teve atividades práticas, com a participação dos anciãos, anciãs, estudantes, professores/as indígenas, professores/as universitários/as e pesquisadores/as.

Dessa maneira, notamos que há um movimento do povo Apinajé em territorializar o espaço do CEHS da UFNT, com os seus valores culturais, a partir da conexão com os anciãos e as anciãs dos saberes do território Apinajé, para que a universidade os acolha no seu contexto institucional, no currículo, na prática e, com isso, compareça mais vezes nas aldeias para conhecer melhor a realidade do povo que mora no terreiro da universidade, e, conseqüentemente, aperfeiçoar-se mais no atendimento da demanda dos povos indígenas que atualmente estão presentes na dinâmica da universidade. Para garantir uma melhor acolhida dos/as estudantes indígenas para que possam ingressar, permanecer e concluir com êxito o ciclo acadêmico do ensino superior, construindo uma trajetória de vida que fortalece o seu povo, poderia existir a sistematização dos instrumentos do universo do não indígena, para os indígenas contarem a sua própria história e as de seus antepassados nesse movimento formativo, em que os/as pesquisadores/as do próprio povo, passam a contar uma narrativa na perspectiva de quem pertence ao território.

Nessa perspectiva, o processo formativo na universidade, passa a ser encarado como um instrumento de defesa do território e da cultura, que os fortalece no processo de autonomia para reescrever a história de seus rituais e mitos, que passa a ser contada por quem pertence ao lugar.

As idas ao território permitiram-me uma análise do comportamento étnico com a perspectiva de futuro. Percebe-se que há uma preocupação dos anciãos e anciãs em passar para os mais jovens os saberes culturais, como pode ser observado na atividade prática de apitos e buzinas, ponto que foi evidenciado como compartilhamento dos saberes.

Em contraposição ao modelo da estrutura social da sociedade envolvente, para o povo Apinajé é necessário ter um tempo para dedicar-se às atividades da cultura, andar nas matas, coletar frutos, caçar, cultivar roça tradicional, plantar, realizar os rituais culturais. Na arena da universidade, ao invés do convívio com os familiares e parentes da aldeia, de andar na cultura ancestral do seu povo, cultivar as roças, ir às caçadas, aprender as cantorias, fazer as pinturas, estar no pátio realizando as danças, o tempo é dedicado para atividades do universo não indígena.

Por isso, é preciso que a universidade esteja empenhada e encontre um batuque no ambiente universitário atento à demanda dos povos indígenas, possuidores de tradições culturais específicas que estão no terreiro do espaço acadêmico da universidade, na eminência de interagir nesse ambiente, ter seus

conhecimentos respeitados e reconhecidos no currículo institucional.

Como apontam as entrevistas, as atividades institucionais da universidade acabam privando-os de participar ativamente da cultura. Quando um parente que falece na aldeia ou tem evento cultural, por exemplo, a universidade não guarda o ritual da cultura para permitir os/as estudantes indígenas participarem. Cabe à universidade acolher os saberes do povo no seu contexto institucional, no currículo, na prática, e ir mais vezes nas aldeias para conhecer melhor a realidade desse povo que mora perto da universidade.

Na conjuntura notada demonstra que, é momento da UFNT estar atenta ao seu papel como promotora da justiça social e cultural do Povo Apinajé, considerando a violência étnica cometida pelos colonizadores no processo de invasão e exploração dos bens imateriais e materiais do território sagrado Apinajé. Dessa maneira, será possível garantir uma melhor acolhida aos/as estudantes indígenas, para que possam ingressar, permanecer e concluir com êxito o ciclo acadêmico do ensino superior, construindo uma trajetória universitária que dialogue com os saberes do povo.

Ao territorializarem a universidade, esses e essas jovens indígenas geram um movimento na estrutura institucional e organizacional da universidade fazendo com que ela crie estratégias de adaptabilidade para acolher a nova demanda. Apesar de notar a aproximação do povo indígena na UFNT, ainda há muito o que se fazer no âmbito institucional para que a universidade se consolide como território indígena.

Notadamente, ao longo do tempo, o Povo Apinajé vem resistindo às pressões territoriais, fazendo alianças com outros povos indígenas, comunidades tradicionais e pesquisadores/as, além de ter adentrado o espaço formativo da universidade, especificamente da UFNT, para enfrentar as disputas com os não indígenas.

Para enfrentar as disputas fora do território indígena, nas arenas institucionais dos não indígenas, o Povo Apinajé está organizado e mobilizado no processo de formação acadêmica, inteirando-se da dinâmica de poder que rege a estrutura social e cultural da sociedade não indígena, de modo a superar a tomada de decisão por não indígenas de fora do território, que não pode representar os anseios do Povo Apinajé. Os registros do processo de demarcação territorial evidenciam um pouco de como foi a interferência de representantes políticos locais e regionais na tomada de decisão, que deixou de fora da demarcação uma parte considerada vital para a cultura e cultivo de roças.

Por isso o projeto do Povo Apinajé de estar na UFNT de apropriar-se dos

instrumentos formativos para dispor da representação institucional que a universidade valida, através da certificação universitária. Desse modo, poderão representar seu povo e ocupar espaços que até pouco tempo os povos indígenas não poderiam ocupar devido à falta de formação acadêmica.

Assim, escutando o canto do sabiá, um pássaro do território Apinajé, paro um pouco, seguro o maracá, aperto o cordão de tiririca feito com fibra de tucum por uma artesã de lá, tomo um gole de café, tento terminar a escrita sobre o movimento que o Apinajé fez para na UFNT estudar. Um povo conhecido por morar perto dos riachos, nas baixadas da chapada. Digo que o conceito de tocar a vida do povo Apinajé segue outro viés: é no balanço do maracá, sob o batuque da música, no som da buzina e do apito, com a força da borduna, nas raízes e nas cascas que curam. Da mata e da chapada vêm os frutos que ajudam a se alimentar, com os da roça deve juntar, porque alimento no território não pode faltar. É nas andanças que se constroem a trajetória que movimenta a cultura, com as pinturas no corpo, cantando e dançando no pátio, plantando as roças, caçando nas matas e na chapada, fazendo abano e esteira, que são os artesanatos feitos de babaçu, além usar essa bela matéria-prima na construção da casa para morada. Ainda tem que usar o colar, cordão e o cocar, desse jeito, é para se animar, com essas referências que formam a identidade do povo denominado de Apinajé. Por isso, é hora de renovar e esperar, como a água do riacho que brota, e começar a minar.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco Edvirges (Org). **A Educação Escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.
- ALBUQUERQUE, Francisco Edvirges. **Os Apinayé: informações sócio-históricas**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.199-219, dez. 2007.
- APINAGÉ, Cassiano Sotero. **Escola, meio ambiente e conhecimentos: Formas de ensinar e aprender na teoria e na prática entre os Apinajé**. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins-Uft, Palmas, 2017.
- APINAGÉ, Cassiano Sotero; GIRALDIN, Odair. **As tradições orais já não bastam: a pesquisa como estratégia de preservação**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 15, n. 29, p. 129–156, 6 Mar 2018 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/8499>. Acesso em: 7 fev 2025.
- APINAGÉ, Célio Ribeiro Dias. **A música do povo Panhî: um estudo com cantores indígenas da terra Apinajé**. Monografia (Graduação) Fundação Universidade Federal do Tocantins, Curso de Educação do Campo - Campus Universitário de Tocantinópolis TO, 2020.
- APINAGÉ, Fabrício Laranja Salvador. **Saberes ancestrais e práticas educativas na Escola Estadual Indígena Mãtyk: interfaces entre Saberes Aldeia São José – Tocantinópolis-TO**. Artigo de Graduação Universidade Federal Norte do Tocantins, Curso de Educação do Campo, 2023.
- APINAJÉ, Júlio Kamêr Ribeiro. **Educação kupê e cosmologia Panhî: difícil relação?** Articulando e Construindo Saberes, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 160-168, jan./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/49009/24027>.
- APINAJÉ, Júlio Kamêr Ribeiro. **MË IXPAPXÀ MË IXÀHPUMUNH MË IXUJAHKREXÀ: TERRITÓRIO, SABERES E ANCESTRALIDADE NOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR PANHÎ**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- APINAJÉ, Júlio Kamêr Ribeiro; APINAGÉ, Rosilene Fernandes da Costa. **Processo de Educação Apinajé**. In: Articulando e Construindo Saberes, Goiânia, v.3, n.1, p. 34-44, jan./dez. 2018. <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/55370/26443>. Acessado em: 04/03/ 2023.
- APINAJÉ, Júlio Kamêr Ribeiro; HERBETTA, Alexandre. **Cantos filosóficos e a possibilidade de uma pluriversidade**. Articul. constr. saber., Goiânia, v.3, n.1, p. 55-62, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006. p. 21-54.

BRASIL. Decreto Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. **Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.**

BRASIL. Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910. **Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento.** *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 943-958, 1915.

BRASIL. Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918. **Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1918.** *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5-117, 1919.

BRASIL. Lei n. 5.484, de 27 de junho de 1928. **Regula a situação dos índios nascidos no território nacional.** *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 111-119, 1929.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 1967. **Cria a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto N.º 26/1991 (Brasil, 1991), que **estabeleceu uma reorganização da educação escolar indígena no país**, com a responsabilidade saindo da estrutura da FUNAI.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº 10.032/2000, de 23 de outubro de 2000. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.** *Diário Oficial da União, Brasília*, 24 de outubro de 2000.

BRASIL. Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Atualizado pelo Decreto Nº 10.088 (Brasil, 2019).**

BRASIL. Lei Federal 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.**

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.**

BRASIL. **EDITAL DE SELEÇÃO Nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012.**

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 ago. 2012.

BRASIL. Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013. **Cria o Programa de Bolsa Permanência.** Brasília, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019. **Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jul. 2019.

BRASIL. Portaria MEC nº 380, de 5 de novembro de 2020. **Criação do Curso de Direito em Tocantinópolis na UFNT.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 nov. 2020.

BRASIL. EDITAL nº 23/2023 do **Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica** – Programa Equidade. CAPES, 2023.

COSTA, Oliveira Miguel. **A presença indígena na Universidade: um estudo exploratório acerca do ingresso e permanência dos estudantes indígenas Apinajé nos cursos de graduação oferecidos pela UFT Campus de Tocantinópolis.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, 2015.

DA MATTA, Roberto. **Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé.** Petrópolis: Vozes, 1976.

DA MATTA, Roberto. **O que aprendi com os Apinajé.** UFNT – Tocantinópolis-TO. 22 de agosto de 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=wTDMkFTE8jM&t=2109s> Acesso: 14 de março de 2024.

FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. **Fragmentos de uma história Panhi: história e território Apinajé na longa duração** / Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes; orientador, Lucas de Melo Reis Bueno, 2022. 397 p.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRALDIN, Odair; APINAJÉ, Cassiano Sotero. **Perspectivas histórica sob a perspectiva dos Apinajé.** Revista Tellus, n. 38, p. 237-288, jan./abr.2019. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/547> Acesso: 14 de maio de 2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERBETTA, Alexandre; et al. **Trajectórias em transformação: considerações indígenas e quilombolas sobre processos de democratização na universidade brasileira** In : El Pensamiento y la Lucha : Los pueblos indígenas en América Latina: organización y discusiones con trascendencia. Santiago: Ariadna Ediciones, 2018. Disponível em : <https://books.openedition.org/ariadnaediciones/1329>. Acesso : 7 de março de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE. 2022.

IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). **Cerrado perde 1,1 milhão de hectares e supera desmatamento da Amazônia pela primeira vez.** Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://ipam.org.br/cerrado-perde-1-1-milhao-de-hectares-e-supera-desmatamento-da-amazonia-pela-primeira-vez/>. Acesso em: 28 maio 2024.

ISA. Instituto Socioambiental. **Declaração da ONU sobre direitos dos povos indígenas.**

In:https://pib.socioambiental.org/pt/Declara%C3%A7%C3%A3o_da_UNU_sobre_direitos_dos_povos_ind%C3%ADgenas . Acesso: 23/11/2023

ISA. Instituto Socioambiental. **Línguas indígenas brasileiras agrupadas em famílias e troncos.** In: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso: 04/03/2024.

ISA. Instituto Socioambiental. **Série histórica da população Apinajé, 1824-2022. Povos Indígenas no Brasil: Apinajé.** São Paulo, ISA, 2022. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AApinaj%C3%A9>. Acesso em: 15 jul. 2023.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. Entrevista Ailton Krenak. Revista Mais 60: estudos sobre envelhecimento / Edição do Serviço Social do Comércio. – São Paulo: Sesc São Paulo, v. 33, n. 84, Dezembro 2022 –. Quadrimestral.

LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto. *Apinajé. Povos Indígenas no Brasil.* In: Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo, 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 02/10/2023.

NIMUENDAJÚ, Curt. **OS APINAYÉ.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1983. 146 p.

PALADINO, Mariana. **Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior.** In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa (Orgs.). *Estudantes Indígenas no Ensino Superior uma abordagem a partir da experiência na UFRGS.* Porto Alegre- RS, Ed. UFRGS, 2013.

POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade.** Revista Ideação, Cascavel, v. 10, n. 1., p. 9-40, 2008.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral.** Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RISCAROLLI, Eliseu; LOPES, Francisca Rodrigues (org.). **Interfaces da Pedagogia: 30 anos de formação de professores numa IES do Sertão.** Araguaína, TO: Universidade Federal do Norte do Tocantins – EDUFNT, 2023. 278 p. **E-book.** Disponível em: <http://www.edufnt.br/ebooks/interfaces-pedagogia.pdf>. Acesso: 18/07/2024.

SAQUET, Aurélio Marcos. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

Smith, Linda Tuhiwai. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples, 1950. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas / Linda Tuhiwai Smith; tradução Roberto G. Barbosa.* Curitiba: Ed. UFPR, 2018. 239 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral / Paul Thompson: tradução Lólio Lourenço de Oliveira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UFNT. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (Panhĩ).** Tocantinópolis: UFNT – CEHS, 2024.

UFNT. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Tocantinópolis: UFNT – CEHS, 2023.

UFNT. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens e Códigos: Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas e Música).** Tocantinópolis: UFNT – CEHS, 2023.

UFNT. **Relatório de Gestão.** Araguaína: UFNT, 2023.

UFNT. **Edital nº 13/2024 – Processo Seletivo por Análise Curricular para ingresso no Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (Panhĩ), CEHS/UFNT.** Araguaína: UFNT, 2024. Disponível em: <https://ufnt.edu.br/pedagogia-intercultural-indigena-editais/>. Acesso em: 20/09/2024.

UFNT. **Edital PROGRAD nº 70/2024 – Processo Seletivo para alunos bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).** Araguaína: UFNT, 2024. Disponível em: <https://ufnt.edu.br/prograd-editais/>. Acesso em: 11/10/2024.

UFT. Resolução CONSEPE nº 3A/2004, de 3 de setembro de 2004. **Aprova a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas.** Palmas, 2004.

UFT. **Edital nº 48/2006 — Vestibular 2007.** Palmas: UFT, 2006.

UFT. Resolução nº 24, de 8 de dezembro de 2016 do Conselho Universitário (CONSUNI). **Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito, UFT, Câmpus de Tocantinópolis.** Palmas, 2016.

UFT. **Resolução nº 14, de 22 de março de 2017 – Política de Ações Afirmativas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência na pós-graduação stricto sensu da UFT.** Palmas: UFT, 2017. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/-mEhWdX-QwilSAJD9M31hQ>. Acesso em: 14/10/2024.


FUNDAÇÃO UNISELVA. **Edital nº 009/2024 – “Premiação Cultural - Olhinhos D'Água”:** seleção de projetos artísticos e culturais no município de Tocantinópolis – TO e demais regiões do Estado do Tocantins. Cuiabá: Fundação Uniselva / UFMT, 2024. Disponível em: <https://web.fundacaouniselva.org.br/edital/caminhosdasaguas/edital0092024.pdf>. Acesso em: 30/09/2024.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental** / organizador Oficina de Textos. São Paulo, 2005.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial.** Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas, v. 5, n. 1, 2019.

ANEXOS

ANEXO I – PARECER CEP

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT)</p> 
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA
Título da Pesquisa: ACESSO E PERMANÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR, NA UNIVERSIDADE FEDERAL NORTE DO TOCANTINS
Pesquisador: JOSE JAMES TORRES DA SILVA
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 77376723.7.0000.0342
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
DADOS DO PARECER
Número do Parecer: 6.801.685
Apresentação do Projeto:
O projeto de pesquisa apresenta as principais informações da pesquisa e, após correções solicitadas na primeira versão, questões éticas que envolvem a pesquisa, estão mais claras.
Objetivo da Pesquisa:
Conforme o pesquisador:
Analisar o processo de entrada e permanência dos alunos indígenas Apinajé na Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, através do marco temporal do ano de 2005 ao ano de 2022.
Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Conforme o pesquisador:
RISCOS: Na pesquisa, os riscos existem, e esses podem afetar substancialmente o andamento do trabalho pretendido. Entre os riscos podem ocorrer: a recusa em não em responder os questionários ou mesmo responder sem o devido comprometimento; os selecionados para entrevista não comparecer são riscos possíveis de ocorrer. Desse modo, faz-se necessário adotar medidas que possam minimizar os riscos e acarretar o resultado da pesquisa, como adequação no período de realização da pesquisa, reagendamento de entrevistas de acordo com a disponibilidade dos interlocutores, ajuste no cronograma, e especialmente flexibilidade na realização das entrevistas quanto ao tempo, ritmo e os procedimentos metodológicos.
<p>Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL Bairro: Setor Cimba CEP: 77.824-838 UF: TO Município: ARAGUAINA Telefone: (63)3416-5686 E-mail: cep@ufnt.edu.br</p>
Página 01 de 03

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)**



Continuação do Parecer: 6.801.685

BENEFÍCIOS: Diante dos desafios e das novas perspectivas trazidas no ensino superior, a pesquisa pode beneficiar os participantes ao refletir sobre suas trajetórias educacionais e ressignificar o direito de buscar uma educação específica e diferenciada no contexto da universidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a área de conhecimento, uma vez que aborda assunto relacionado aos povos indígenas e educação, importante para ampliar um pouco mais o debate acerca da educação escolar indígena.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados e, após correções solicitadas na primeira versão, foram corrigidos pelo pesquisador.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. O pesquisador realizou todas as correções solicitadas pelo parecerista, na primeira versão, atendendo as normativas da CONEP, no que se refere à pesquisa que envolve seres humanos e povos indígenas.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acatou o parecer de aprovado do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2237805.pdf	06/04/2024 22:54:14		Aceito
Outros	ATUALIZADO_PROJETO_JOSE_JAMES_TORRES_DA_SILVA_Mestrado_PPG_CULT_UFNT.docx	06/04/2024 22:53:24	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Outros	TCLE_Atualizado.docx	06/04/2024 22:52:34	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Outros	Anuencia_Cacique_Apinaje_Evaldo.pdf	06/04/2024 22:51:47	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	06/04/2024 22:50:09	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Outros	Protocolo_Aceito_SEI.pdf	22/11/2023 22:28:52	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL

Bairro: Setor Cimba **CEP:** 77.824-838

UF: TO **Município:** ARAGUAINA

Telefone: (63)3416-5686

E-mail: cep@ufnt.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)**



Continuação do Parecer: 6.801.685

Declaração de concordância	Protocolo_Digital_FUNAI.pdf	22/11/2023 22:27:50	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Autorizacao_Universidade_Local_Pesquisa.pdf	22/11/2023 22:27:19	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	22/11/2023 22:25:51	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro.docx	22/11/2023 22:25:31	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_JOSE_JAMES_TORRES_DA_SILVA_Mestrado_PPGCULT_UFNT.docx	22/11/2023 22:21:33	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_DeRosto_jose_james_torres_da_silva_assinado.pdf	22/11/2023 22:20:16	JOSE JAMES TORRES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARAGUAINA, 03 de Maio de 2024

Assinado por:

**Gustavo Cunha de Araújo
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL

Bairro: Setor Cimba

CEP: 77.824-838

UF: TO

Município: ARAGUAINA

Telefone: (63)3416-5686

E-mail: cep@ufnt.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA – anciã/o do povo Apinajé

Título: PPGCULT – José James Torres da Silva

Observação

Esse roteiro, compõe parte da pesquisa acadêmica, intitulada de “ACESSO E PERMANÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR, NA UNIVERSIDADE FEDERAL NORTE DO TOCANTINS-UFNT”, que tem como objetivo analisar o processo de entrada e permanência dos estudantes indígenas Apinajé no CEHS – UFNT, sob orientação da Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa. A pesquisa está aprovada, conforme parecer nº 8.801.685 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da UFNT.

1ª questão

Você autoriza o uso das informações descritas a partir desse roteiro, para realizar os procedimentos necessários para o desenvolvimento da referida pesquisa.

() Sim

() Não

Elabore uma narrativa autobiográfica: relate suas experiências de vida como pessoa e representante do indígena do povo Apinajé, refletindo a partir das questões abaixo:

- 1) Qual o nome da(o) senhor(a) em português e indígena, e sua idade?
- 2) Qual o nome dos seus pais e avós ?
- 3) A(O) senhor(a) têm quantos irmãos?
- 4) Me conte um pouco sobre as lembranças que a(o) senhor(a) tem da sua infância (ajudava os pais)? Morava em qual aldeia?
- 5) Tem lembrança de como eram as brincadeiras, roças, festas e rituais do povo Apinajé? Como eram os Apinajé?
- 6) Quando o/a senhor(a) conheceu seu/sua companheiro(a)? Como foi o casamento? Tinha quantos anos? Quais lugares a senhora morou antes?
- 7) Como é composição do seu núcleo familiar, contando filhos(as) e netos(as)?
- 8) Qual o nome da Aldeia que você nasceu?
- 9) Qual o nome da Aldeia que você mora? Há quanto tempo mora na aldeia?
- 10) Quais atividades você desenvolve como meio de sobrevivência?
- 11) Como era esse lugar antigamente? O que tinha e acabou, o que tinha e permanece e quais as principais novidades/mudanças?
- 12) Me conte um pouco sobre sua vivência no período da demarcação do território do povo Apinajé, em 1985. O(A) senhor(a) tinha mais ou menos quantos anos, na época quando isso aconteceu?
- 13) Como ficou depois que a Terra Indígena Apinajé foi demarcada?

- 14) Desde quando existe a estrada que dá acesso à Aldeia? De quem foi a ideia de fazer a aldeia? Como foi o processo para fazê-la?
- 15) Desde quando existe a Escola que dá acesso aos/as estudantes da Aldeia? De quem foi a ideia de fazer a Escola na aldeia? Como foi o processo para fazê-la?
- 16) Conte um pouco sobre o processo de conseguir uma escola para a Aldeia?
- 17) Quais são as lembranças mais recorrentes da evolução da escola? Quais as principais mudanças, até chegar ao formato dos dias atuais?
- 18) Conte um pouco dos saberes tradicionais do povo Apinajé, as rezas, orações, remédios que a senhora conhece? Com quem foi a pessoa que você aprendeu?
- 19) Com que idade o(a) senhor(a) estava quando começou a aprender os saberes culturais do povo Apinajé?
- 20) Quais as principais contribuições, que o(a) senhor(a) deu a cultura e ao território do povo Apinajé?
- 21) O(A) senhor(a) já participou de algum movimento indígena a senhora já participou?
- 22) Se sim. Conte um pouco sobre o movimento: Como foi feito o movimento que o(a) participou? O que aconteceu nele? Qual a importância? Quais os aprendizados para a sua vida, posteriormente?
- 23) Como o(a) senhor(a) percebe a importância do estudo na vida dos familiares? Frequentar e participar das atividades na Escola e na Universidade, é uma atividade importante para povo Apinajé ou é indiferente?
- 24) Como é a relação dos/as mestres/as, anciãs, lideranças do povo Apinajé com a universidade? Gostam de participar das atividades?
- 25) Qual a importância da Universidade Federal do Norte do Tocantins para o povo Apinajé?
- 26) De que forma você avalia a saída dos/as jovens estudantes para cursarem o Ensino Superior na UFNT, fora do território do povo Apinajé?

Desse modo, agradeço as informações e a autorização livre e espontânea.

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA – Estudantes do povo Apinajé

Elabore uma narrativa autobiográfica: relate suas experiências de vida como pessoa e estudante, refletindo a partir das questões abaixo:

- 1) Nome completo, sua idade?
- 2) Composição do núcleo familiar?
- 3) Você se autodeclarada indígena?
- 4) Você mora na Terra Indígena?
- 5) Qual o nome da Aldeia que reside?
- 6) Quais atividades você desenvolve como meio de sobrevivência?
- 9) De qual curso de graduação você faz parte na UFNT?
- 10) Quais são as lembranças mais recorrentes sobre o tempo vivido na escola e na universidade como estudante?
- 11) Como é a relação com a universidade? Gosta de frequentar ou vai por obrigação?
- 12) Quais as lembranças que mais lhes marcaram a respeito dos professores(as) e da universidade? Relate tanto as memórias boas, quanto às ruins, e a relação com a imagem que construiu para si mesmo, ao longo do percurso na universidade, sobre o “bom” e o “mau” professor(a).
- 13) Como a sua família percebe a importância do estudo em sua vida? Frequentar e participar das atividades na Escola e na Universidade é uma condição necessária ou um produto do acaso ou mesmo escolha pessoal?
- 14) Os pais e familiares próximos atribuíam importância ao chamado “mundo letrado”? O acesso à Universidade chegou a ser uma via de mobilidade social ascendente, ou seja, de possibilidade de um futuro melhor?
- 15) Em que medida recorre ao seu passado como aluno(a) para tirar proveito acadêmico em suas práticas cotidianas como aluno(a)?
- 16) Como se deu a escolha de seu curso? O passado escolar interferiu na decisão? Tem claro, do porquê escolheu o curso de graduação que está cursando?
- 17) O que o levou a ingressar na universidade? O que espera dessa nova etapa de formação? O que pretende fazer, no futuro, com os ganhos formativos advindos de seu curso?
- 18) Você compreende seu processo formativo como uma evolução? Se não, qual conceito você usaria? Qual o lugar que o curso de superior ocupa nesse processo?
- 19) Quais as suas expectativas sobre o Curso Superior que está vinculado e a Universidade?
- 20) Qual a importância da Universidade Federal do Norte do Tocantins para o povo Apinajé?
- 21) De que forma você avalia a saída dos/as jovens estudantes para cursarem o Ensino Superior na UFNT, fora do território do povo Apinajé?
- 22) Sua escolha em fazer o curso superior foi uma opção política?

APÊNDICE III – FORMULÁRIO COM QUESTIONÁRIO AOS/AS DISCENTES

Título: PPGCULT – José James Torres da Silva – Questionário Estudantes

Observação

Esse formulário, compõe parte da pesquisa acadêmica, intitulada de “ACESSO E PERMANÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR, NA UNIVERSIDADE FEDERAL NORTE DO TOCANTINS-UFNT”, que tem como objetivo analisar o processo de entrada e permanência dos estudantes indígenas Apinajé no CEHS – UFNT, sob orientação da Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa. A pesquisa está aprovada, conforme parecer nº 8.801.685 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da UFNT.

1ª questão

Você autoriza o uso das informações descritas neste formulário, para realizar os procedimentos necessários para o desenvolvimento da referida pesquisa.

() Sim

() Não

1. Nome completo;

2. E-mail de contato;

3. Telefone (whatsApp) para contato;

4. Sexo () masculino () feminino

5. Data de Nascimento;

6. Qual a sua idade?

7. Você se autodeclarada indígena?

() Sim

() Não

7a. Se sim, de qual etnia?

8. Você é falante da língua materna (indígena)?

() Sim

() Não

8a. Se a resposta anterior for sim, qual é a língua materna (indígena) que você fala?

9. Qual a sua primeira língua?

() Língua materna (indígena)

() Língua portuguesa

10. Você escreve na língua indígena?

() Sim

() Não

11. Você escreve na língua portuguesa?

- Sim
 Não

11a. Se a resposta anterior for sim, qual o grau de dificuldade com a escrita na língua portuguesa?

- de 0 a 2
(...) de 3 a 5
 de 6 a 8

12. Sua mãe é indígena?

- Sim
 Não

12a. Se a resposta anterior for sim, de qual etnia/povo?

13. Seu pai é indígena?

- Sim
 Não

13a. Se a resposta anterior for sim, de qual etnia/povo?

14. Você nasceu em qual cidade e estado?

15. Você nasceu na Terra Indígena?

- Sim
 Não

15a. Se a resposta anterior for sim, diga o nome da terra indígena e da aldeia?

16. Você mora na Terra Indígena?

- Sim
 Não

16a. Se a resposta anterior for sim, diga o nome da terra indígena e da aldeia?

17. Você têm filhos(as)?

- Sim
 Não

17a. Se a resposta anterior for sim, diga quantos(as)?

18. Quais atividades você desenvolve como meio de sobrevivência:

- Agricultura
 Professor(a)
 Artesanato
 Servidor(a) da saúde
 Operário de máquina pesada;
 Motorista
 Brigadista
 Outros

19. Onde você cursou ensino fundamental?
- Na escola da Terra Indígena
 - Em escola pública fora da Terra Indígena
 - Outro
20. Onde você cursou ensino médio?
- Na escola da Terra Indígena
 - Em escola pública fora da Terra Indígena
 - Outro
21. O Ensino Médio que você cursou foi:
- Regular
 - Educação de Jovens e Adultos
 - Outro
22. Em que ano você concluiu o Ensino Médio?
23. Em que ano você ingressou no Ensino Superior?
24. Você já frequentou algum curso de nível superior anteriormente?
25. Por que você quer realizar um curso superior?
- Trabalhar na cidade
 - Trabalhar na comunidade indígena
 - Adquirir conhecimento
 - Realização pessoal
 - Ajudar a comunidade indígena
26. De qual curso de graduação você faz parte na UFNT:
- Licenciatura em Pedagogia
 - Licenciatura em Ciências Sociais
 - Licenciatura em Educação do Campo
 - Licenciatura em Educação Física
 - Direito
27. Atualmente, está cursando ou concluiu qual período?
- Entre o 1º e 2º período
 - Entre o 3º e 4º período
 - Entre o 5º e 6º período
 - Entre o 7º e 8º período
28. Após concluir o curso superior você pretende?
- Retornar/permanecer na comunidade indígena
 - Seguir uma trajetória fora da Terra Indígena
29. Qual à distância aproximadamente, em km, de sua casa até a universidade?
- até 5 km
 - entre 5 e 10 km
 - entre 10 e 15 km

- entre 15 e 20 km
- mais 20 km

30. Qual o meio de transporte utilizado para o deslocamento da aldeia até a universidade;

31. Onde você reside no período letivo (quando está tendo aula)?

32. Você recebe algum tipo de benefício ou ajuda financeira da universidade?

- Bolsa Permanência
- Alimentação
- Moradia
- Bolsa de Iniciação científica
- Bolsa pesquisa
- (...) Bolsa de Extensão
- Não recebe nenhuma ajuda

33. Como você avalia as políticas e ações da UFNT em relação aos/as estudantes indígenas

- Atende plenamente;
- Atende parcialmente;
- Atende de modo insuficiente;
- Não atende as necessidades dos/as estudantes

34. Você está participa de algum grupo de pesquisa ou projeto de extensão?

- Sim
- Não

34a. Se a resposta anterior for sim, diga qual?

35. Durante a jornada acadêmica do curso, você já reprovou em alguma disciplina?

- Sim
- Não

35a. Se a resposta anterior for sim, diga quantas?

- 1
- 2
- 3
- 4
- mais de quatro

36. Você tem alguma dificuldade na relação com a universidade?

- Sim
- Não

36a. Se sim, qual a principal dificuldade encarada na universidade?

- Ausência da família
- Recursos Financeiros
- Trabalhos
- Moradia

- Distância entre a universidade e sua residência
- Frequência às aulas
- Avaliações e trabalhos

37. Quais os tipos de avaliações são realizadas na universidade, com mais frequência. Pode marcar mais de uma opção.

- Avaliação objetiva (com questões de múltipla escolha)
- Avaliação discursiva na língua portuguesa
- Avaliação discursiva na língua materna
- Avaliação oral na língua materna
- Avaliação oral na língua portuguesa
- Avaliação cultural

38. Como você percebe a prática pedagógica dos(as) professores(as) para adaptar os conteúdos as especificidades dos/as estudantes indígenas?

- Os/as professores/as consideram as especificidades dos/as estudantes indígenas;
- Os/as professores/as não consideram as especificidades dos/as estudantes indígenas;
- Os/as professores/as em poucos momentos consideram as especificidades dos/as estudantes indígenas;

Como você percebe o envolvimento e/ou participação dos/as estudantes não indígenas, professores/as, servidores/as, gestores/as da universidade em relação a temática de acesso e permanência dos/as estudantes indígenas na universidade?

- Acolhe e participa das atividades, considera como responsabilidade de todos/as
- Pouco participa das atividades
- Não participa e/ou se envolve com as atividades

39. Participa de reuniões e/ou colegiado na universidade para construir ou avaliar a política de acesso e permanência dos/as estudantes indígenas na universidade?

- Sim, participo
- Sim, participo pouco
- Não participo

40. Como está organizado o movimento estudantil em relação a defesa dos interesses dos/as estudantes indígenas na universidade?

41. Na conjuntura da universidade, você já sofreu algum tipo preconceito no espaço acadêmico?

- Sim
- Não

41a. Se a resposta anterior for sim, você gostaria de nos dizer (não precisa identificar só diga o que e como aconteceu)?

42. Você soube e/ou presenciou algum/alguma estudante indígena sofrendo algum tipo preconceito no espaço acadêmico?

- Sim
- Não

42a. Se a resposta anterior for sim, você gostaria de nos dizer (não precisa identificar só diga o que e como aconteceu)?

43. Há atividades e eventos na universidade direcionada/o que valorizam a cultura e identidade dos povos indígenas?

() Sim

() Não

43a. Se a resposta anterior for sim, você gostaria de nos dizer qual ou quais

Desse modo, agradeço as informações e a autorização livre e espontânea.